



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE AGRONOMIA

PORANGATU – GOIÁS
2020

SUMÁRIO

I CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)	0
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	0
1.2 O Município de Porangatu.....	1
a) População	2
b) Matrículas do Ensino Básico em Porangatu.....	4
c) Dados Geográficos de Porangatu	7
1.3 PERFIL INSTITUCIONAL.....	7
1.4 Missão	7
1.5 Valores	8
1.6 Opções estratégicas.....	8
1.7 Diretrizes	8
1.8 Breve Histórico da FIP	9
1.9 Objetivos da Instituição	10
1.9.1 Objetivo Geral	10
1.9.2 Objetivos Específicos	11
1.10 Avaliação Institucional.....	12
1.10.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de Avaliação.....	13
1.10.2 Participação.....	16
1.10.3 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações	16
1.11 Administração da IES	16
1.11.1 Condições de Gestão	17
1.12 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	18
a) Nome do Curso.....	18
b) Nome da Mantida	18
c) Endereço de Funcionamento do Curso	18
d) Justificativa para a criação/existência do curso, com dados socioeconômicos e socioambientais da região.....	18
1.13 JUSTIFICATIVA DO CURSO	20
II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	27
2.1 Contexto Econômico e Social.....	27

2.1.1	Caracterização regional da Área de Inserção da Instituição.....	27
2.1.2	Demanda pelo Curso.....	27
2.2	Perfil do Curso.....	27
2.3	Objetivos do Curso	28
2.3.1	Objetivo Geral.....	28
2.3.2	Objetivo Específicos	29
2.6	Avaliação da Aprendizagem	31
2.7	Formas de Acesso ao Curso	34
2.8	Políticas Institucionais no âmbito do Curso	35
2.8.1	Articulação do PPC com o PDI.....	35
2.8.2	Implementação das políticas institucionais constantes no PDI.....	35
2.9	Políticas Raciais	36
2.10	Educação ambiental e direitos humanos	36
2.11	Estrutura Curricular.....	38
2.11.1-	Distribuição da Carga Horária por Conteúdo.....	38
2.11.3	Estrutura curricular: dimensionamento da carga horária	43
2.12	Coerência do currículo com os objetivos do curso	46
2.12.1	Coerência do Currículo com às Diretrizes Curriculares Nacionais	47
2.12.2	Estratégias de flexibilização curricular	47
2.12.3	Ementas e Bibliografias	47
2.13	Metodologia	93
2.13.1	Metodologia de ensino.....	93
2.13.2	Adequação da metodologia de ensino à concepção	98
2.13.3	Estratégia de flexibilidade curricular	100
2.13.4	Interdisciplinaridade.....	100
2.13.5	Transversalidade	102
2.13.6	Extensão.....	104
2.14	Atividades Acadêmicas Articuladas à Formação	105
2.14.1	Estágio curricular supervisionado	105
2.14.2	Prática de ensino desenvolvida no Estágio Supervisionado.....	106
2.14.3	Atribuições do Professor.....	106
2.14.4	Frequência, avaliação e aproveitamento escolar	107
2.14.5	Avaliação.....	107
2.14.6	Obrigações do aluno:.....	107

2.15	Estágio Curricular Supervisionado.....	108
a)	REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO	112
2.16	Atividades Complementares.....	119
2.16.1	Cumprimento das Atividades Complementares.....	123
a)	REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	124
2.17	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	126
2.18	Ações decorrentes do processo de avaliação do curso.....	135
2.18.1	Avaliações Externas	135
2.18.2	Autoavaliação	135
2.18.3	Avaliação do Curso	137
2.19	Tecnologia de Informação e Comunicação – TICs no Processo Ensino Aprendizagem	138
2.21	Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.....	141
2.22	Número de vagas	144
III.	CORPO DOCENTE.....	145
3.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE.....	146
a)	REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	147
3.2	Atuação do Coordenador.....	150
3.3	Articulação da gestão do curso com a gestão institucional	152
3.4.	Funcionamento do Colegiado de Curso	153
a)	REGULAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DOS CURSOS	155
IV.	CORPO DISCENTE	161
4.1	Apoio ao Discente.....	161
4.2	Ouvidoria	163
4.3	Assessoria Pedagógica	163
4.4	Atendimento Psicopedagógicos	165
4.5	Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente - NUPADD.....	166
4.6	Nivelamento.....	166
4.7	Monitoria.....	167
4.8	Tutoria	167
4.11	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior FIES.....	170
4.12	Programa Universidade para Todos PROUNI	171
V.	INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO.....	173
5.1	Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral e Parcial	173

5.2	Espaço de Trabalho para Coordenação e Serviços Acadêmicos	173
5.3	Sala dos Professores.....	173
5.4	Salas de Aula	174
5.5	Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade	174
5.5.1	Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade	175
5.5.2	Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços	176
5.6	Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática	176
5.7	Espaço físico	177
5.8	Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais.....	178
5.9	Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática e Recursos Audiovisuais e Multimídias	181
5.10	Biblioteca	181
	5.9.1 Acervo virtual	182
5.9.2	Serviços.....	182
5.9.3	Pessoal técnico-administrativo	183
5.9.4	Política de aquisição, expansão e atualização	183
5.9.5	Implementação das Políticas Institucionais de Atualização do Acervo no Âmbito do Curso	185
5.9.6	Bibliografia Básica.....	185
5.9.7	Bibliografia Complementar	185
5.9.8	Periódicos Especializados	186
VI	REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	187
6.1.	Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	187
6.2.	Componentes Curriculares	187
6.3.	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	187
6.4.	Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	187
6.5.	Estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais	187
6.6.	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	188
6.7.	Titulação do Corpo Docente	188
6.8.	Núcleo Docente Estruturante (NDE)	188
6.9.	Tempo de Integralização	188
6.10.	Condições de Acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida	188
6.11.	Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)	189

6.12. Informações Acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010).....	189
6.13. Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002).....	189

I CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR (IES)

Mantenedora: **INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DO NORTE GOIANO LTDA - ME**

CNPJ: **28.492.687/0001-49**

Registro na Junta Comercial: **52 20461391-7**

Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**

CEP: **76.550-000**– Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**

Fone: (62) 3362-1465

E-mail: mazulkieliche@yahoo.com.br

Dirigente: **MAZULKIELICHE JERONIMO DOS REIS**

1.2 Mantida: **FACULDADE IMPACTO DE PORANGATU- FIP**

Endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA 34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**

CEP: **76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO**

Fone: (62) 3362-1465

E-mail: faculdadeimpactoporangatu@gmail.com

Dirigente: **MAZULKIELICHE JERONIMO DOS REIS**

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é uma instituição particular, situada à Rua 15 N. 27, Qd 34 Lt 34 – CEP: 76.550-000 Porangatu (GO), mantida pelo Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA – ME, inscrito no CNPJ 28.492.687/0001-49, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Porangatu e registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás, sob nº 52 20461391-7.

A FIP tem como missão *“Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”*.

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região

Centro-Oeste do país. Sua população estimada em 2017 era de 45.315 habitantes (IBGE). É considerado o principal município do Norte de Goiás. O município é cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviário brasileiro, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.315 habitantes em uma área de 35.287 km²; esta a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezoito municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 241.009 habitantes em 2016 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

Em 2015, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 146 de 246 e 107 de 246, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 3020 de 5570 e 2237 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

Os cursos relacionados ao Credenciamento da IES para o primeiro ano de funcionamento são de cursos de Bacharelado em Administração (100 vagas), Ciências Contábeis (100 vagas), Engenharia Civil (100 vagas) e para o segundo ano de funcionamento são de, Medicina Veterinária (100 vagas), Psicologia (100 vagas), Biomedicina (100 vagas), Enfermagem (100 vagas) e de Agronomia (100 vagas) conforme PDI 2018-2022.

1.2 O Município de Porangatu

Breve histórico

Porangatu é um município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país, com população estimada de 45.394 habitantes (IBGE, 2019), considerado o principal município do Norte de Goiás, sendo cortado pela Rodovia Belém-Brasília (BR-153), um dos mais importantes corredores rodoviários brasileiro, por onde escoam grande parte da produção agrícola e industrial brasileira.

Antigamente a região que hoje é chamada de Porangatu era habitada pelos índios Canoeiros. O município começou a ser formado entre 1750 e 1770, época em que o ouro se encontrava no seu apogeu, por padres que chegaram ao local a fim de colonizar os índios.

Os padres se instalaram na Fazenda Pindobeira de posse do bandeirante João Leite que chegou à região em busca de ouro. A partir de tais pessoas, foi fundada a Igreja Nossa Senhora da Piedade.

Outro fator importante na formação do município foi a Guerra do Paraguai de 1865 a 1870 que influenciou na formação de povoados, vilas e arraiais formados por homens convocados a ir à guerra e que fugiram com sua família. Assim surgiu o Povoado de Descoberto da Piedade.

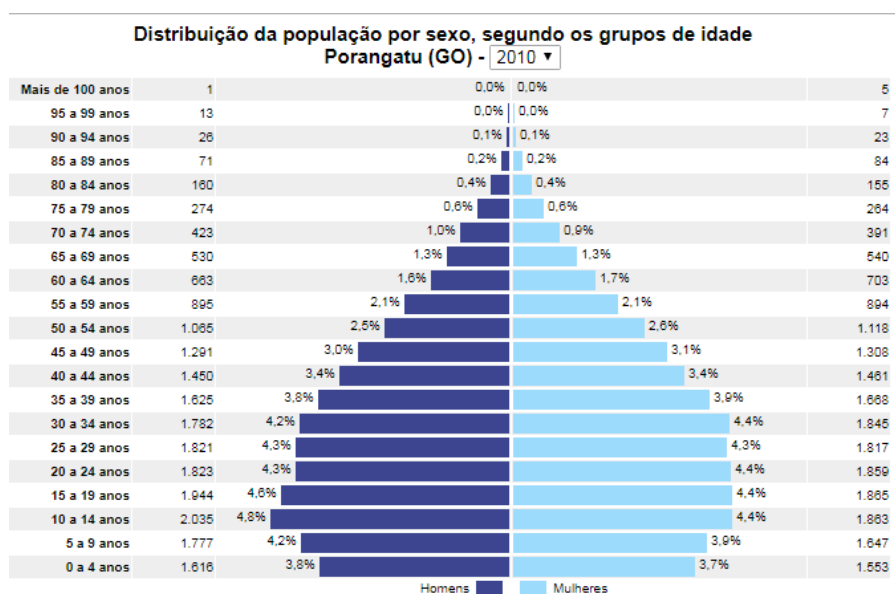
Em 1911, o povoado foi elevado à Distrito pertencente a Pilar de Goiás e em 1933 passou a pertencer a Uruaçu. Em 31 de dezembro de 1943 o distrito passou a se chamar Porangatu (que em tupi significa Paisagem Bela) e em 1948 foi elevado à município. Em 14 de novembro de 1952 o município foi emancipado e elevado a Comarca e em 1958, a construção da rodovia BR-153 (Belém - Brasília) aumentou a influência do município na região.

a) População

Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.394 habitantes (IBGE, 2019) em uma área de 35.287 km²; localizada a 426 km da capital do estado. Esta microrregião, com área total de 35.171,853 km², serve como um núcleo para dezenove municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 241.009 habitantes em 2016 segundo Ministério da Saúde.

Em 2015, o salário médio mensal era de 1.8 salários mínimos e a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 14.6%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 146 e 107, respectivamente de 246 municípios analisados. Já na comparação com cidades do país todo, ficava nas posições 3020 e 2237, respectivamente de 5570 cidades analisadas. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.3% da população nessas condições, o que o colocava na posição 118 de 246 dentre as cidades do estado e na posição 3505 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

A população porangatuense apresenta na faixa etária entre 19 e 34 anos a sua maior população, conforme ilustra a pirâmide etária abaixo:



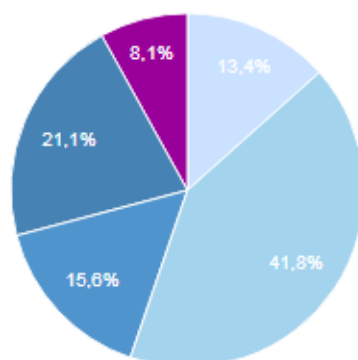
Fonte¹: CENSO2010.IBGE.

Considerando que é nessa idade que grande parte dos jovens concluem o Ensino Fundamental e ingressam no Ensino Superior, esse é o público predominantemente atendido pelas faculdades e universidades públicas e particulares. Conforme estudo ilustrado pelo PNUD, em Porangatu, só 8,1% da população com essa faixa etária concluiu o ensino superior.

¹Disponível em:

https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2010&codigo=521800&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc&wmaxbarra=180

Escolaridade da população de 25 anos ou mais - 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Ainda segundo o PNUD, o índice de IDH – Índice de Desenvolvimento Humano de um município, estado ou país, é medido pela sua potencialidade nos âmbitos da longevidade, que está relacionado às políticas públicas de saúde, da educação, e da distribuição de renda que se relaciona à ocupação da população. Assim, aumentar os índices educacionais no município, representa uma melhoria na qualidade de vida da população, já que uma população com formação profissional está mais apta ao mercado de trabalho, terá melhores salários, estará mais informada e formada para as necessidades básicas de saúde, bem como apresentará uma maior bagagem cultural.

Em Porangatu, o IDH-M calculado em 2010 foi de 0,727, valor considerado alto, o que posicionou o município no 37º lugar, quando comparado aos demais municípios do estado de Goiás. Para a manutenção e elevação desse índice, a educação torna-se uma importante aliada.

Em 2016 Porangatu apresentava um PIB *per capita* de R\$ 768.829,54, colocando o município em 34º lugar, quando comparado aos demais municípios do estado e classificando-o na posição 849, na comparação com as demais cidades do Brasil (IBGE, 2019).

Em 2015, tinha 76.3% do seu orçamento proveniente de fontes externas, em comparação às outras cidades do estado, sendo posicionada em 181 de 246 municípios, e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 4130 de 5570.

b) Matrículas do Ensino Básico em Porangatu

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP integra-se as demais Instituições existentes no Estado de Goiás e sua ação acadêmica está direcionada para a realidade social, de modo a provocar a implementação de propostas político-pedagógicas que se efetivam nas práticas construtoras de novas relações, pautadas no exercício de direitos e, em última análise, nas condições de desenvolvimento da cidadania.

No contexto educacional da região em que se insere a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP que atende às necessidades sociais caracterizadas nos três níveis de ensino, são fatores de destaque:

- A demanda para os cursos e habilitações em nível de formação superior, absorvido pela Instituição;
- A existência de um número expressivo de clientela escolar atendida em escolas de educação básica, abrangendo educação nos níveis infantil, fundamental, médio e na educação de jovens e adultos, estimulada por meio de oportunidades educacionais apropriadas, tais como: acesso gratuito ao Centro de Estudos Supletivos do Estado de Goiás, ou participação em exames promovidos pelo poder público estadual; a educação profissional, oferecida em escolas públicas e particulares aos alunos matriculados ou egressos do ensino fundamental e médio; o atendimento de alunos portadores de necessidades especiais por intermédio de escolas e centros de educação especial.

No estado em 2016, segundo dados do Educa censo/INEP, funcionavam 4.554 escolas distribuídas conforme quadro abaixo.

Total de Escolas do Estado

	Dependência Administrativa	Nº de Escolas
Goiás	Estadual	1.036
	Federal	27
	Municipal	2.427
	Privada	1.064
	Total	4.554

Ainda segundo dados do Educa censo/INEP, 2017 em Porangatu, funcionavam 792 escolas distribuídas conforme quadro abaixo.

Total de Escolas de Porangatu

	Dependência Administrativa	Nº de Escolas
Porangatu	Estadual	7
	Federal	0

	Municipal	21
	Privada	6
	Total	34

Em Porangatu, somente no ensino médio em 2016, chegou-se a 1.688 o número de alunos matriculados².

Matrículas em creches **496** estudantes

Matrículas em pré-escolas **1.089** estudantes

Matrículas anos iniciais **3.223** estudantes

Matrículas anos finais **2.747** estudantes

Matrículas ensino médio **1.688** estudantes

Matrículas EJA **361** estudantes

Matrículas educação especial **0** nenhum

Fonte: Censo Escolar/INEP 2016 | Total de Escolas de Educação Básica: 34 | QEdu.org.br

Para a região de Porangatu, na qual fazem parte 18 municípios, o número de matrículas no ensino médio em 2016 chegou a 7.473. Portanto, se incluirmos aqui todos os matriculados no ensino médio da região chegaremos a um total de 9.161 alunos.

A Secretaria de Educação, Esporte de Lazer do Estado de Goiás na gestão 2015-2018 lançou como principais focos de ação a equidade e excelência. Para o desenvolvimento dessas ações estabeleceu-se as seguintes superintendências:

- Superintendência de Ensino Fundamental
- Superintendência de Ensino Médio
- Superintendência de Programas Educacionais Especiais
- Superintendência de Gestão, Planejamento e Finanças
- Superintendência Executiva
- Superintendência de Desporto Educacional
- Superintendência de Acompanhamento de Programas Institucionais
- Superintendência de Inteligência, Pedagogia e Formação
- Superintendência dos Centros de Ensino em Período Integral
- Superintendência de Resultados Educacionais

²Disponível em: http://www.qedu.org.br/cidade/1524-porangatu/censo-escolar?year=2016&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=

A criação destas superintendências, aliadas à um currículo referência, buscou a formação de cidadãos capacitados a responder as avaliações propostas pelo Ministério da Educação, bem como propiciar aos estudantes do estado o acesso a cultura e lazer.

Aliada aos anseios do Estado de Goiás, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP se insere no contexto educacional a fim de formar profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento regional e nacional do município de Porangatu e do estado de Goiás. A formação de profissionais de nível superior contribui para o incremento não só econômico, pois fornecerá mão-de-obra qualificada que fará com que a circulação de renda se acentue, mas também pelo caráter social que propicia ao município, aumentando índices de IDH, bem como propiciando acesso à cultura e educação na busca pela melhoria da qualidade de vida da população porangatuense e goiana.

c) Dados Geográficos de Porangatu

. O município está inserido na Mesorregião Norte Goiano, microrregião Porangatu, com 45.315 habitantes em uma área de 35.287 km², localizado nas coordenadas -49°08'56" O e -13°26'27" S em uma altitude de 405,45 m.

O clima da região é classificado como quente e úmido, relevo cuja geomorfologia apresenta depressões e planícies, pertencente ao Bioma Cerrado e uso da terra apresentando áreas de pastagens naturais (32,63%) e plantadas (63,81%) além de mosaicos de vegetação florestal com áreas agrícolas (1,92%) (IBGE, 2014).

1.3 PERFIL INSTITUCIONAL

1.4 Missão

“Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”.

1.5 Valores

Os valores da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) foram estabelecidos a partir da premissa de que, em suas bases de gestão administrativa e acadêmica, a valorização da pessoa humana é primordial, reconhecendo-a e respeitando-a em seu processo de aprendizado na busca pelo conhecimento. Para tanto, defende uma **formação humanística**, pautada na instrumentalização do saber para ampliar suas perspectivas no exercício de suas funções.

Entende também que a **ética profissional** resgata, como princípios norteadores, atitudes e comportamentos delineados a partir de decisões coerentes, estabelecidas em forma de regras de boa conduta.

Outra questão igualmente importante é a **responsabilidade social**. A Faculdade entende que suas ações devem alcançar a comunidade, por meio de comportamentos solidários e fraternos na busca por uma sociedade menos desigual.

Mais adiante, para formar sua base de sustentação em relação aos valores, definiu ainda, o **respeito à diversidade**, como princípio aglutinador na busca pela tolerância em relação ao processo de crescimento e pela busca do conhecimento sem fronteiras, independentemente de sua estrutura social e cultural.

Por fim, definiu pela **transparência** em todas as suas ações, sendo essa uma vertente a ser incorporada a partir dos demais valores.

1.6 Opções estratégicas

- Crescimento;
- Gestão e organização de processos;
- Gestão de pessoas;
- Excelência acadêmica;
- Excelência no atendimento a toda comunidade.

1.7 Diretrizes

- Que sejam desenvolvidas ações e políticas com a finalidade de captar e fidelizar alunos;
- Que os processos internos sejam padronizados, organizados, gerenciados e aprimorados;

- Que os colaboradores sejam treinados, orientados, acompanhados e supervisionados para que tenham condições de identificar as melhorias necessárias e incentivados para o aprimoramento do seu desempenho profissional e dos processos acadêmicos e administrativos;
- Que o planejamento institucional e os procedimentos acadêmicos promovam a excelência acadêmica por meio de metodologias eficazes e inovadoras, voltadas para aprendizagem ativa e significativa;
- Que o atendimento seja eficiente e eficaz no sentido de deliberar de forma adequada, rápida e coerente em todas as situações.

1.8 Breve Histórico da FIP

O Instituto de Educação do Norte Goiano LTDA - ME mantenedor da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP), com mais de 5 anos trabalhando com ensino Médio, Educação de Jovens e Adultos (EJA) Ensino Profissionalizante e Pré-Vestibular, nasceu de uma ação desafiadora direcionada para a ressignificação do modelo educacional através de um processo humanizador e com os conhecimentos das grandes carências sociais e de ensino de Porangatu e da região. Nesse sentido, observaram o grande vácuo que existe no ensino, principalmente no que tange a área tecnológica do Estado de Goiás, contando com uma estrutura sólida, principalmente pela proposta séria no tocante ao ensino e extensão. Aberta à participação da população, visando à difusão de conquistas e benefícios da criação cultural e tecnológica, tem como missão a atividade educacional formativa, desenvolvendo e preparando profissionais e cidadãos livres e conscientes, que busquem projetos de vida, participativos, responsáveis, críticos e criativos, construindo e ampliando o conhecimento para o aprimoramento contínuo da sociedade em que vivem.

Colocando-se em prática a diretriz de que a expansão do ensino superior brasileiro deve ser feita dentro dos padrões de qualidade que assegurem o seu aprimoramento, fez-se necessário estabelecer critérios bem definidos para a instalação da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP). Deste modo está se propondo a servir à comunidade gerando conhecimento e recursos importantes para o desenvolvimento científico, econômico, profissional, social e cultural, mas não exclusivamente da região em que se localiza, mas, com uma proposta contemporânea, levar ao Centro-Oeste uma entidade preocupada com a qualidade de

ensino e com a extensão.

Assim, a FIP se coloca no compromisso de desenvolver um processo de produção de conhecimento, pautado em princípios éticos, condição essencial que oriente para a formação de seres humanos completos e capazes de contribuir para a promoção de uma sociedade mais justa e equânime na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania.

1.9 Objetivos da Instituição

1.9.1 Objetivo Geral

A Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) é um estabelecimento particular de ensino superior, que busca “Oportunizar a construção do conhecimento mediante métodos e tecnologias atualizadas, tendo, como resultado final, cidadãos empreendedores, autônomos, inovadores, críticos e capazes de planejar, organizar, liderar e participar ativamente da sociedade atual e futura, alcançando sucesso acadêmico, profissional e pessoal”. Para alcançar este objetivo, a FIP promoverá uma educação superior que historicamente atende a uma população que dispõe, em sua maioria, somente do período noturno para frequentar um curso superior. A Educação a distância (EaD) ampliou a oferta de ensino superior, em seu planejamento a FIP solicitou o credenciamento e a autorização de cursos em EaD. Por outro lado, a qualificação profissional que a FIP proporcionará, contribuirá com a melhoria dos índices de desenvolvimento sociais de Porangatu e região.

A área de atuação da FIP será expandida através do tempo. Inicialmente, a formação de profissionais nas áreas de Ciências Humanas (curso de Administração e Ciências Contábeis) e Ciências Exatas (curso de Engenharia Civil), seguido dos cursos de Agronomia, Medicina Veterinária, Psicologia, Biomedicina e Enfermagem, será o seu principal objetivo. No entanto, a exigência de novos profissionais para o mercado de trabalho local e regional certamente motivará a abertura de novos cursos voltados para outras áreas.

A FIP busca oferecer a seus alunos uma formação sólida, articulada com as novas tecnologias de aprendizagem e com o mercado de trabalho. Estas ações

certamente permitirão aos futuros egressos uma melhoria na interação com a sociedade com responsabilidade social, além permitir uma melhoria na condição econômica, individual e familiar.

As diretrizes que norteiam o Projeto Institucional da FIP estabelecem como compromisso a busca de um padrão de excelência no ensino da Graduação e da Tecnologia, associando a eficiência e a eficácia exigidas pelo mercado aos princípios éticos que regem a atuação do profissional a ser formado. A decorrência dessa concepção geral é a de procurar formar um profissional que contribua para a melhoria da qualidade de vida em nossa sociedade.

Nessa perspectiva, os conteúdos curriculares, as competências e as habilidades a serem assimilados e adquiridos na IES devem conferir-lhe terminalidade e capacidade acadêmica e/ou profissional, considerando as demandas e as necessidades prevalentes e prioritárias da região e do país.

Esse conjunto de competências deve promover no aluno a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente.

1.9.2 Objetivos Específicos

- I. Democratizar o acesso e permanência na Educação Superior à população da região.
- II. Desenvolver profissionais e especialistas nas diversas áreas de formação da FIP, aptos à inserção no mercado de trabalho e a participação no desenvolvimento da sociedade.
- III. Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo, segundo a ética e os princípios democráticos que devem reger a vida em sociedade.
- IV. Incentivar o desenvolvimento de estudos e pesquisas, comprometidos com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente.
- V. Estender as ações educacionais e a pesquisa aplicada à comunidade por meio de programas e serviços especiais.
- VI. Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos, difundindo o saber por meio de ações educacionais, publicações e outras formas de comunicação.
- VII. Estimular o espírito empreendedor dos profissionais e promover sua autonomia intelectual para a aprendizagem permanente.
- VIII. Promover o intercâmbio educacional no âmbito científico e tecnológico entre instituições congêneres, nacionais e estrangeiras.
- IX. Propiciar meios de valorização do pessoal docente, técnico e administrativo, por meio de programas de educação continuada e políticas de incentivos.

1.10 Avaliação Institucional

Gestores de instituições de ensino, sejam elas públicas ou privadas, sabem que as Instituições de Ensino Superior (IES) são organizações extremamente complexas e difíceis de administrar, dada a sua natureza peculiar.

Nesse contexto, a Avaliação Institucional apresenta-se como uma ferramenta indispensável para a gestão institucional, visto que instituições de ensino se diferenciam dos demais tipos de organização pela sutileza dos processos envolvidos em sua atividade-fim. Enquanto sua porção administrativa se assemelha à de qualquer empresa prestadora de serviços, a parte pedagógica lida de modo mais direto com as incertezas das dimensões lógicas do conhecimento e do pensamento humano. Esse aspecto peculiar das escolas, colégios, faculdades e universidades faz com que o monitoramento e controle exijam procedimentos específicos, adequados às suas características específicas. É nesse sentido que a Avaliação Institucional se impõe como ferramenta fundamental para a gestão de sistemas educacionais.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP considera que a Avaliação Institucional é uma forma de examinar a instituição de Ensino Superior, em termos de suas estruturas e relações internas e externas, buscando uma visão compreensiva e crítica sobre o conjunto articulado de dimensões que constituem a totalidade do seu sistema educacional de forma a atingir os seguintes objetivos:

- a) Contribuir para aperfeiçoamento contínuo de sua atividade-fim;
- b) Servir como ferramenta para o planejamento da gestão empresarial e educacional;
- c) Permitir a construção de um processo sistemático para prestação de contas;
- d) Buscar a excelência do nível de serviço educacional como diferencial competitivo;
- e) Viabilizar o processo de desenvolvimento institucional.

Ou seja, a Avaliação Institucional é componente fundamental para a diferenciação entre o gerenciamento inteligente e o gerenciamento irracional, fornecendo subsídios para a justificativa de investimentos passados e futuros, agregando valor à Instituição através do fortalecimento da gestão do sistema

educacional e empresarial dada as melhorias que traz ao processo de planejamento e tomada de decisões pela obtenção dos seguintes benefícios:

- I O monitoramento de todos os processos, dimensões e tendências relevantes a Instituição;
- II A obtenção e uso de modelos que mostram como atuam os mecanismos condicionantes dos processos e tendências observados no sistema empresarial e educacional;
- III A identificação das necessidades estratégicas e orientações específicas acerca da melhor forma de supri-las.

Através do conhecimento produzido pela Avaliação Institucional e dos mecanismos de controle que são colocados à disposição dos gestores, serão produzidas as condições para que a instituição possa maximizar a sua qualidade e minimizar suas perdas e custos, ganhando tanto em eficiência quanto em eficácia.

A avaliação Institucional da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP será um processo continuado e planejado para que os dados obtidos com a avaliação institucional realizada em um semestre possam refletir o passado e o presente da instituição, o que permitirá elaborar metas para o futuro.

A concepção técnica e filosófica da avaliação institucional a ser adotada na instituição tem como referência a legislação em vigor e o SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), instituído pela lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, fundamentando-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais.

1.10.1 Metodologia, Dimensões e Instrumentos a Serem Utilizados no Processo de Avaliação

O SINAES integra três modalidades principais de instrumentos de avaliação, aplicados em diferentes momentos:

1. Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) – é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação que se desenvolve em duas etapas principais:
 - a) Autoavaliação - coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA);

- b) Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).
- 2. Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) – avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas. A periodicidade desta avaliação depende diretamente do processo de reconhecimento e sua renovação, a que os cursos estão sujeitos. Princípios fundamentais do SINAES:
 - a) Responsabilidade social com a qualidade de educação superior;
 - b) Reconhecimento da diversidade do sistema;
 - c) Respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
 - d) Globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
 - e) Continuidade do processo avaliativo.
- 3. Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE) – aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais. Anualmente o Ministro da Educação, com base em indicações da CONAES, definirá as áreas que participarão do ENADE.

No desenvolvimento de um processo avaliativo, cabe observar as seguintes etapas:

- a) sensibilização de toda comunidade acadêmica;
- b) definição da sistemática para a coleta de dados;
- c) análise e definição dos dados.

Para o desenvolvimento do projeto de avaliação, é indispensável proceder ao diagnóstico da situação em estudo mediante:

- a) dados cadastrais;
- b) autoavaliação ou avaliação interna;
- c) avaliação externa

A realização do diagnóstico da realidade educacional da Faculdade Impacto de Porangatu inclui as áreas:

Pedagógica

Corpo docente

- qualificação profissional;
- experiência docente na Instituição e fora dela;
- experiência profissional fora da área acadêmica;

Corpo discente

- desejos;
- posturas;
- futuro.

Biblioteca

- acervo;
- qualificação do pessoal;
- condições de funcionamento;
- sistema de organização;
- grau de informatização;
- qualidade dos serviços e adequação ambiental.

Organização didático-pedagógica

- efetividade do funcionamento dos órgãos colegiados;
- critérios de avaliação discente;
- avaliação dos currículos dos cursos de graduação;
- levantamento dos programas de extensão;
- levantamento da produção científica dos professores e alunos;
- análise dos resultados da avaliação externa.

Técnico-Administrativa

- levantamento da qualificação dos funcionários e dirigentes;
- autoavaliação dos dirigentes e avaliação dos mesmos pela comunidade acadêmica.

Física

- análise das condições físicas dos prédios e sua adequação às necessidades específicas de cada curso;
- análise dos equipamentos e da tecnologia de informação disponibilizada aos cursos à distância e sua adequação às necessidades específicas de cada curso.

1.10.2 Participação

A CPA possui regimento próprio e nele constam todas as formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa e dos representantes da comunidade local, estando de acordo com os princípios estabelecidos pelo SINAES. Dessa forma a CPA – Comissão Própria de Avaliação será integrada por quatro profissionais da FIP, sendo um representante do corpo docente, um representante do corpo técnico-administrativo, um representante do corpo discente e um representante da comunidade.

Cabe aos integrantes da CPA propor diretrizes, objetivos e outras especificações necessárias à elaboração dos instrumentos de autoavaliação institucional, a condução dos processos de avaliação internos da Instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP através da CONAES, sendo responsável pelo preenchimento de formulários e relatórios de avaliação a serem fornecidos aos SINAES e atuar de forma autônoma em relação a Conselhos e demais órgãos colegiados existentes na Instituição de Ensino Superior.

1.10.3 Formas de Utilização dos Resultados das Avaliações

Na etapa de consolidação do processo será elaborado um relatório final, envolvendo as ações realizadas, a análise das informações e o tratamento dado aos relatórios parciais, inclusive a preparação dos documentos para divulgação e elaboração do plano de adequação e implantação dos resultados.

Insere-se ainda, nessa etapa, a divulgação do relatório final do sistema de avaliação, bem como a elaboração de um balanço crítico que apresente a análise das estratégias adotadas pelo sistema, análise diagnóstica dos principais problemas e possíveis causas e dos aspectos positivos relevantes da Instituição, bem como planejamento das ações futuras. A consolidação do processo efetiva-se com o encaminhamento do relatório final do processo de avaliação para CONAES/INEP.

Com base no Relatório Final serão conhecidos os pontos fortes e os pontos fracos da FIP. Com isso, as medidas de ajustes serão feitas e apresentadas à comunidade como forma de manter e aumentar o padrão de qualidade desejado.

1.11 Administração da IES

1.11.1 Condições de Gestão

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem definida sua organização acadêmico-administrativa e financeira em seu regimento geral, e possibilitam adequada interação entre a estrutura organizacional e a prática administrativa.

A Faculdade Impacto de Porangatu apresenta uma estrutura organizacional composta por:

- I. Conselho Superior– CONSUP
- II. Diretoria Geral;
- III. Diretoria Acadêmica;
- IV. Gerencia Administrativa e Financeira
- V. Coordenadoria de Curso;
- VI. Colegiado do Curso;
- VII. Núcleo Docente Estruturante – NDE;

O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão superior normativo e de deliberação da Faculdade e sua definição, composição e atribuições estão descritas nos Artigos 5º, 6º e 7º do Regimento Interno da Faculdade.

A Diretoria Geral é exercida pelo Diretor sendo o órgão executivo superior de gestão de todas as atividades da Faculdade e as suas organizações e funcionamentos são definidos em regulamento próprio, aprovados pelo CONSUP.

A Diretoria Acadêmica é exercida pelo Diretor(a) Acadêmico(a), sendo órgão executivo superior de gestão das atividades correlatas ao ensino, à pesquisa, à extensão e à pós-graduação da Faculdade.

A Diretoria Acadêmica é composta pelas Coordenações de Curso, Coordenação de Pós-Graduação, Coordenação de Extensão e Coordenação de Estágios, que tem por finalidade promover a avaliação institucional e pedagógica da Faculdade, avaliando e propondo a viabilidade de criação de novos cursos de graduação e pós-graduação. Atua desenvolvendo as ações necessárias à autorização e reconhecimento dos cursos, bem como criando projetos e planos com a finalidade de concretizar as prioridades, a missão e o referencial de qualidade definidos pela IES, propondo melhorias com base nos relatórios obtidos da análise e acompanhamento de cada curso.

Compete ao Diretor(a) Acadêmico(a) elaborar o planejamento anual de atividades para a implementação das ações e projetos que visem à melhoria do ensino, da gestão e da aprendizagem na Faculdade, estabelecendo normas para o

funcionamento dos setores acadêmicos.

As Coordenações de Curso são concebidas para executar as atividades de coordenação, bem como para coordenar as atividades entre professores e alunos. Às Coordenações é entregue um papel muito importante que é a gestão didático-pedagógica do ensino. Sendo assim, a base das funções de ensino e extensão da FIP se constituem dos docentes das disciplinas que a integram, sua administração se encontra sob a responsabilidade de um coordenador, escolhido pelo Diretor Geral e designado pelo Diretor(a) Acadêmico(a).

1.12 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

a) Nome do Curso

Bacharelado em Agronomia

b) Nome da Mantida

Faculdade Impacto de Porangatu - FIP

c) Endereço de Funcionamento do Curso

O Curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP será ofertado no endereço: **RUA 15 N. 27 QUADRA 34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO CEP: 76.550-000** – Município: **PORANGATU** – Estado: **GO** Fone: (62) 3362-1465

d) Justificativa para a criação/existência do curso, com dados socioeconômicos e socioambientais da região.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Agronomia é o documento que contempla o conjunto de diretrizes norteadoras da prática pedagógica do curso, que não se reduz à mera organização curricular, visto que traz em seu cerne o posicionamento no que tange à realidade e ao desenvolvimento da área de conhecimento do curso, aos dispositivos legais, às condições institucionais, aos avanços teóricos e metodológicos, e institui, ainda, os propósitos estabelecidos pela Faculdade Impacto de Porangatu (FIP). Além disso, o presente Projeto Pedagógico está alicerçado nos objetivos da FIP, que visa tornar acessível o ensino de qualidade ao cidadão e cooperar com o desenvolvimento sustentável da Região Centro Oeste e nacional.

O PPC do Curso de Agronomia contempla os objetivos do curso, o perfil do profissional que se pretende formar, bem como o conhecimento, habilidades e atitudes a serem desenvolvidas. O domínio dessas competências está diretamente

relacionado aos conteúdos curriculares elencados na proposta curricular, assim como no Estágio, Atividades Complementares, na metodologia de ensino, no processo de avaliação adotado pela Instituição e, ainda, no Trabalho de Conclusão de Curso que o aluno apresenta ao final de sua graduação, momento em que expressa, de forma consistente, os resultados de sua aprendizagem ao longo do curso.

O curso de Agronomia tem sua necessidade e importância justificada pela própria atuação do Engenheiro Agrônomo na sociedade, que é um profissional habilitado a atuar em diversos ramos de atividades.

O Engenheiro Agrônomo, no exercício de sua profissão, enfrenta situações intimamente relacionadas com modernização da cadeia produtiva e das crescentes demandas sociais. Além disso, outras necessidades ligadas à racionalização dos processos construtivos, às exigências da qualidade e desempenho das edificações, bem como a aceleração do processo de informatização, são aspectos que demonstram a indissociabilidade dos perfis técnico, social e ético do profissional.

O exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro Agrônomo é regulamentado pela Lei nº. 5.194, de 24 de dezembro de 1966 e pela Resolução nº. 218, de 29 de junho de 1973, do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CONFEA), contendo, no seu Art. 7º, a competência do Engenheiro Agrônomo.

As atividades e atribuições regulamentadas do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro-agrônomo são:

- I desempenho de cargos, funções e comissões em entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista e privada;
- II planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária;
- III estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica;
- IV ensino, pesquisa, experimentação e ensaios;
- V fiscalização de obras e serviços técnicos;
- VI direção de obras e serviços técnicos;
- VII execução de obras e serviços técnicos;
- VIII produção técnica especializada, industrial ou agropecuária.

Este trabalho foi realizado objetivando nortear o Curso de Agronomia nos próximos cinco anos, sendo ao mesmo tempo diagnóstico e prognóstico.

Seguindo o que ocorre na maioria das Instituições de Ensino Superior (IES), o Curso de Agronomia é semestral para permitir um melhor acompanhamento pedagógico do processo ensino aprendizagem.

1.13 JUSTIFICATIVA DO CURSO

O Curso Bacharelado em Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP foi concebido de acordo com o parecer CNE/CES nº 306, de 7 de outubro de 2004, com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Agronomia, Resolução CNE/CES nº 1, de 2 de fevereiro de 2006, Resolução CNE/CES Nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração do curso, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9394/96.

O curso de Agronomia da FIP pauta-se ainda na Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; na Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, e no Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, sobre Políticas de Educação Ambiental; com adequação de seus conteúdos curriculares às exigências do Decreto nº 5.626/2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. A temática da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena está inclusa nas disciplinas e atividades curriculares do Curso Bacharelado em Agronomia, em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004).

O Curso de Graduação em Agronomia tem como perfil do formando egresso/profissional a formação generalista, humanista, crítica e reflexiva, capacitado a absorver e desenvolver novas tecnologias, estimulando a sua atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade”, apresentando infraestrutura institucional capaz de dar condições de acesso para portadores de necessidades especiais, em observância ao Decreto nº 5.296/2004.

Além disso, a FIP contará também com o Projeto: Conservação, Preservação e Sustentabilidade da FIP que tem como objetivo “Desenvolver uma política de gestão ambiental, implantando práticas voltadas para a conservação, preservação e sustentabilidade da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) ”.

O presente Projeto é o resultado da construção coletiva na sua revisão produzida durante reuniões do NDE e do Colegiado do Curso, dos quais participaram docentes sob a coordenação do coordenador do Curso, docentes e a Direção da Faculdade, onde buscou-se revisar o Projeto Pedagógico para que refletisse o desejo dos docentes em fazer parte de um Curso de Agronomia com ênfase na integração das diversas áreas do conhecimento responsáveis pela formação do/a aluno/a.

A sua construção e posterior revisão procurou contemplar oportunidades para que o futuro profissional da área esteja capacitado para cuidar/educar/gerenciar/pesquisar de forma crítico-reflexiva, sempre atento às inovações da profissão e do mercado de trabalho, participando da construção do conhecimento, gerando pesquisas e formando um profissional que represente o esforço do Curso de Agronomia para atender às expectativas de excelência dos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP.

O curso está inserido numa região onde a agricultura está surgindo de formar cada vez mais ativa, e apresenta-se como um dos grandes pilares do agronegócio nacional e, portanto, com expressiva importância socioeconômica.

Vários municípios brasileiros tem o agronegócio como principal atividade econômica, com reflexos sociais, políticos, culturais e ambientais para as populações rurais e urbanas, sendo . o agronegócio brasileiro uma atividade próspera, segura e rentável. Com um clima diversificado, chuvas regulares, energia solar abundante e quase 13% de toda a água doce disponível no planeta, o Brasil tem 388 milhões de hectares de terras agricultáveis férteis e de alta produtividade, dos quais 90 milhões ainda não foram explorados.

Todos esses fatores fazem do País um lugar de vocação natural para a agropecuária e todos os negócios relacionados à suas cadeias produtivas. O país possui 22% das terras agricultáveis do mundo, além de elevada tecnologia utilizada no campo, dados estes que fazem do agronegócio brasileiro um setor moderno, eficiente e competitivo no cenário internacional. Os esforços de geração e transferência de conhecimentos, de capacitação e formação de recursos humanos, não podem

desconsiderar os fatores ambientais, onde a atividade produtiva se realiza e a existência da demanda por pessoal qualificado e especializado na área.

O curso de Agronomia tem suas atividades voltadas para questões como o desenvolvimento sustentável, a segurança alimentar, a defesa e manutenção do ambiente, bem como o competente gerenciamento do agronegócio. Para tanto, atua nas instâncias do ensino superior e da extensão dos conhecimentos voltados à sociedade, especialmente para o público rural.

Inserido e contextualizado no ecossistema do Cerrado, o curso de Agronomia terá suas fontes de conhecimentos voltadas para as questões do meio, propondo e gerando alternativas para o bom uso dos recursos naturais, de modo crítico e sustentável. Tem como orientação e abordagem pedagógicas, a captação, o registro e a análise dos conhecimentos técnicos e gerenciais adquiridos, praticados e acumulados, historicamente, pelos produtores nas atividades agrossilvopastoris regionais, desenvolvidas nesse ecossistema.

As estimativas do Produto Interno Bruto goiano para o segundoº trimestre do ano de 2019 mostram um crescimento de 2,4%, proveniente de boa dinâmica dos setores da Agropecuária (6,1%), da Indústria (2,0%) e dos Serviços (1,7%). em comparação com os mesmos períodos do ano anterior (Tabela 1). De maneira geral, percebe-se que a economia goiana tem apresentado boa performance nos diferentes setores do agronegócio.

O Brasil registrou uma taxa para o mesmo trimestre de 1,0%, sendo 0,4% para a agropecuária, 0,3% para a indústria e 1,2% para o serviços. No resultado acumulado no ano, a taxa estimada para Goiás é de 2,1% e para o Brasil 0,7%.

Na comparação com o segundo trimestre de 2018, a Agropecuária goiana cresceu 6,1% e a brasileira apresentou 0,4%. Esse resultado se deve, principalmente, pelo resultado da lavoura temporária, que teve o milho como principal destaque no crescimento. Dada a sazonalidade deste produto, seu resultado tem grande impacto no segundo trimestre do ano, período que esta lavoura apresenta grande atividade. Além do milho, a cana-de-açúcar também foi relevante no resultado no período analisado.

Tabela 1 - PIB trimestral e Acumulado no Ano – Brasil e Goiás – 2018 e 2019

(Base: igual período do ano anterior - %)

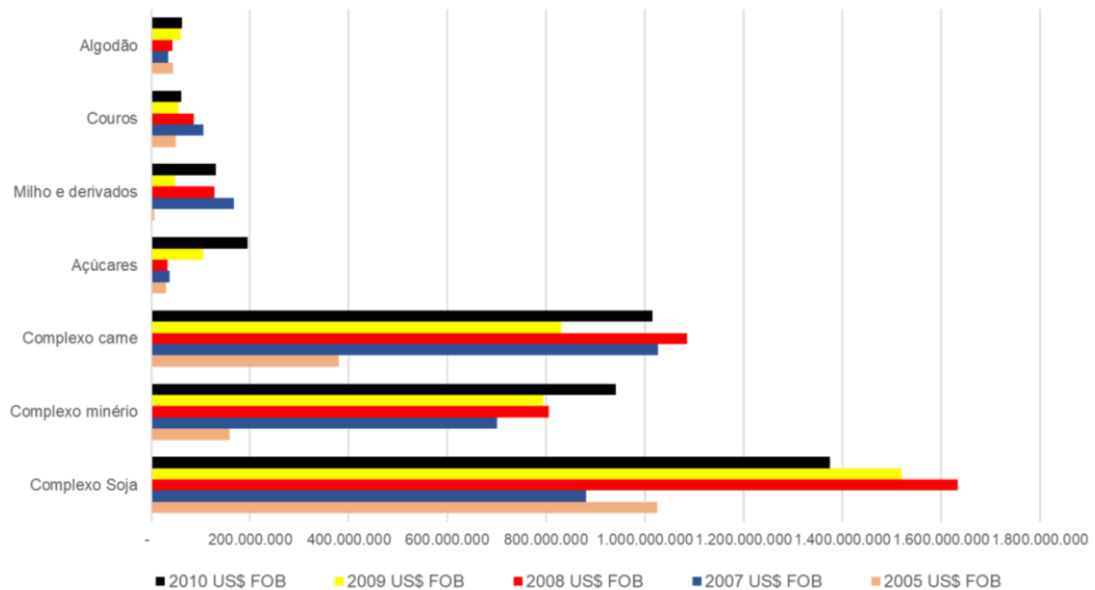
Período	Agropecuária		Indústria		Serviços		PIB	
	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil	Goiás	Brasil
1° Trim. 2018	-3,1	-3,0	0,9	1,2	1,6	1,8	-0,9	1,2
2° Trim. 2018	-1,8	0,3	-0,8	0,8	1,1	1,1	-0,2	0,9
3° Trim. 2018	5,1	2,5	0,1	0,8	1,3	1,2	0,8	1,3
4° Trim. 2018	21,6	2,4	-1,5	-0,5	1,8	1,1	3,1	1,1
Acumulado 2018	-2,1	0,1	-0,4	0,6	1,5	1,3	0,6	1,1
1° Trim. 2019	1,2	-0,1	1,5	-1,1	2,3	1,2	1,8	0,5
2° Trim. 2019	6,1	0,4	2,0	0,3	1,7	1,2	2,4	1,0
Acumulado 2019	3,3	0,1	1,8	-0,4	2,0	1,2	2,1	0,7

Fonte: IBGE, IMB.

Elaboração: Instituto Mauro Borges/Secretaria de Estado da Economia - 2019.

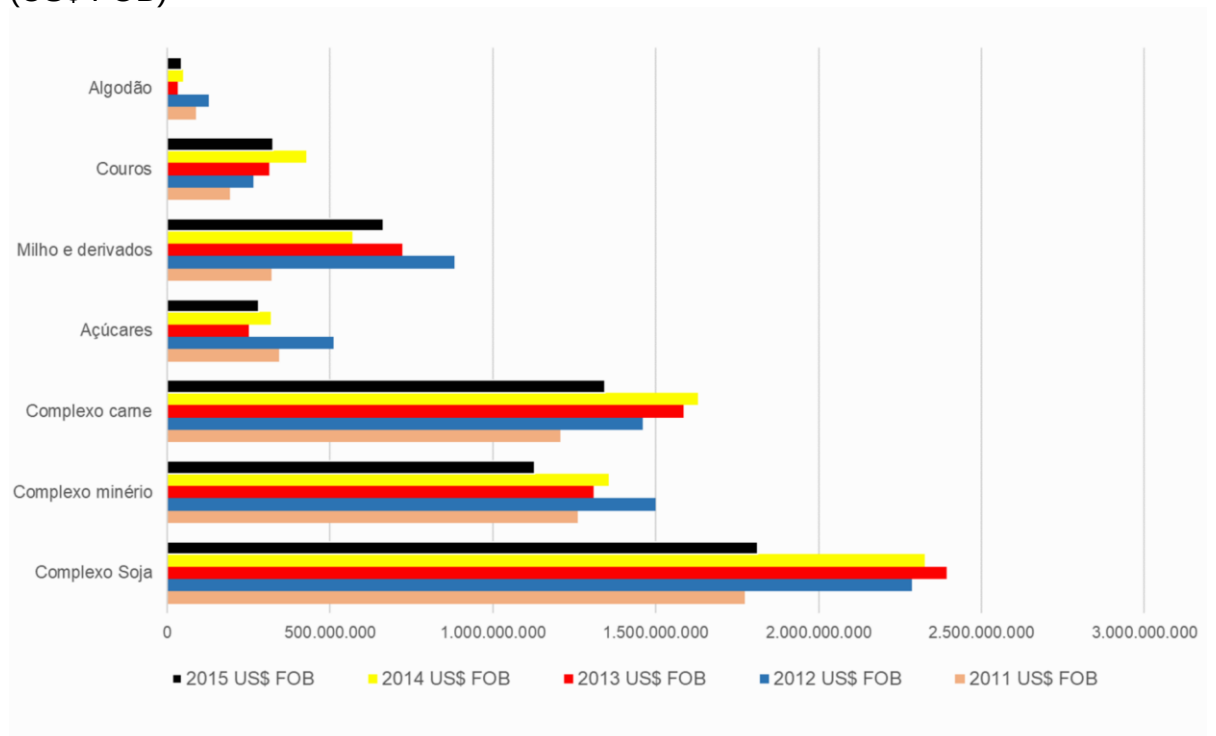
O estado de Goiás apresenta estrutura parecida com as estruturas de economias em desenvolvimento. Nota-se a importância da agropecuária (Gráficos 1, 2, 3, e 4) devido ao seu peso nas exportações e a concentração latifundiária caracterizando a existência de uma heterogeneidade espacial, com municípios pequenos e atividades precárias (MOREIRA, 2015). A análise da nossa pauta de exportação conjecturar demonstra que o estado possui um padrão exportador de especialização produtiva em *commodities* agrícolas e minerais.

Gráfico 1 – Estado de Goiás: Principais produtos exportados – 2005, 2007-2010 (US\$ FOB)



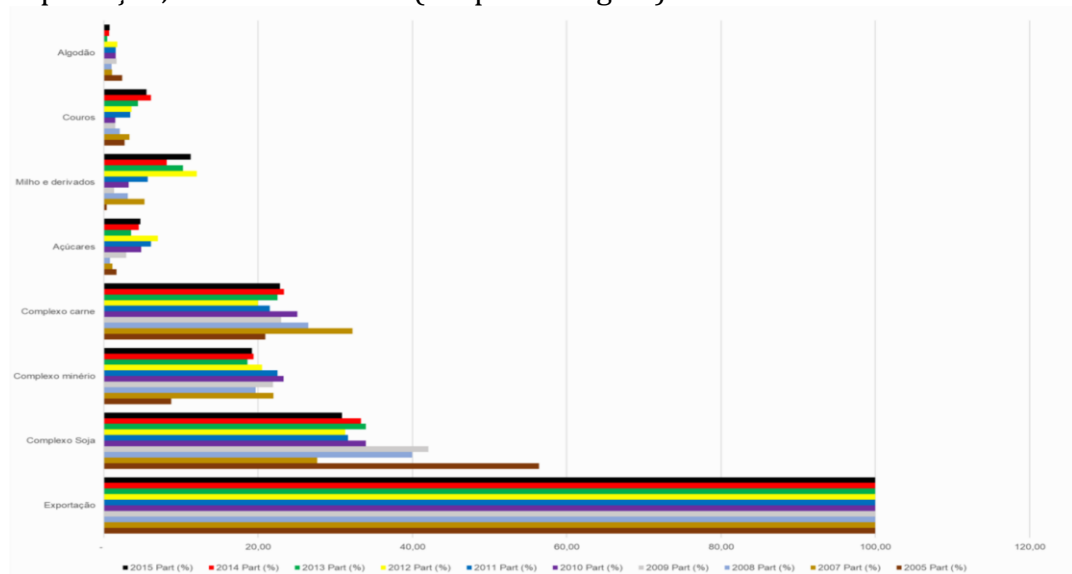
No agregado no período 2005, 2007-2015 os complexos soja, carne e minério representaram 34,35%, 23,33% e 20,08% respectivamente (Gráfico 5), e representam 77,76% das exportações do estado no período. Esse dado é importante para demonstrar que a nossa pauta de exportação está primarizada, ou seja, temos no estado um padrão exportador de especialização produtiva em *commodities* agrícolas, fruto da forma como a fronteira agrícola adentrou o território goiano.

Gráfico 2 – Estado de Goiás: Principais produtos exportados, 2011-2015 (US\$ FOB)



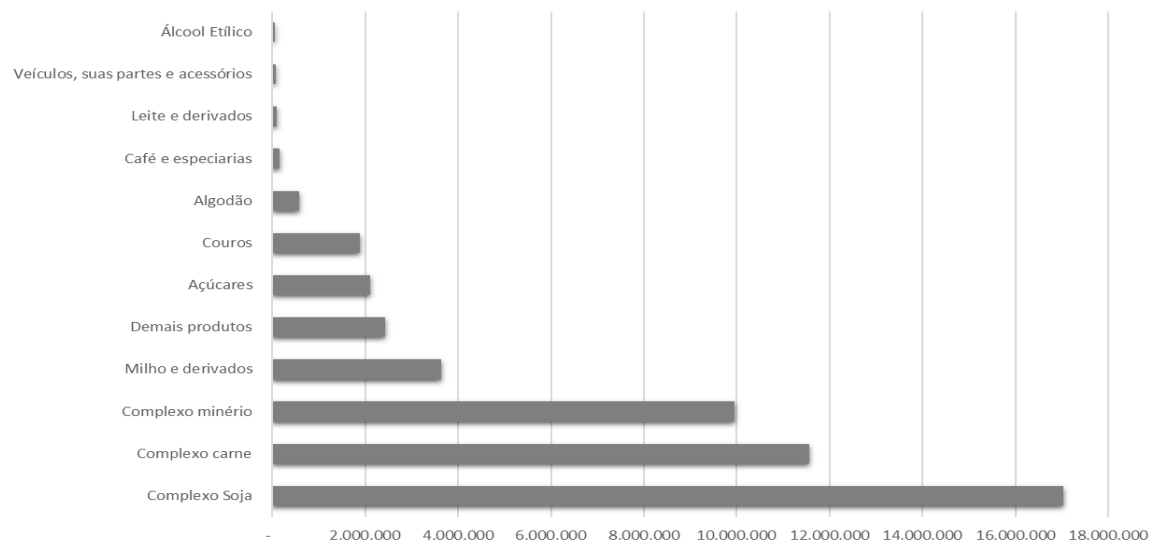
Os gráficos 1 e 2 mostram que nossa pauta de exportações em 2005, 2007-2015 foi dominada pela exportação de complexo soja, complexo minério e complexo carne. Em 2012 os complexos soja, carne e minério representaram 31,27%, 19,97% e 20,49% respectivamente (ver gráfico 3 e 4), representaram 71,73% das exportações goianas em 2012.

Gráfico 3 – Estado de Goiás: Participação dos principais produtos na exportação, 2005 2007-2015 (em porcentagem).



Fonte: Goiás (2016; 2015; 2014; 2013; 2011; 2010; 2009).

Gráfico 4 - Estado de Goiás: Agregado dos principais produtos exportados. 2005, 2007-2015 (US\$ 1.000 FOB).



Fonte: Goiás (2016; 2015; 2014; 2013; 2011; 2010; 2009).

Contribuindo e fortalecendo a missão institucional da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, o curso de Agronomia será criado e com ele este Projeto Pedagógico do Curso (PPC), necessário para direcionar as ações do Colegiado do curso. Ele constitui o documento norteador de suas atribuições acadêmicas, com especificidades e particularidades e descreve objetivamente o funcionamento do curso, a partir de um conjunto integrado de estratégias didáticas de ação.

A articulação entre as atividades curriculares é imprescindível, visto que a construção do conhecimento passa invariavelmente pela integração de partes da organização universitária, tais como atividades de pesquisa, ações comunitárias, desenvolvimento de tecnologias, gestões participativas e exercício da democracia.

Embora desenvolvido em bases bem definidas, a natureza do PPC é flexível, pois está sujeito à dinâmica do ensinar e do aprender de acordo com os avanços permanentes na área educacional. Ademais, as mudanças globais demandam novos conhecimentos e novas capacitações, que determinam novas formas de atuação profissional no campo de Agronomia.

Dados Gerais do Curso

Denominação do Curso:	AGRONOMIA				
Modalidade:	Bacharelado				
Endereço da I.E.S.:	RUA 15 N. 27 QUADRA 34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO				
Turno De Funcionamento:	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
Nº. De Vagas Anuais Oferecidas:	100				
Regime De Matrícula:	Semestral				
Dimensão Das Turmas:	Teóricas		Práticas		
	50		25		
Duração Do Curso:	Tempo Mínimo		Tempo Máximo		
	10 semestres		15 semestres		

Carga Horária Total do Curso

O Curso de Bacharelado em Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP terá a duração de 4.020 horas.

II. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 Contexto Econômico e Social

2.1.1 Caracterização regional da Área de Inserção da Instituição

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP situa-se na **RUA 15 N. 27 QUADRA 34 LOTE 34 ANDAR 01- CENTRO**, Porangatu – GO. A cidade de Porangatu está em sua própria microrregião, (Microrregião de Porangatu), com 45.315 habitantes em uma área de 35.287 km²; está a 426 km da capital, Goiânia. Esta microrregião (com área total de 35.171,853 km²) serve como um núcleo para dezenove municípios no norte do Estado de Goiás sendo eles: Alto Horizonte, Amaralina, Bonópolis, Campinaçu, Campinorte, Campos Verdes, Estrela do Norte, Formoso, Mara Rosa, Minaçu, Montividiu do Norte, Mutunópolis, Niquelândia, Nova Iguaçu de Goiás, Porangatu, Santa Tereza de Goiás, Santa Terezinha de Goiás, Trombas e Uruaçu com um total de 241.009 habitantes em 2016 segundo Ministério da Saúde. O município se situa a oeste da principal rodovia do estado, que é a BR-153, que liga Belém a Brasília e o sul do estado com o estado do Tocantins.

2.1.2 Demanda pelo Curso

A universalização progressiva do ensino médio constitui exigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A necessária expansão deste nível de ensino foi claramente planejada nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 10.172/2001, e no projeto de lei do novo PNE.

Na região de inserção da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP o ensino médio apresentou crescimento nas últimas décadas, o que pode ser associado à melhoria do ensino fundamental, à ampliação do acesso ao ensino médio e a uma maior demanda pela educação superior.

2.2 Perfil do Curso

O curso de Agronomia da FIP tem um papel fundamental para a transformação da realidade da sociedade, pois assume a Educação Superior como

fator estratégico para o desenvolvimento sustentável, para a promoção da igualdade de oportunidades, cidadania, inclusão social e solidária.

Assim, esse Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia da FIP tem como ideia nuclear o desenvolvimento do pensamento crítico sustentado pelos eixos da Política da Humanidade e Sociedade da Informação e da Comunicação. Logo, foram identificadas as necessidades sociais, políticas e econômicas da implantação do curso de Bacharelado em Agronomia da FIP.

O curso de Agronomia da FIP tem como finalidade responder às exigências do mercado no Estado e do Brasil. A formação acadêmica dos seus alunos visa a constituição de profissionais que se encontrem habilitados a enfrentar os desafios atuais existentes na sociedade e apoiem uma formação social e humanista voltada para a realidade local, estadual e federal.

O curso de Agronomia da FIP enseja como perfil:

- I - Sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver tecnologia;
- II - Capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;
- III - Compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente; e
- IV - Capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações

2.3 Objetivos do Curso

2.3.1 Objetivo Geral

O Curso de Agronomia da FIP tem por objetivo formar Engenheiros Agrônomos e oferecer à sociedade um profissional que domine com segurança as bases científicas e tecnológicas da área, formando profissionais ativos com capacidade de análise crítica da realidade e competência para gerar soluções criativas e não apenas um aplicador e difusor de tecnologias, mas um proponente de soluções adequadas ao meio rural e, claro, de maneira sustentável.

2.3.2 Objetivo Específicos

- Formar profissionais com atuação crítica e criativa no planejamento e diagnósticos do setor agrícola e pecuário, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;
- Formar profissionais que estejam atentos ao setor agropecuário com vistas aos aspectos do desenvolvimento sustentável e melhoria do meio ambiente;
- Formar profissionais com sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver tecnologia;
- Fomentar o espírito crítico do aluno e futuro profissional para o desenvolvimento de pesquisas necessárias ao desenvolvimento agrícola, mas com ética e visão criteriosa dos resultados científicos;
- Preparar profissionais para desenvolverem uma visão técnico-gerencial do setor agropecuário, habilitando-os a atuarem nos setores do agronegócio;
- Incentivar o aluno e futuro profissional ao desenvolvimento de trabalho em equipe e multidisciplinar, possibilitando-o a visão ampla e geral dos sistemas de produção;
- Incentivar o aluno e futuro profissional na geração e difusão de tecnologias visando implantação de novos métodos e práticas agrícolas, em harmonia com o meio ambiente;
- Promover e desenvolver a habilidade de comunicação e transmissão do conhecimento;
- Capacitar o aluno e o futuro profissional o uso racional dos recursos naturais das diferentes regiões em consonância com os sistemas de produção a serem implantados e otimizados;

- Conscientizar e desenvolver o pensamento de um profissional que compreenda e sinta a necessidade de uma aprendizagem continuada, que o possibilitará promover a contínua otimização do sistema de produção baseado em conhecimentos técnicos científicos e atuando para um desenvolvimento sustentável.

2.4 Perfil do egresso

O profissional egresso do Curso de Agronomia deverá ter sólida formação científica e profissional geral que o capacite a absorver e desenvolver tecnologias que lhe permitirão atuação crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

O formando deverá desenvolver a capacidade de compreensão e tradução das necessidades dos indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente.

O Curso deverá estabelecer ações pedagógicas com base no desenvolvimento de condutas e atitudes com responsabilidade técnica e social, tendo como princípios:

- ✓ Respeito à fauna e à flora;
- ✓ Conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;
- ✓ Uso tecnológico racional, integrado e sustentável do ambiente;
- ✓ Emprego de raciocínio reflexivo, crítico e criativo;
- ✓ Atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício de atividades profissionais.

O egresso do curso de Agronomia da FIP deverá desenvolver compreender e traduzir as necessidades dos indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, sócio econômicos, gerenciais e organizativos, bem como a utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente.

2.5. Habilidades e competências do Engenheiro Agrônomo

O egresso do curso de Agronomia da FIP deverá desenvolver as seguintes habilidades e competências, segundo o Art. 6º da Resolução 01/2006/CNE:

- a) projetar, coordenar, analisar, fiscalizar, assessorar, supervisionar e especificar técnica e economicamente projetos agroindustriais e do agronegócio, aplicando padrões, medidas e controle de qualidade;
- b) realizar vistorias, perícias, avaliações, arbitramentos, laudos e pareceres técnicos, com condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente;
- c) atuar na organização e gerenciamento empresarial e comunitário interagindo e influenciando nos processos decisórios de agentes e instituições, na gestão de políticas setoriais;
- d) produzir, conservar e comercializar alimentos, fibras e outros produtos agropecuários;
- e) participar e atuar em todos os segmentos das cadeias produtivas do agronegócio;
- f) exercer atividades de docência, pesquisa e extensão no ensino técnico profissional, ensino superior, pesquisa, análise, experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;
- g) enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mundo, do trabalho, adaptando-se às situações novas e emergentes.

2.6 Avaliação da Aprendizagem

A avaliação não é entendida nem como um ato isolado, ao término de um período letivo em que se julga se o aluno pode ou não ser aprovado, nem como um conjunto de constatações a respeito do aproveitamento ou não do aluno, sem se

basear em medidas concretas e imediatas que permitam corrigir o comportamento do aluno (ou, se for o caso, do professor, ou até mesmo da programação). A avaliação deve ser entendida como um processo integrado ao processo ensino-aprendizagem.

Os professores baseiam-se nos objetivos a alcançar como critérios definidores do processo de avaliação, sendo que os objetivos dizem o que avaliar, de que forma avaliar, qual a técnica ou instrumento utilizar para avaliar, o que registrar e de que forma, como discutir o aproveitamento ou não da atividade e qual o encaminhamento a ser combinado com o aluno, tendo em vista reiniciar o processo de aprendizagem.

Aquisição de informações, desenvolvimento de habilidades motoras, capacidade de comunicação, participação e iniciativa no processo de aprendizagem, prontidão, habilidades técnicas e artísticas, atitudes de companheirismo, relacionamento humano, colaboração com os colegas, imaginação, memória, capacidade de relacionar informações etc. são objetivos que se constituem em critérios para o professor organizar o processo de avaliação, elaborar os instrumentos avaliatórios adequados e utilizar as técnicas convenientes a todos estes aspectos em parte imprescindíveis ao se propor uma avaliação.

Estes elementos devem estar claros tanto para professores como para os alunos já que desta clareza é que advém um clima de colaboração, de compreensão fundamental no relacionamento professor/grupo/classe.

Portanto, espera-se dos docentes do Curso de agronomia a manutenção de um clima de trabalho conjunto entre professor e aluno, mesmo durante o processo de avaliação. Que haja uma definição bastante clara do processo de avaliação quer por parte do professor quer por parte do aluno, mas também uma compreensão completa dos objetivos a serem atingidos. Isto traz segurança ao comportamento de ambos. O aluno sabe onde deverá chegar e que passos deverá percorrer para isso. O professor conhece quais são as aprendizagens a serem adquiridas pelo aluno e através de quais referências poderá determinar se elas foram ou não conseguidas de fato.

Faz parte do processo educativo o aluno aprender a se auto avaliar. O clima de cooperação e confiança entre professor e aluno facilita o desenvolvimento da capacidade de autoavaliação do discente. Esta preenche finalidades importantíssimas, relacionadas com a condição de aprendiz de todo ser humano. Aprender a se auto avaliar é educar-se para a vida como cidadão do mundo.

A autoavaliação, para ser realizada adequadamente, requer todo um trabalho do professor e do aluno, a fim de que seja aprendida e desenvolvida, gradualmente,

por meio de treino. O aluno precisa aprender não só a se observar, a comparar e a relacionar seu desempenho com os objetivos propostos, mas também a desenvolver uma honestidade pessoal a fim de reconhecer tanto seu sucesso como seu fracasso.

O processo de avaliação abarca tanto o desempenho do aluno, quanto o do professor, bem como a adequação do programa. Um processo de aprendizagem resulta da inter-relação de três elementos: o desempenho do aprendiz, o de seu orientador e a adequação do programa apresentado.

- Dentre os mecanismos empregados para a avaliação podemos destacar:
- Acompanhamento das atividades e participação em sala de aula;
- Realização de trabalhos de pesquisa em grupo e individualmente;
- Provas;
- Avaliações multidisciplinares;
- Seminários;
- Participação nas discussões promovidas em sala de aula;
- Realização e apresentação de trabalhos;
- Realização e apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso;
- Realização do Estágio Supervisionado e a apresentação do respectivo relatório.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares.

Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de prova e demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados. Os exercícios escolares de verificação constam de trabalhos de avaliação, trabalhos de pesquisa e outras formas previstas no plano de ensino da disciplina.

Atendida em qualquer caso a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

- I independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 6 (seis), correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares;
- II mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 6 (seis), porém não inferior a 3 (três), obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondente à média aritmética entre a nota de aproveitamento e a nota de exame final.

- III O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, sejam as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito na repetência às mesmas exigências de aproveitamento, estabelecidas no Regimento.

2.7 Formas de Acesso ao Curso

O acesso ao curso se dá por meio do processo seletivo que se destina a avaliar a formação recebida pelos candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e a classificá-los dentro do estrito limite das vagas oferecidas pelo curso.

As inscrições para processo seletivo são abertas em edital, do qual constarão os cursos oferecidos com as respectivas vagas, os prazos de inscrição, a documentação exigida para a inscrição, a relação das provas, os critérios de classificação e demais informações úteis.

O processo seletivo abrange conhecimentos comuns às diversas formas de escolaridade do ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade, que serão avaliados através de provas, na forma disciplinada pelo Conselho Superior.

A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite das vagas fixadas, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos pelo Conselho Superior.

A classificação obtida é válida para a matrícula no período letivo para o qual se realiza a seleção, tornando-se nulos seus efeitos se o candidato classificado deixar de requerê-la ou, em o fazendo, não apresentar a documentação regimental completa, dentro dos prazos fixados.

Na hipótese de restarem vagas poderá realizar-se novo processo seletivo, ou nelas poderão ser matriculados portadores de diploma de graduação, conforme legislação vigente.

Vale ressaltar que as especificações para os portadores de necessidades especiais são atendidas de acordo com a Lei vigente. O aluno ingressante pode contar com parcerias e convênios entre a instituição e várias empresas e instituições locais: associações, clubes, cooperativas, órgãos públicos, prefeituras e sindicatos bem como uma variedade de projetos sociais.

2.8 Políticas Institucionais no âmbito do Curso

2.8.1 Articulação do PPC com o PDI

Os objetivos gerais constantes no Programa de Desenvolvimento Institucionais PDI da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) estão presentes no perfil de formação do estudante de Agronomia conforme pode concluir-se da análise da estrutura curricular do curso.

Coerentes com os objetivos institucionais sobressaem também os objetivos específicos de cada disciplina, convergindo todos, afinal, para o objetivo maior, qual seja o de, no médio prazo, identificar o Curso de Agronomia da FIP como, senão o melhor, um dos melhores cursos de graduação em Agronomia do Estado, proporcionando ao estudante, a oportunidade de uma formação em Agronomia ao nível das melhores oferecidas pelo mundo acadêmico do Brasil.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, como instituição privada prestadora de serviços educacionais, adequa-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, sistema esse de avaliação que enfatiza a avaliação institucional a partir da autoavaliação, combinando autoavaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando.

O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a autoavaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional. O desenvolvimento da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem como referência o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional que define a sua missão, finalidades e objetivos.

2.8.2 Implementação das políticas institucionais constantes no PDI

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, enfatiza a avaliação institucional a partir da autoavaliação, combinando autoavaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando. O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a autoavaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem como referência o seu Projeto de Desenvolvimento Institucional que define a sua missão, finalidades e objetivos.

A autoavaliação é fundamental para o gestor máximo da Faculdade acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Assim, a avaliação institucional vai além de mudanças nas práticas individuais e atinge a gestão, se tornando um processo qualitativo para subsidiar as políticas educacionais e científicas com a participação da instituição e sociedade.

2.9 Políticas Raciais

A instituição de ensino é o lugar de construção, não só do conhecimento, mas também de identidade, de valores, de respeito ao “outro”.

O Brasil é formado a partir das heranças culturais europeias, indígenas e africanas, e não contempla, de maneira equilibrada, essas três contribuições no sistema educacional. Além disso, os livros didáticos apresentam uma visão eurocêntrica, perpetuando estereótipos e preconceitos.

Esse quadro começa a mudar a partir de 2003, com a aprovação da Lei 10.639/03, que tornava obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, substituída, em 2008, pela Lei 11.645/08, que inclui também o ensino de História e Cultura Indígena. Essas leis alteraram a Lei de Diretrizes e Bases - LDB e têm o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro.

Nessa perspectiva, o Projeto de Políticas Étnico Raciais da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP para o curso de Agronomia tem como objetivo instrumentalizar teoricamente o respeito às culturas afrodescendentes e indígenas, que têm sofrido ao longo da história brasileira preconceito, discriminação e exclusão social.

As políticas étnico-raciais do curso de Agronomia serão direcionadas para as temáticas abordadas na disciplina de Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania ou outras disciplinas, cujas temáticas estejam contempladas nas respectivas ementas.

2.10 Educação ambiental e direitos humanos

A educação ambiental amparada legalmente na Constituição Federal de 1988, na Lei n. 9.795/99 e compromissos internacionais assumidos, como o documento resultante da Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental de Tbilisi de

1977, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA) de 1980 e outros, tem articulado uma educação ambiental voltada para a sustentabilidade e responsabilidade global.

Nesse processo vários países da América Latina e Caribe, dentre eles, o Brasil, assumiu compromissos internacionais como, por exemplo, o Plano Andino-amazônico de Comunicação e Educação Ambiental – PANACEA, que inclui os Ministérios do Meio Ambiente e de Educação dos países.

No plano das políticas públicas o Ministério da Educação tem promovido inúmeras articulações, dentre elas os Parâmetros em Ação-Meio Ambiente na Escola e o Programa de Formação Continuada de Professores (1999) a inclusão da Educação Ambiental no Censo Escolar (2001), a formação continuada de professores em Educação Ambiental e outros.

Mediante esta realidade, o Conselho Nacional de Educação aprovou o Parecer CNE/CP nº 8, de 6 de março de 2012, homologado por Despacho do Senhor Ministro de Estado da Educação, publicado no DOU de 30 de maio de 2012, estabelecendo as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos incluindo os direitos ambientais no conjunto dos internacionalmente reconhecidos, e definiu que a educação para a cidadania compreende a dimensão política do cuidado com o meio ambiente local, regional e global.

No âmbito da educação superior a educação integral tem como metas a sustentabilidade, interdisciplinaridade e o fomento à pesquisa voltada para a educação ambiental.

Nessa perspectiva a educação ambiental, na Faculdade Impacto de Porangatu (FIP) tem como meta a sustentabilidade, interdisciplinaridade e o fomento a pesquisa voltada para a educação ambiental, por entender que a educação ambiental e direitos humanos envolvem uma educação responsável, crítica, participativa e cidadã. Nelas articulam-se os saberes tradicionais, avança na construção da cidadania, e possibilita um futuro sustentável.

A FIP contará com o Projeto de Conservação, Preservação e Sustentabilidade da FIP que tem como objetivo “Desenvolver uma política de gestão ambiental, implantando práticas voltadas para a conservação, preservação e sustentabilidade da Faculdade Impacto de Porangatu (FIP)”.

Adicionalmente, o curso visa executar projetos de preservação do meio ambiente, abordando temas como sustentabilidade, reciclagem entre outros.

2.11 Estrutura Curricular

A estrutura curricular do curso de Agronomia da FIP é definida como a disposição ordenada de componentes curriculares conforme matriz curricular.

São componentes curriculares dessa estrutura curricular:

- I - Disciplinas;
- II - Estágio obrigatório;
- III - Atividades complementares;
- IV - Trabalho de Conclusão de Curso (TCC);
- V - Desempenho dos Estudantes (Enade).

O Enade é um componente curricular especial, não integrante dos Núcleos de Ensino.

2.11.1- Distribuição da Carga Horária por Conteúdo

O Curso Bacharelado em Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP foi concebido com base na(s) Diretrizes Curriculares Nacionais, atendendo a Resolução CNE/CES 1/2006, publicada no Diário Oficial da União, de 3 de fevereiro de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Agronomia, bacharelado.

Os conteúdos selecionados como objeto de trabalho para desenvolvimento nas habilidades na área de agronomia de acordo com o Art. 7º da Resolução CNE/CES 1/2006 serão distribuídos em três núcleos de conteúdos, recomendando-se a interpenetrabilidade entre eles:

- Núcleo de conteúdos básicos;
- Núcleo de conteúdos profissionais essenciais;
- Núcleo de conteúdos profissionais específicos;

I - Segundo o Artigo 7º da Resolução 1 do CNE, no seu inciso I, o núcleo de conteúdos básicos será composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística,

Informática, Expressão Gráfica e disciplinas preparatórias, de caráter diversificado e obrigatório.

Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Básicos	Carga Horária
Biologia Celular e Molecular	60
Cálculo	60
Língua Portuguesa	60
Fundamentos da Informática	60
Estatística Experimental	60
Química Geral	60
Física Geral	60
Química Orgânica	60
Metodologia Científica	60
Estatística	60
Desenho Gráfico Digital	60
Bioquímica	60
Microbiologia Geral	60
Ecologia Geral	60
Introdução à Agronomia, Ciência e Profissão	60
Anatomia e Morfologia Vegetal	60
Zoologia Geral	60
Fisiologia Vegetal	60
Genética e Melhoramento Vegetal	60
Total da Carga Horária	1140

II - Segundo o Artigo 7º da Resolução 1 do CNE, no seu inciso II, o núcleo de conteúdos profissionais essenciais será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e agronegócio, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por disciplinas das áreas de agricultura geral,

fitossanidade, solos, ciências florestais, engenharia aplicada, economia e administração agrícola, sociologia e extensão rural, áreas do conhecimento de processamento de produtos agropecuários, áreas do conhecimento da zootecnia, estágio supervisionado e trabalho de conclusão de curso.

Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Profissionais Essenciais	Carga Horária
Ciência do Solo: Morfologia e Gênese	60
Ciência do Solo: Fertilidade de Solos e Nutrição de Plantas	60
Agrometeorologia e Climatologia	60
Ciência do Solo: Física e Conservação do Solo e da Água	60
Mecânica e Mecanização Agrícola	60
Topografia Básica	60
Hidráulica Agrícola	60
Irrigação e Drenagem	60
Microbiologia Agrícola	60
Fitopatologia Geral	60
Fitopatologia Aplicada	60
Entomologia Geral	60
Manejo Integrado de Pragas	60
Manejo de Plantas Daninhas	60
Manejo e Produção Florestal	60
Tecnologia e Produção de Sementes	60
Plantas Ornamentais e Paisagismo	60
Agricultura Geral	60
Fruticultura Geral	60
Olericultura Geral	60
Comunicação e Extensão Rural	60
Administração e Economia Rural	60
Agricultura II	60
Sociologia Rural	60

Avicultura e Suinocultura	60
Bovinocultura	60
Agrostologia e Forragicultura	60
Construções Rurais	60
Tecnologia e Processamento de Produtos Agropecuários	60
Seminário Interdisciplinar	60
Estágio Supervisionado	400
Trabalho de Conclusão de Curso	120
Total da Carga Horária	2320

III - O núcleo de conteúdos profissionais específicos deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria.

As disciplinas profissionalizantes específicas constituirão o rol das disciplinas optativas do Curso de Agronomia da FIP e, por não existir o conceito de especialização, o aluno poderá direcionar a sua formação para uma das grandes áreas de conhecimentos das Ciências Agrárias, cursando disciplinas específicas. Portanto, quando da renovação semestral da matrícula, o estudante concorrerá em igualdade de condições às vagas em todas as disciplinas específicas constantes em seu plano de estudo.

Os conteúdos profissionalizantes específicos estão discriminados nas tabelas a seguir:

Disciplinas do Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos	Carga Horária
Optativa I e II	120
Planejamento e Projetos Agropecuários	40
Manejo e Gestão Ambiental	60
Silvicultura e Sistemas Agrossilvopastoris	60
Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio	60
Atividades Complementares	200

Total da Carga Horária	540
-------------------------------	------------

A integralização curricular é feita pelo sistema seriado semestral, com a possibilidade de oferta de disciplinas, em módulos de vinte semanas, respeitado o mínimo de cem dias letivos semestrais. A duração e o conteúdo das disciplinas estão em consonância com a carga horária total do curso.

O projeto pedagógico foi elaborado de acordo com os princípios básicos, fixados pela Resolução CNE/CNE nº 1 de 02/02/2006, que instituiu as diretrizes curriculares nacionais, para os cursos de Graduação em Agronomia e da Resolução CES/CSE nº 2 de 18/06/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelado, na modalidade presencial, sendo que as diretrizes pedagógicas adotadas conduzem à flexibilização dos componentes curriculares.

O currículo do curso está de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, fixadas pelo MEC, que permite essa flexibilidade.

As Atividades Complementares, as quais apresentam-se como integrantes de espaço curricular propício ao desenvolvimento e atendimento das individualidades do educando, serão outras maneiras de flexibilizar o curso.

A estrutura curricular é interdisciplinar porque a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP entende ser de fundamental importância a aplicação do conceito da interdisciplinaridade, em substituição de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária do ser humano. Além disso, os conteúdos se combinam e se relacionam, caracterizando uma aprendizagem que prevê o desenvolvimento de múltiplos raciocínios e interpretações sobre um mesmo objeto de estudo.

A estrutura curricular articula a teoria com a prática uma vez que enfatiza o estudo e a reflexão epistemológica sobre a construção do conhecimento no contexto social do educando e dos desafios presentes.

Para garantir a prática interdisciplinar no contexto pedagógico do curso de Agronomia, o currículo se organiza observando a verticalização do conhecimento, na medida em que evolui nas suas especificidades, no sentido crescente de complexidade e especialização. Por outro lado, garante-se também a sua organização horizontal, nucleando as diversas áreas do conhecimento em conjuntos que formam

as séries do curso, sob a forma de disciplinas e/ou atividades, no sentido de permitir o desenvolvimento das diferentes habilidades definidas para o curso.

A relação teoria-prática se materializa na Elaboração do Trabalho de Curso que pretende ser sempre a "expressão do conhecimento" adquirido ao longo do Curso, e construído progressivamente pelo concurso de atividades realizadas em todas as disciplinas.

Entre as atividades extracurriculares que serão disponibilizadas aos discentes serão realizadas visitas técnicas, trabalhos de campo e palestras com profissionais reconhecidos no mercado, nos órgãos de registro e fiscalização da profissão e pesquisadores renomados da Agronomia nacional e internacional.

2.11.3 Estrutura curricular: dimensionamento da carga horária

O curso de Graduação em Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP está estruturado de acordo com a Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2006¹, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais, que fixa os conteúdos para o referido curso.

O Currículo do Curso abrange uma sequência de disciplinas e atividades ordenadas por matrículas semestrais por disciplina em uma seriação considerada adequada para o encadeamento lógico de conteúdos e atividades.

As disciplinas propostas para o referido curso e a carga horária das mesmas são apresentadas no quadro “organização curricular” a seguir:

2.11.4 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE BACHAREL EM AGRONOMIA

Disciplinas – 1º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Biologia Celular e Molecular	03	40	20	60
Cálculo	03	60	-	60
Língua Portuguesa	03	60	-	60
Fundamentos da Informática	03	20	40	60
Introdução à Agronomia, Ciência e Profissão	03	60	-	60
Química Geral	03	40	20	60
Humanidades, Ciências Sociais e Cidadania	02	40		40
Total de horas no 1º Semestre				400

Disciplinas – 2º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Desenho Gráfico Digital	03	20	40	60
Estatística	03	40	20	60
Topografia Básica	03	40	20	60
Metodologia Científica	02	40	-	40
Anatomia e Morfologia Vegetal	03	40	20	60
Física Geral	03	40	20	60
Ecologia Geral	03	60	-	60
Total de horas no 2º Semestre				400

Disciplinas – 3º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Zoologia Geral	03	40	20	60
Ciência do Solo: Morfologia e Gênese	03	40	20	60
Bioquímica	03	40	20	60
Microbiologia Geral	03	30	30	60
Fisiologia Vegetal	03	40	20	60
Química Orgânica	03	60	-	60
Total de horas no 3º Semestre				360

Disciplinas – 4º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Fitopatologia Geral	03	40	20	60
Entomologia Geral	03	40	20	60
Ciência do Solo: Fertilidade de Solos e Nutrição de Plantas	03	40	20	60
Microbiologia Agrícola	03	40	20	60
Construções Rurais	03	60	-	60
Mecânica e Mecanização Agrícola	03	40	20	60
Total de horas no 4º Semestre				360

Disciplinas – 5º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Fitopatologia Aplicada	03	40	20	60
Estatística Experimental	03	40	20	60
Ciência do Solo: Física e Conservação do Solo e da Água	03	40	20	60
Agrometeorologia e Climatologia	03	40	20	60
Genética e Melhoramento Vegetal	03	40	20	60
Hidráulica Agrícola	03	40	20	60

Total de horas no 5º Semestre				360
--------------------------------------	--	--	--	------------

Disciplinas – 6º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Manejo Integrado de Pragas	03	40	20	60
Sociologia Rural	03	60	-	60
Administração e Economia Rural	03	40	20	60
Manejo de Plantas Daninhas	03	40	20	60
Manejo e Produção Florestal	03	40	20	60
Irrigação e Drenagem	03	40	20	60
Total de horas no 6º Semestre				360

Disciplinas – 7º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Olericultura Geral	03	40	20	60
Fruticultura Geral	03	40	20	60
Agricultura I	03	40	20	60
Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio	03	60	-	60
Plantas Ornamentais e Paisagismo	03	40	20	60
Tecnologia e Produção de Sementes	03	40	20	60
Planejamento de Projetos Agropecuários	02	40		40
Total de horas no 7º Semestre				400

Disciplinas – 8º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Agricultura II	03	40	20	60
Comunicação e Extensão Rural	03	60	-	60
Manejo e Gestão Ambiental	03	40	20	60
Optativa I	02	40	-	40
Agrostologia e Forragicultura	03	40	20	60
Bovinocultura	03	40	20	60
Trabalho de Conclusão de Curso I	02	40		40
Total de horas no 8º Semestre				380

Disciplinas – 9º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Avicultura e Suinocultura	03	40	20	60
Seminário Interdisciplinar	03	60	-	60

Tecnologia e Processamento de Produtos Agropecuários	03	30	30	60
Avaliação do Impacto Ambiental	03	60	-	60
Optativa II	03	40	-	40
Silvicultura e Sistemas Agrosilvipastoris	03	40	20	60
Trabalho de Conclusão de Curso II	03	60		60
Total de horas no 9º Semestre				400

Disciplinas – 10º Semestre	Crédito	Carga horária Teoria	Carga horária Prática	Carga horária Total
Estágio Supervisionado		-	400	400
Total de horas no 10º Semestre				400
TOTAL				3820
ATIVIDADES COMPLEMENTARES				200
TOTAL GERAL DE HORAS DO CURSO				4020

DISCIPLINAS OPTATIVAS DO CURSO DE AGRONOMIA

DISCIPLINAS	Carga Horária
Libras - Língua Brasileira de Sinais	40
Apicultura	40
Agroecologia	40
Manejo e Armazenamento de Grãos	40
Georreferenciamento e Geoprocessamento	40
Avaliação do Impacto Ambiental	40

2.12 Coerência do currículo com os objetivos do curso

Os objetivos gerais constantes no Programa de Desenvolvimento Institucional PDI da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, estão presentes no perfil de formação do estudante de Agronomia conforme descrito na estrutura curricular do curso.

O objetivo do curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é proporcionar ao estudante a oportunidade de uma formação em Agronomia ao nível das melhores oferecidas pelo mundo acadêmico do Brasil.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP adequa-se ao Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Sistema de avaliação que enfatiza a avaliação institucional a partir da auto-avaliação,

combinando auto-avaliação, avaliação externa e avaliação do desempenho do educando.

O SINAES, na sua regulamentação, prevê como um dos processos a auto-avaliação institucional articulada ao desenvolvimento institucional. Desse modo, a auto-avaliação é fundamental para os gestores da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP acompanhar o desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

2.12.1 Coerência do Currículo com às Diretrizes Curriculares Nacionais

O currículo do Curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, foi elaborado e articulado de modo a atender as determinações da resolução CNE/CES 11 de 11 de Março de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais com fundamento no Parecer CES 1.362/2001, de 12 de dezembro de 2001, peça indispensável do conjunto dessas diretrizes, conforme demonstra o quadro a seguir:

2.12.2 Estratégias de flexibilização curricular

Com vistas a implementação das aulas semipresenciais, com utilização de recursos *on line*, plano de estudos para complementação curricular, aproveitamento de estudos, atividades complementares e participação em atividades acadêmicas de outros cursos dentro e fora da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Atividades de extensão, parcerias, pesquisas acadêmicas entre as principais situações teórico-práticas que são executadas pela Faculdade Impacto de Porangatu.

Além disso, o aluno reprovado em até duas disciplinas, poderá cursá-la posteriormente, em regime de dependência, sem a necessidade de interromper o curso normal do período vindouro. A Faculdade Impacto de Porangatu, com previsão em seu regimento interno, prevê a possibilidade de o aluno reprovado, cursar esta disciplina em períodos posteriores.

2.12.3 Ementas e Bibliografias

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Biologia Celular e Molecular	Carga horária total: 60 horas	Período: 1º
Ementa		
O organismo. Estrutura e organização celulares. Métodos de estudo da célula: microscopia, técnicas de preparo de lâminas, métodos moleculares. Morfologia da célula de procariotos e eucariotos. Citologia: membrana plasmática, parede celular, organelas e suas respectivas funções. Ciclo celular: mitose e meiose. Crescimento e desenvolvimento.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ALBERT, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K.; JONHSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Fundamentos da Biologia Celular . Porto Alegre: Artmed, 2017. [Minha Biblioteca]		
DE ROBERT, E.; HIB, J. Biologia celular e molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. [Minha Biblioteca]		
JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. . [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
ALMEIDA, L. M.; PIRES, C. Biologia celular: estrutura e organização molecular . São Paulo: Érica, 2014. . [Minha Biblioteca]		
JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Histologia Básica: texto e atlas . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. . [Minha Biblioteca]		
LODISH, H.; BERK, A.; KAISER, C. A.; KRIEGER, M.; BRETSCHER, A.; PLOEGH, H.; AMON, A.; SCOTT, M. P. Biologia celular e molecular . Porto Alegre: Artmed, 2014. . [Minha Biblioteca]		
REECE, J. B.; WASSERMAN, S. A.; URRY, L. A.; CAIN, M. L.; MINORSKY, P. V.; JACKSON, R. B. Biologia de Campbell . Porto Alegre: Artmed, 2015. . [Minha Biblioteca]		
ZAHA, A.; FERREIRA, H. B.; PASSAGLIA, L. M. P. Biologia molecular básica . Porto Alegre: Artmed, 2014. . [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Cálculo	Carga horária total: 60 horas	Período: 1º
Ementa		
Funções de várias variáveis. Limite. Continuidade. Derivadas Parciais. Diferenciabilidade. Máximos e Mínimos. Método dos Multiplicadores de Lagrange. Integral Dupla. Matrizes. Determinantes. Sistemas Lineares.		
Referências Bibliográficas Básicas		

GUIDORIZZI, H. L. Um curso de cálculo ; v. 2. Rio de Janeiro: LTC, 2013. [Minha Biblioteca]
RODRIGUES, A. C. D. Cálculo diferencial e integral a várias variáveis . Rio de Janeiro: LTC, 2016. [Minha Biblioteca]
SILVA, P. S. D. Cálculo diferencial e integral . Rio de Janeiro: LTC, 2017. [Minha Biblioteca]
Referências Bibliográficas Complementares
ADAMI, A. M.; DORNELLES FILHO, A. A.; LORANDI, M. M. Pré-cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2015. [Minha Biblioteca]
ALTON, H.; BIVENS, I.; DAVIS, S. Cálculo . Porto Alegre: Bookman, 2014. [Minha Biblioteca]
HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. SOBECKI, D.; PRICE, M. Cálculo um curso moderno e suas aplicações : tópicos avançados. Rio de Janeiro: LTC, 2015. [Minha Biblioteca]
LIPSCHUTZ, S.; LIPSON, M. L. Álgebra linear . Porto Alegre: Bookman, 2011. [Minha Biblioteca]
SABBADIN, Dárcio Silvestre. Sistemas lineares . Porto Alegre. SAGAH. 2018. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Língua Portuguesa	Carga horária total: 60 horas	Período: 1º
Ementa		
Tópicos gramaticais básicos: Linguagem. Ortografia. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Sintaxe de concordância. Sintaxe de regência. Pontuação. Compreensão e produção do texto. Expressão oral. Produção e compreensão de textos informativos e acadêmicos. Argumentatividade textual. Normas linguísticas. Resenhas. Síntese textual.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ANDRADE, Maria Margarida; HENRIQUES, Antônio. Língua Portuguesa. Noções Básicas para Cursos Superiores . São Paulo: Atlas, 2010. [Minha Biblioteca]		
FARACO, Carlos Alberto. Prática de texto para estudantes universitários . Petrópolis: Vozes, 2008. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 8]		
MEDEIROS, João Bosco. Português Instrumental. Para cursos de Contabilidade, Economia e Administração . 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 8]		
Referências Bibliográficas Complementares		
ALMEIDA, Antônio F.; ALMEIDA, Valeria Silva R. Português Básico. Gramática, Redação e Texto . São Paulo: Atlas, 2004. [Minha Biblioteca]		
ALMEIDA, Napoleão Mendes. Gramática metódica da língua portuguesa . São Paulo: Saraiva, 2009. [Minha Biblioteca]		

ANDRADE, Maria Margarida. **Comunicação em língua portuguesa**. São Paulo: Atlas, 2009. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 3]

GOLD, Miriam. **Redação Empresarial. Escrevendo com sucesso na era da globalização**. São Paulo, Pearson, 2009. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 3]

TOMASI, Carolina. **Ortografia: novo acordo ortográfico da língua portuguesa**. São Paulo: Altas, 2008. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 3]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Fundamentos da Informática	Carga horária total: 60 horas	Período: 1º
Ementa		
Introdução ao processamento de dados. O computador e seu impacto no mundo moderno Conceitos básicos. Hardware. Software. Componentes de um computador. Memórias. Sistemas e aplicativos. Introdução aos sistemas operacionais. Configurações do ambiente de trabalho. Principais softwares básicos. Principais softwares aplicativos.		
Referências Bibliográficas Básicas		
LAMBERT, J. Microsoft Word 2013 passo a passo . Porto Alegre: Bookman, 2014. [Minha Biblioteca]		
MAÇULA, M. BENINI FILHO, P. A. Informática. Conceitos e aplicações , São Paulo: Editora Erica, 2013. [Minha Biblioteca]		
MANZANO, J. A. N. G. BrOffice.org 3.2.1: guia prático de aplicação . São Paulo: Érica. 2010. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
FRYE, C. D. Microsoft Excel 2013 passo a passo . Porto Alegre: Bookman, 2014. [Minha Biblioteca]		
GUILHEN, B. BrOffice.org para concursos: writer, calc e impress . São Paulo: Impetus, 2011. [Minha Biblioteca]		
GUIMARÃES, A. M.; LAGES, N. A. C. Introdução a ciência da computação . Rio de Janeiro: LTC, 2014. [Minha Biblioteca]		
MANZANO, A. L. N. G. Estudo dirigido de Microsoft PowerPoint 2013 . São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]		
MARQUES, J. A.; FERREIRA, P.; RIBEIRO, C.; VEIGA, L.; RODRIGUES, R. Sistemas Operacionais . Rio de Janeiro: LTC, 2011. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Introdução à Agronomia, Ciência e Profissão	Carga horária total: 60 horas	Período: 1º
Ementa		
A agronomia como profissão formação do engenheiro. Currículo do curso de agronomia. Os campos de atuação dos profissionais de agronomia. Ética e legislação profissional. A importância dos estágios na formação do engenheiro agrônomo. Relação homem-meio ambiente. A atividade agrossilvipastoril sustentável.		
Referências Bibliográficas Básicas		
AQUINI, A. A. S. Agronomia, agrônomos e desenvolvimento. São Paulo: Insularis, 2014. KLUTHCOUSKI, J.; STONE, L. F; AIDAR, H. Integração lavoura pecuária. Goiânia: EMBRAPA Arroz e Feijão, 2003. LOPES de SÁ. A. Ética profissional. São Paulo: Atlas, 2009.		
Referências Bibliográficas Complementares		
BARBOSA, R. P.; VIANA, V. J. Recursos naturais e biodiversidade: preservação e conservação dos ecossistemas. São Paulo: Érica, 2014. BARSARO, P. R. Ética profissional. São Paulo: Érica, 2014. BURANELLO, R. Manual do direito do agronegócio. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. MACEDO, E. F. Manual profissional: introdução à teoria e prática das profissões do sistema Confea/Crea. Florianópolis: Recorde, 1999. SOARES, M. S. Ética e exercício profissional. Brasília: ABEAS, 2000.		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Química Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 1º
Ementa		
Importância da Química para as Ciências Agrárias. Ligações químicas. Funções químicas. Soluções. Processos de separação de misturas. Equilíbrio químico. Equilíbrio iônico. Hidrólise e solubilidade de sais. Introdução à química analítica. Erros e tratamentos dos dados analíticos. Identificação de cátions e ânions. Volumetria de neutralização, precipitação e oxirredução. Análise gravimétrica. Reagentes de precipitação. Potenciometria. Princípios de espectroscopia de absorção atômica e emissão atômica.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BROWN, Laurence S. Química Geral Aplicada a Engenharia. São Paulo. Cengage, 2010. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 7] BETELLHEIM, Frederick A. Introdução a Química Geral. São Paulo. Cengage, 2012. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 6] KOTZ, John C. Química Geral e Reações Químicas: Vol. 1. São Paulo. Cengage, 2010. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 7]		

Referências Bibliográficas Complementares

AMERICAN CHEMICAL SOCIETY, **Química para um futuro sustentável**. Porto Alegre: AMGH, 2016. [Minha Biblioteca]

BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. **Química geral**. v.1, unidades SI. Rio de Janeiro: LTC, 2018. [Minha Biblioteca]

MANAHAN, S. E. **Química ambiental**. Porto Alegre: Bookman, 2013. [Minha Biblioteca]

MORITA, T.; ASSUMPÇÃO, R. M. V. **Manual de soluções, reagentes e solventes**. São Paulo: Blucher, 2007. [Minha Biblioteca]

ROSA, G.; GAUTO, M.; GONÇALVES, F. **Química analítica: práticas de laboratório**. Porto Alegre: Bookman, 2013. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: HUMANIDADES, CIÊNCIAS SOCIAIS E CIDADANIA	Carga horária total: 40 horas	Período: 1º
--	--------------------------------------	--------------------

Ementa

Conceitos básicos para a compreensão dos processos sociais. Fundamentos do comportamento individual e grupal. Família e Religião. Organização econômica e política. Estratificação Social. Instituições sociais. Cultura como instrumento de significação e instrumento de conhecimento e poder. Educação das Relações Étnico-raciais e História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Cidadania. Direitos Humanos. Política e Educação Ambiental.

Referências Bibliográficas Básicas

BARROSO, Priscilla Farfan. **Antropologia e Cultura**. Porto Alegre. 2018. [Minha Biblioteca]

GIL, Antônio Carlos. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 2016. [Minha Biblioteca]

LOPES, Daiane Duarte. **Psicologia Social**. Porto Alegre. Grupo A. 2018. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

AUGUSTINHO Aline Michele Nascimento. **Sociologia Contemporânea**. Porto Alegre. 2018. [Minha Biblioteca]

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. 2.ed. Grupo ALMEDINA Portugal. 2018. [Minha Biblioteca]

SANTOS, Ana Paula Fliegner dos. **Movimentos Sociais e Mobilização Social**. Porto Alegre. 2018. [Minha Biblioteca]

OLIVERIA, Carolina Bessa Ferreira de. **Fundamentos de Antropologia e Sociologia**. Porto Alegre. 2018. [Minha Biblioteca]

SATO, Michele; CARVALHO, Isabel. **Educação ambiental**. Porto Alegre. 2011. [Minha Biblioteca]

2º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Desenho Gráfico Digital	Carga horária total: 60 horas	Período: 2º
Ementa		
Conceitos básicos do desenho técnico e gráfico. Utilização de materiais e equipamentos de desenho. Uso e aplicação em desenho a lápis. Normas técnicas da ABNT e convenções em desenho. Perspectiva. Desenho assistido por computador: comandos básicos, comandos de desenho, comandos de edição, comandos de manipulação visual, comandos de dimensionamentos, comandos para criação de textos, manipulação de arquivos, layers e grupos, propriedades, informações geométricas do desenho, layout e impressão.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ABRANTES, J.; FILGUEIRAS FILHO, C. A. Desenho técnico básico . Rio de Janeiro: LTC, 2018. . [Minha Biblioteca]		
BALDAM R.; COSTA, L. AutoCAD® 2015: utilizando totalmente . São Paulo: Érica, 2014. . [Minha Biblioteca]		
OLIVEIRA, A. AutoCAD® 2015 3D Avançado: modelagem e Render com Mental Ray . São Paulo: Érica, 2015. . [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
CRUZ, M. E. D. Desenho técnico . São Paulo: Érica, 2014. . [Minha Biblioteca]		
CRUZ, M. E. D.; MARIOKA, C. A. Desenho técnico: medidas e representações gráficas . São Paulo: Érica, 2014. . [Minha Biblioteca]		
CAMPOS NETTO, C. Estudo dirigido de AutoCAD 2015 para Windows . São Paulo: Érica, 2014. . [Minha Biblioteca]		
MICELI, M. T.; FERREIRA, P. Desenho técnico básico . Rio de Janeiro; Imperial Novo Milênio, 2010. . [Minha Biblioteca]		
TULER, M.; WHA, C. K. Exercícios para AutoCAD: roteiro de atividades . Porto Alegre: Bookman, 2013. . [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Estatística	Carga horária total: 60 horas	Período: 2º
Ementa		

Introdução à estatística. Descrição e exploração de dados. População e amostra. Distribuição de frequência. Medidas de tendência central e medidas de dispersão. Distribuição binomial, de Poisson e normal (Gauss); Noções de probabilidade; Teste de hipótese.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BUSSAB, W.O.; MORETTIN, P. A. Estatística básica . 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. [Minha Biblioteca]		
CRESPO, A. A. Estatística fácil . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. [Minha Biblioteca]		
MAGALHAES, M. N.; LIMA, A. C. P. Noções de Probabilidade e Estatística . 7. ed. São Paulo: Edusp, 2010. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
GUPTA, C. B.; GUTTMAN, I. Estatística e probabilidade com aplicações para engenheiros e cientistas . Rio de Janeiro: LTC, 2017. [Minha Biblioteca]		
KOKOSKA, S. Introdução à estatísticas : uma abordagem por resolução de problemas. Rio de Janeiro: LTC, 2013. [Minha Biblioteca]		
LOESCH, C.; HOELTGEBAUM, M. Métodos estatísticos multivariados . São Paulo: Saraiva, 2012. [Minha Biblioteca]		
MARTINS, G. A.; DONAIRE, D. Princípios de estatísticas . São Paulo: Atlas, 2012. [Minha Biblioteca]		
MACHADO, J. F. Método estatístico : gestão de qualidade contínua. São Paulo: Saraiva, 2010.		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Topografia Básica	Carga horária total: 60 horas	Período: 2º
Ementa		
Principais conceitos da Topografia: Conceitos escala, grandezas lineares, angulares e de superfície; noções de erros. Instrumentos topográficos. Elementos geográficos. Planimetria. Rumos e azimutes. Métodos de levantamento topográfico. Cálculo de áreas. Altimetria: Formas de representação do relevo. Nivelamentos. Perfis e traçado das curvas de nível. Sistematização.		
Referências Bibliográficas Básicas		
McCORMAC, J. C. Topografia . 5 ed. Rio de Janeiro: Grupo Gen – LTC, 2007. [Minha Biblioteca]		
BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia . São Paulo. Blucher. 1979		
CORREA, Priscila Marques. Topografia e Geoprocessamento . Porto Alegre. SER-SAGAH. 2017. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		

BOTELHO, Henrique Campos; FRANCISCHI JR, Manoel de; DE PAULA, Jarbas Silva. **ABC da topografia: para tecnólogos, arquitetos e engenheiros**. São Paulo. Blucher. 2018. [Minha Biblioteca]

BALDAM R.; COSTA, L. **AutoCAD® 2015: utilizando totalmente**. São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]

DAIBERT, João Dalton. **Topografia: Técnicas e Práticas de Campo**. São Paulo. Érica. 2015. [Minha Biblioteca]

TULER, Marcelo O.; SARAIVA, Sérgio L.; TEIXEIRA, André C. **Manual de Práticas de Topografia - Série Tekne**. Porto Alegre. Artmed. 2016. [Minha Biblioteca]

SAVIETTO, Rafael. **Topografia Aplicada**. Porto Alegre. SER-SAGAH. 2017. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Metodologia Científica	Carga horária total: 60 horas	Período: 4º
Ementa		
Conhecimento. Técnicas de estudo. Pesquisa. Elaboração de Produção Científica e Acadêmica. Normas Técnicas.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ANDRADE, Maria Margarida. Introdução a metodologia do trabalho científico . São Paulo: Atlas, 2010. [Minha Biblioteca]		
LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2007. [Minha Biblioteca]		
LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2010. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico : elaboração de trabalhos na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.		
APPOLINÁRIO, F. Metodologia científica . São Paulo: Cengage, 2016.		
FILATRO, A.; CAVALCANTI, C. C. Metodologias Inov-ativas na educação presencial, a distância e corporativa . São Paulo: Saraiva Educação, 2018.		
GIL, A. C. Metodologia do ensino superior . São Paulo: Atlas, 2011.		
PEREIRA, Jose Matias. Manual de metodologia científica . São Paulo: Atlas, 2010.		
SANTOS, J. A.; PARRA Jr., D. Metodologia científica . São Paulo: Cengage Learning, 2011.		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Anatomia e Morfologia Vegetal	Carga horária total: 60 horas	Período: 2º
Ementa		
Estrutura e funcionamento dos meristemas. Desenvolvimento e estrutura das células, tecidos e sistemas de tecidos vegetais. Organografia e anatomia dos órgãos vegetativos e reprodutivos: raiz, caule, folha, flor, fruto e semente. Aspectos evolutivos. Adaptações anatômicas a diferentes ambientes.		
Referências Bibliográficas Básicas		
CULTER, D. F.; BOTH, T.; STEVENSON, D. W. Anatomia vegetal: uma abordagem Aplicada. Porto Alegre: Artmed, 2011. [Minha Biblioteca]		
EVERT, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. [Minha Biblioteca]		
FLINKER, Raquel. Anatomia e Morfologia Vegetal. Porto Alegre. Sagah.2018. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
BARBOSA, R. P.; VIANA, V. J.; RANGEL, M. B. A. Fauna e flora silvestres: equilíbrio e recuperação ambiental. São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]		
CUTTER, E. G. Anatomia vegetal: células e tecidos – parte I. Porto Alegre: Roca, 2010. [Minha Biblioteca]		
CUTLER, David F.; BOTH, Ted. Anatomia Vegetal. Porto Alegre. Artmed. 2011. [Minha Biblioteca]		
GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M.; FOX, G. A. Ecologia vegetal. Porto Alegre: Artmed, 2009. [Minha Biblioteca]		
MONTEIRO, Siomara da Cruz. Farmacobotânica: Aspectos Teóricos e Aplicação. Porto Alegre. Artmed. 2017. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Física Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 2º
Ementa		
Eletrostática. Eletrodinâmica. Circuitos de corrente contínua. Circuitos de corrente alternadas. Hidrostática. Hidrodinâmica. Termometria. Termodinâmica.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BRHEITHAUP, Jim. Física. Rio de Janeiro. LTC. 2018. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 11]		
HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K. S. Fundamentos de física, vol. 1: Mecânica. Rio de Janeiro: LTC, 2017. [Minha Biblioteca]		
SERWAY, R. A.; JEWETT Jr, J. W. Princípios de física. vol. 2: oscilações, ondas e termodinâmica, Cengage Learning, 2013. . [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
KNIGHT, R. D. Física – Uma abordagem estratégica. Bookman Companhia, 2009. . [Minha Biblioteca]		

NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica , 2: fluidos, oscilações e ondas, calor. São Paulo: Blucher, 2018. . [Minha Biblioteca]
NUSSENZVEIG, H. M. Curso de física básica , 3: eletromagnetismo. São Paulo: Blucher, 2018. . [Minha Biblioteca]
SERWAY, R. A.; JEWETT Jr, J. W. Física para cientistas e engenheiros , vol. 3: eletricidade e magnetismo. São Paulo: Cengage, 2017. . [Minha Biblioteca]
TIPLER, P. A.; MOSCA, G. Física para cientistas e engenheiros , volume 2: eletricidade e magnetismo, óptica. Rio de Janeiro: LTC, 2011. [Minha Biblioteca & Biblioteca Física 14]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Ecologia Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 2º
Ementa		
Conceitos básicos de ecologia. Classificação biológica dos organismos vivos. Estrutura das comunidades de seres vivos. Adaptações ao ambiente físico do ecossistema. Interações entre as espécies. Sucessão ecológica nos diferentes ambientes. Caracterização do ambiente tropical. Biomas Brasileiros. As práticas agrícolas nos diferentes biomas. A agricultura no bioma cerrado. Conservação da biodiversidade. Agricultura Ecológica Sustentável. Desenvolvimento econômico e Ecologia Global.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ODUM, Eugene P.; BARRET, Gary W. Fundamentos de ecologia – Tradução da 5ª edição norte-americana . São Paulo. Cengage Learning Editores. 2018. [Minha Biblioteca]		
GOTELI, N. J.; ELISON, A. M. Princípios de estatística em ecologia . Porto Alegre: Artmed, 2011. [Minha Biblioteca]		
RICKLEFS, ROBERT E. Economia da Natureza . 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2010. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
BARBOSA, Rildo Pereira; VIANA, Viviane Japiassu. Recursos Naturais e Biodiversidade: Preservação e Conservação dos Ecossistemas . São Paulo. Érica. 2018. [Minha Biblioteca]		
GUREVITCH, Jessica; SCHEINER, Samuel M.; FOX, Gordon A. Ecologia Vegetal . Porto Alegre. Artmed. 2015. [Minha Biblioteca]		
REIS, Agnes Caroline dos. Manejo de solo e Plantas . Porto Alegre. Sagah. 2017. [Minha Biblioteca]		
TOWNSEND C.R; BEGON, M; HARPER J.L. Fundamentos em Ecologia . 1. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005. [Minha Biblioteca]		
STEIN, Ronei Tiago. Agricultura Climaticamente inteligente e Sustentabilidade . Porto Alegre. SAGAH. 2020. [Minha Biblioteca]		

3º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Zoologia Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 3º
Ementa		
Princípios de sistemática e taxonomia. Relações entre seres vivos. Protozoários. Platelminhos. Aschelminhos. Anelídeos. Moluscos Artrópodes. Cordados.		
Referências Bibliográficas Básicas		
HICKMAN Jr. C. P. Princípios integrados de zoologia . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2019. [Minha Biblioteca]		
MOURA, Alessandra dos Santos. Zoologia e Entomologia Agrícola. Porto Alegre. Sagah. 2019. [Minha Biblioteca]		
POUGH, F. H.; JANIS, C. M.; HEISER, J. B. A vida dos vertebrados . São Paulo: Atheneu, 2008. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
ALCOCK, J. Comportamento animal: uma abordagem evolutiva . Porto Alegre: Artmed, 2011. [Minha Biblioteca]		
BENEDITO, E. Biologia e ecologia dos vertebrados . Rio de Janeiro: Roca, 2017. [Minha Biblioteca]		
BRUSCA, R. C.; MOORE, W.; SHUSTER, S. M. Invertebrados . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. [Minha Biblioteca]		
LIEM, K. F.; BEMIS, W. E.; WALKER Jr., W. F.; GRANDE, L. Anatomia funcional dos vertebrados: uma perspectiva evolutiva . São Paulo: Cengage Learning, 2012. [Minha Biblioteca]		
PERCHENIK, J. A. Biologia dos invertebrados . Porto Alegre: AMGH, 2016. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Ciências do Solo: Morfologia e Gênese	Carga horária total: 60 horas	Período: 3º
Ementa		
Conceito pedológico de solos. Atributos e características diagnósticas. Fatores e processos de formação. Horizontes e características morfológicas. Descrição e classificação do perfil do solo no campo. Caracterização e classificação dos solos de acordo com o Sistema Brasileiro de Classificação vigente. Principais Classes de Solos do Cerrado.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BOTKIN, Daniel B.; KELLER, Edward ^a . Ciência Ambiental - Terra, um Planeta Vivo , 7ª edição. Rio de Janeiro. LTC. 2012.		
FLINKLER, Raquel; PEDROSO, Rafael Munhoz. Ciência do Solo e Fertilidade . Porto Alegre. Sagah. 2018. [Minha Biblioteca]		
SANTOS, Palloma Ribeiro Cuba dos; DAIBERT, João Dalton. Análise dos Solos . São Paulo. Érica. 2014. [Minha Biblioteca]		

Referências Bibliográficas Complementares

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. Porto Alegre: Bookman, 2013. [Minha Biblioteca]

SANTOS, Paloma Ribeiro Cuba dos. **Análise dos Solos**. São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]

DAIBERT, João Dalton; SANTOS, Palloma Ribeiro Cuba dos. **Análise dos Solos - Formação, Classificação e Conservação do Meio Ambiente**. São Paulo. Érica. 2014. [Minha Biblioteca]

REIS, Agnes Caroline dos. **Manejo de Solo e Plantas**. Porto Alegre. Sagah. 2017. [Minha Biblioteca]

WETZEL, Raquel Silva; LEÃO, Márcio Fernandes; SILVA, Lilia Albuquerque da; AVALONE, Maiana Cláudia K. **Mineralogia**. Porto Alegre. SAGAH. 2020. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Bioquímica	Carga horária total: 60 horas	Período: 3º
-------------------------------	--------------------------------------	-----------------------

Ementa

Água como solvente das biomoléculas: propriedades, equilíbrio ácido-base, pH e tampões. Estudo das Biomoléculas. Estrutura, propriedades e funções de aminoácidos, proteínas, lipídios, carboidratos. Enzimas. Princípios de Bioenergética. Metabolismo e produção de energia. Respiração celular: da glicólise à fosforilação oxidativa.

Referências Bibliográficas Básicas

BERG, J. M.; TYMOCZKO, J. L.; STRYER, L. **Bioquímica**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2014. [Minha Biblioteca]

CAMPBELL, M. K.; FARRELL, S. O. **Bioquímica**. São Paulo: Thompson Learning. 2015. [Minha Biblioteca]

NELSON, D. L.; COX, M. M. **Princípios de Bioquímica de Lehninger**. Porto Alegre: Artmed, 2014. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

BROWN, T. A. **Bioquímica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. [Minha Biblioteca]

COMPRI-NARDY, M. B.; STELLA, M. B.; OLIVEIRA, C. **Práticas de laboratório de bioquímica e biofísica: uma visão integrada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. [Minha Biblioteca]

MARZZOCO, A.; TORRES, B. B. **Bioquímica básica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. [Minha Biblioteca]

RODWELL, V. W.; BENDER, D. A.; BOTHAM, K. M.; KENNELLY, P. J.; WEIL, P. A. **Bioquímica ilustrada de Harper**. Porto Alegre: AMGH, 2017. [Minha Biblioteca]

VOET, D.; VOET, J. G. **Bioquímica**. Porto Alegre: Artmed, 2013. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Microbiologia Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 3º
Ementa		
Histórico, abrangência e desenvolvimento da Microbiologia. Caracterização e classificação dos microrganismos. Morfologia, nutrição, metabolismo e crescimento microbiano. Genética microbiana. Controle de microrganismos. Microrganismos e engenharia genética.		
Referências Bibliográficas Básicas		
DUNLAP, P. V.; MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J. M.; CLARK, D. P. Microbiologia de Brock 12 ed. Editora: Artmed. 2010. [Minha Biblioteca]		
PELCZAR JR., M. J.; CHAN, E. C. S.; KRIEG, N. R. Microbiologia: conceitos e aplicações. v. 1. 2 ed. trad. São Paulo: Pearson Makron Books, 1997. [Minha Biblioteca]		
TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 10ª ed. trad. Porto Alegre: Artmed, 2012. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
BLACK, J. G. Microbiologia: Fundamentos e perspectivas. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2002. [Minha Biblioteca]		
BURTON, G.L.W.; ENGELKIRK, P.G. Microbiologia para as ciências da saúde. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005. [Minha Biblioteca]		
VERMELHO, A. B. et al. Práticas de microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2006. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Fisiologia Vegetal	Carga horária total: 60 horas	Período: 3º
Ementa		
Introdução à fisiologia vegetal. Absorção e transporte de água e solutos. Bioquímica e metabolismo. Principais processos fisiológicos do crescimento e desenvolvimento das plantas cultivadas. Eco fisiologia.		
Referências Bibliográficas Básicas		
KERBAUY, G. B. Fisiologia vegetal. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2017. [Minha Biblioteca]		
TAIZ, Lincoln. Fundamentos de fisiologia vegetal. Porto Alegre. Artmed. 2021. [Minha Biblioteca]		
TAIZ, L. ZEIGER, E.; MOLLER, I. M.; MURPHY, A. Fisiologia e desenvolvimento vegetal. Porto Alegre: Artmed, 2017. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		

KERBAUY, Gilberto Barbante. **Fisiologia Vegetal**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2019. [Minha Biblioteca]

NOGUEIRA, Michele Barbosa. **Fisiologia vegetal**. Porto Alegre. Artmed. 2020. [Minha Biblioteca]

SILVEIRA, Talita Antônia da. **Fisiologia Vegetal**. Porto Alegre. Artmed. 2019. [Minha Biblioteca]

SCHWAMBACH, Cornélio; SOBRINHO, Geraldo Cardoso. **Fisiologia Vegetal - Introdução às Características, Funcionamento e Estruturas das Plantas e Interação com a Natureza**. São Paulo. Érica. 2014. [Minha Biblioteca]

TAIZ, L.; ZEIGER, E. **Fisiologia vegetal**. São Paulo: Artmed, 2006. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Química Orgânica	Carga horária total: 60 horas	Período: 3º
Ementa		
Introdução à Química Orgânica. Funções Orgânicas. Outros grupos de compostos orgânicos. Propriedades físico-químicas dos compostos orgânicos. Principais reações orgânicas.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BARBOSA, L. C. A. Introdução à química orgânica . São Paulo: Pearson, 2007. [Minha Biblioteca]		
GARCIA, C. F.; LUCAS, E. M. F.; BINATTI, I. Química orgânica: estrutura e propriedades . Porto Alegre: Bookman, 2015. [Minha Biblioteca]		
SOLOMONS, T. W. G.; FRYHLE, C. B. Química orgânica . Vol. 1. Rio de Janeiro: LTC, 2012. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
BETTELHEIM, F. A.; BROWN, W. H.; CAMPBELL, M. H.; FARRELL, S. O. Introdução à química orgânica . São Paulo: Cengage Learning, 2012. [Minha Biblioteca]		
CAREY, F. A. Química orgânica . Porto Alegre: AMGH, 2011. [Minha Biblioteca]		
ENGEL, R. G.; KRIZ, G. S.; LAMPMAN, G. M.; PAVIA, D. L. Química orgânica experimental: técnicas de escala pequena . São Paulo: Cengage Learning, 2012. [Minha Biblioteca]		
FIGUEIREDO, E. C.; BORGES, K. B.; QUEIROZ, M. E. C. Preparo de amostras para análise de compostos orgânicos . Rio de Janeiro: LTC, 2015. [Minha Biblioteca]		
VOLLHARDT, P.; SCHORE, N. Química orgânica: estrutura e função . Porto Alegre: Bookman, 2013. [Minha Biblioteca]		

4º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Fitopatologia Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 4º
Ementa		
História da Fitopatologia e importância das doenças de plantas. Conceito de doenças. Características gerais dos fungos, bactérias e vírus. Ciclo das relações patógeno/hospedeiro. Sintomatologia. Marcha para identificação de doenças (postulado de Koch). Classificação de doenças. Epidemiologia. Variabilidade genética de agentes fitopatogênicos. Diagnóstico e reconhecimento de doenças de plantas.		
Referências Bibliográficas Básicas		
DALMOLIN, Diego Anderson. Fitopatologia . Porto Alegre. Sagah. 2020. [Minha Biblioteca]		
SCHWAMBACH, Cornélio; SOBRINHO, Geraldo Cardoso. Fisiologia Vegetal - Introdução às Características, Funcionamento e Estruturas das Plantas e Interação com a Natureza . São Paulo. Érica. 2014. [Minha Biblioteca]		
TAIZ, Lincoln; ZEIGER, Eduardo; MOLLER, Ian Max; MURPHY, Angus. Fisiologia e Desenvolvimento Vegetal . Porto Alegre. Artmed. 2017.[Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira; VIANA, Viviane Japiassu. Biologia Ambiental . São Paulo. Érica. 2014. [Minha Biblioteca]		
DALMOLIN Diego Anderson; MANSOUR, Eva Reda Mousa; SANTANA, Natalia dos Santos. Melhoramento de Plantas . Porto Alegre. Sagah. 2020. [Minha Biblioteca]		
FRANCO, L. J.; PASSOS, A. D. C. Fundamentos de epidemiologia . Barueri: Manole, 2011. [Minha Biblioteca]		
FONSECA, Eliene Maciel dos Santos. Fotossíntese: Princípios Básicos e Métodos de Controle de Doenças e Pragas . 1ª edição. São Paulo. Érica. 2015. [Minha Biblioteca]		
MIELKE, James R.; ZIMMERMAN, Julie Beth. Engenharia Ambiental - Fundamentos, Sustentabilidade e Projeto , 2ª edição. Rio de Janeiro. LTC. 2017. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Entomologia Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 4º
Ementa		
Importância dos insetos. Anatomia externa e interna dos insetos. Biologia, Ecologia e Fisiologia aplicadas à Entomologia. Sistemática de insetos.		
Referências Bibliográficas Básicas		

GULLAN, P. J.; CRANSTON, P. S. Insetos: fundamentos da entomologia . Rio de Janeiro: Roca, 2017. [Minha Biblioteca]		
GALLO, Domingos; NAKANO, Octavio; SILVEIRA, Sinval Neto, et al. Entomologia Agrícola . São Paulo. Fealq. 2002.		
TRIPLEHORN, C. A.; JOHNSON, N. F. Estudo dos insetos . São Paulo: Cengage Learning, 2015. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
LARINI, Lourival. Toxicologia dos praguicidas . Barueri-SP. Manole. 1999. [Minha Biblioteca]		
MOURA, Alessandra dos Santos. Zoologia e Entomologia Agrícola . Porto Alegre. Artmed. 2019. [Minha Biblioteca]		
CHARLES & NORMAN. Estudos dos Insetos 7ª edição . São Paulo. Cengage Learning Brasil. 2016. [Minha Biblioteca]		
MOURA, Alessandra dos Santos. Entomologia Agrícola . Porto Alegre. Sagah. 2021. [Minha Biblioteca]		
TRIPLEHORN, Charles A; JOHNSON, Norman F. Estudos dos Insetos . 7ª edição. São Paulo. Cengage Learning Brasil. Bookman. 2017. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Ciências do Solo: Fertilidade do Solo e Nutrição de Plantas	Carga horária total: 60 horas	Período : 4º
Ementa		
Fundamentos de fertilidade do solo. Cargas elétricas do solo. Adsorção e troca de íons. Amostragem do solo. Princípios de nutrição mineral de plantas. Critérios de essencialidade e papel metabólico. Principais aspectos envolvendo a dinâmica dos nutrientes minerais essenciais. Composição mineral das plantas. Absorção, transporte e redistribuição de nutrientes. Funções dos nutrientes. Deficiências nutricionais e seus sintomas. Elementos úteis e tóxicos. Avaliação do estado nutricional das plantas. Acidez e calagem. Interpretação de resultados de análise de solos. Cálculo de calagem. Cálculo de adubação.		
Referências Bibliográficas Básicas		
FINKLER, Raquel; PEDROSO, Rafael Munhoz; STEIN, Ronei Tiago; LAZZARINI, Paulo Ricardo Casagrande. Ciências do solo e fertilidade . Porto Alegre. SAGAH. 2018. [Minha Biblioteca]		
SANTOS, Palloma Ribeiro Cuba dos; DAIBERT, João Dalton. Análise dos Solos . São Paulo. Érica. 2014.		
SANTOS, P. R. C.; DAIBERT, J. D. Análise dos solos . São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray. R. Elementos da Natureza e Propriedades do Solo . 3ª edição. São Paulo. Bookman. 2013. [Minha Biblioteca]		
DALMOLIN, Diego Anderson; MANSOUR, Eva Reda Mousa; SANTANA, Natalia Santos de. Melhoramento de Plantas . Porto Alegre. Sagah. 2020. [Minha Biblioteca]		

LENZI, Ervim; FAVERO, Luzia Otília Bortotti. Introdução à Química da Atmosfera-Ciência, Vida e Sobrevivência , 2ª edição. Rio de Janeiro. LTC. 2019. [Minha Biblioteca]		
SANTOS, P. R. C.; DAIBERT, J. D. Análise dos solos : formação, classificação e conservação do meio ambiente. São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]		
SHANE, Dr. Scott A. Sobre Solo Fértil . Porto Alegre. Bookman. 2005. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Microbiologia Agrícola	Carga horária total: 60 horas	Período: 4º
Ementa		
Introdução ao estudo de Microbiologia. Características de bactérias, fungos e vírus. Nutrição, crescimento e reprodução de microrganismos. Ecologia microbiana. Solo como ambiente para o crescimento de organismos. Bactérias fixadoras de Nitrogênio. Micorrizas. Interação entre populações de micro e macro organismos na rizosfera.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BLACK, J.G. Microbiologia: fundamentos e perspectivas . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. [Minha Biblioteca]		
BRADY, Nyle C.; WEIL, Ray R. Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos . Porto Alegre. Bookman. 2013. [Minha Biblioteca]		
TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. Microbiologia . São Paulo: Atheneu, 2005. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
ENGELKIRK, Paul G.; DUBEN-ENGELKIRK, Janet; BURTON, Gwendolyn R. W. Burton Microbiologia para as Ciências da Saúde, 9ª edição . Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2012. [Minha Biblioteca]		
PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo : a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel. 2002. [Minha Biblioteca]		
SALVATIERRA, C. M. Microbiologia : aspectos morfológicos, bioquímicos e metodológicos. São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]		
STEIN, Ronei Tiago. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade . Porto Alegre. SAGAH. 2020. [Minha Biblioteca]		
FLORIANO, Cleber. Mecânica dos Solos . Porto Alegre. SER-SAGAH. 2016.		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Construções Rurais	Carga horária total: 60 horas	Período: 4º
Ementa		
Resistência dos materiais. Materiais e técnicas de construção. Instalações elétricas e hidráulico sanitárias. Planejamento e projeto de construções rurais simples. Orçamento. Situação e locação. Avaliação e Peritagem. Noções de projetos e construções em madeira.		

Dimensionamento de peças estruturais de madeira.

Referências Bibliográficas Básicas

BRAGANÇA, Antonio Carlos da Fonseca. **Materiais de Construção**. 2ª edição. São Paulo. Saraiva. 2016. [Minha Biblioteca]

BORGES, A. De CAMPOS. **Prática das pequenas construções** – volume II. São Paulo, Blucher, 2000. [Minha Biblioteca]

KRUGER, A.; SEVILLE, C. **Construção verde**: princípios e práticas em construção residencial. São Paulo: Cengage Learning, 2016. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

BRAGAN, A. C. F. B. P.; CRIVELARO, M. **Materiais de construção**. São Paulo: Érica, 2016. [Minha Biblioteca]

MEDEIROS, J. S. **Construção – 101 perguntas e respostas**: dicas de projetos, materiais e técnicas. Barueri: Minha Editora, 2012. [Minha Biblioteca]

MENDONÇA, A. V. R. M.; DALBERT, J. D. **Equipamentos e instalações para construção civil**. São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]

PFEIL, W.; PFEIL, M. **Estruturas de Madeira**. Rio de Janeiro: LTC, 2011. [Minha Biblioteca]

SALGADO, Júlio César Pereira. **Técnicas e práticas construtivas para edificação**. São Paulo. Érica. 2020. [Minha Biblioteca]

YUDELSON, J. **Projeto integrado e construções sustentáveis**. Porto Alegre: Bookman, 2013. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Mecânica e Mecanização Agrícola

Carga horária total: 60 horas

Período: 4º

Ementa

A mecanização agrícola e suas perspectivas. Fontes de potência na propriedade agrícola. Máquinas e implementos. Manejo e regulação das máquinas. Métodos para adubação, calagem, sulcamento, cultivo, tratamento fitossanitário, semeadura, transporte, colheita. Planejamento em mecanização agrícola. Pulverizadores convencionais e não convencionais; Calibração; Tratamento domissanitário; Deriva.

Referências Bibliográficas Básicas

MURRIETA, Pedro. **Mecânica dos Solos**. Rio de Janeiro. LTC. 2018. [Minha Biblioteca]

SILVA, R. C. **Mecanização e Manejo do Solo**. São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]

SILVA, Rui Correa Da. **Máquinas e Equipamentos Agrícolas**. São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

BERETA, C. **Tração animal na agricultura**. São Paulo: Nobel, 1985. [Minha Biblioteca]

NASCIMENTO Jr., G. C. **Máquinas elétricas: teoria e ensaios**. São Paulo: Érica, 2011. [Minha Biblioteca]

SILVA, Rui Correia Da. **Mecanização e Manejo do solo**. São Paulo. Manole. 2014. [Minha Biblioteca]

SILVA, Rui Correia das **Máquinas e Equipamentos Agrícolas**. São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]

STEIN, Ronei Tiago. **Agricultura Clinicamente Inteligente e Sustentabilidade**. Porto Alegre. Sagah. 2020. [Minha Biblioteca]

5º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Fitopatologia Aplicada	Carga horária total: 60 horas	Período: 5º
Ementa		
Epidemiologia, sintomatologia e manejo das principais doenças que ocorrem em culturas de interesse econômico no Brasil e para a região do Cerrado. Manejo integrado de doenças de plantas. Epidemiologia: sistemas de previsão e avisos; avaliação de danos e perdas.		
Referências Bibliográficas Básicas		
DALMOLIN, Diego Anderson. Fitopatologia . Porto Alegre. SAGAH. 2020. [Minha Biblioteca]		
SANTOS, Eliene Maciel dos. Fotossanidade: Princípios Básicos e Métodos de Controle de Doenças . São Paulo. Saraiva. 2019. [Minha Biblioteca]		
MOURA, Alessandra dos Santos. Zoologia e Entomologia Agrícola . Porto Alegre. Sagah.2010. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		

CAMPANHOLA, C., BETTIOL, W. **Métodos alternativos de controle fitossanitário**. Jaguariúna. Embrapa Meio Ambiente. 2003.

ROMEIRO, R. S. **Controle Biológico de Doenças de Plantas**. Editora UFV. 2007.

VALE, F. X. R. do; ZAMBOLIM, L. (eds.). **Controle de doenças de plantas: grandes culturas**. v. I e II. Viçosa. UFV. 1997

DALMOLIN, Diego Anderson. **Melhoramento de Plantas**. Porto Alegre. SAGAH. 2020. [Minha Biblioteca]

FRANCO, Laércio Joel; COSTA, Afonso Dinis. **Fundamentos de Epidemiologia**. Barueri-SP. Manole. 2011. [Minha Biblioteca]

ZAMBOLIM, L.; LOPES, C. A.; PICANÇO, M. C.; COSTA, H. **Manejo integrado de doenças e pragas: hortaliças**. 1 ed. Viçosa. UFV. 2007.

ZAMBOLIM, L.; VALE, F. X. R.; MONTEIRO, A. J. A.; COSTA, H. **Controle de doenças de plantas: frutíferas**. 2v. Viçosa. UFV. 2002.

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Estatística Experimental	Carga horária total: 60 horas	Período: 5º
Ementa		
Análise de variância. Princípios e noções básicos de experimentação. Controle de qualidade de experimentos. Planejamento de experimentos. Delineamento Inteiramente Casualizado – DIC; Testes de comparações de médias múltiplas; Delineamentos em Blocos Casualizados – DBC; Delineamento em Quadrado Latino – DQL; Experimentos Fatoriais; Experimentos em parcelas subdivididas; Correlação Linear Simples; Introdução ao estudo de regressão linear simples.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BALDI & MOORE. A Prática da Estatística nas Ciências Da Vida . Rio de Janeiro. LTC. 2014. [Minha Biblioteca]		
STEIN, Ronei Tiago. Agricultura climaticamente inteligente e sustentabilidade . Porto Alegre. SAGAH. 2020. [Minha Biblioteca]		
PEZZATO, Alan Tomás. Sistema de Controle de Qualidade . Porto Alegre. Sagah. 2018. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
CARBONERA, Roberto; FRAGA, Denise da Rosa; SILVA, José Antonio Gonzales da. Seminário Internacional Sobre Perspectivas do Ensino de Ciências Agrárias e Ambientais no Sul do Brasil . Ijuí- RS. Unjuí. 2019. [Minha Biblioteca]		
DALMOLIN, Diego Anderson; MANSOUR, Eva Reda Moussa; SANTANA, Natalia Santos. Melhoramento de Plantas . Porto Alegre. Sagah. 2020. [Minha Biblioteca]		
LOESCH, C.; HOELTGEBAUM, M. Métodos estatísticos multivariados . São Paulo: Saraiva, 2012. [Minha Biblioteca]		
MARTINS, G. A.; DOMINGUES, O. Estatística geral e aplicada . São Paulo: Atlas, 2019. [Minha Biblioteca]		

VIRGILLITO, Salvatore Benito. **Estatística Aplicada**. São Paulo. Saraiva. 2017. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Ciência do Solo: Física e Conservação do Solo e da Água	Carga horária total: 60 horas	Período: 5º
Ementa		
Fundamentos para o manejo e a conservação do solo: definição; importância; conservação do solo no Brasil; consequências sociais, econômicas e ambientais. Conceitos de hidrologia aplicada à conservação ecológica dos solos. Conceitos e fundamentos para a caracterização e gestão de recursos naturais em bacias hidrográficas. Erosão do solo: Definição; agentes; classes; fontes; formas; e fases do processo erosivo; erosão hídrica; EUPS; erosão eólica. Degradação química, física e biológica do solo. Recuperação de áreas degradadas. Práticas conservacionistas do solo e da água. Sistemas de uso e manejo dos solos tropicais. Métodos e diagnósticos do uso sustentável dos solos tropicais: capacidade de uso, aptidão agrícola.		
Referências Bibliográficas Básicas		
DAIBERT, João Dalton. Análise do Solo: Formação, Classificação e Conservação do Meio Ambiente . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
DAIBERT, João Dalton; CUBA, Paloma Ribeiro. Análise dos Solos- Formação, Classificação e Conservação do Meio Ambiente . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
FLINKER, Raquel. Ciência e Fertilidade do Solo . Porto Alegre. Sagah. 2018. [Minha Biblioteca]		
SANTOS, Palloma Ribeiro Cuba dos. Análise dos Solos . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
STEIN, Ronei Tiago. Manejo de Bacias Hidrográficas . Porto Alegre. SER-SAGAH. 2017. [Minha Biblioteca]		
SILVA, Rui Corrêa da. Mecanização e Manejo do Solo . São Paulo. Érica. 2014. [Minha Biblioteca]		
BARBOSA, Rildo Pereira; IBRAHIM, Francini Imene Dias. Resíduos Sólidos - Impactos Manejo e Gestão Ambiental . São Paulo. Érica. 2014. [Minha Biblioteca]		
REICHARDT, K. A água e Sustentabilidade no Sistema Solo-Planta- Atmosfera . Barueri-SP. Manole. 2016. [Minha Biblioteca]		
PHILIPPI JR Arlindo; SOBRAL, Maria do Carmo. Gestão de bacias hidrográficas e sustentabilidade . Barueri-SP. Manole. 2019. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Agrometeorologia e Climatologia	Carga horária total: 60 horas	Período: 5º
Ementa		
Introdução a agrometeorologia. Consequências meteorológicas do movimento da Terra. A atmosfera terrestre: composição e propriedades. Movimentos atmosféricos. Radiação solar. Precipitação. Temperatura do ar e do solo. Umidade do ar. Evaporação e Evapotranspiração. Vento. Instrumentos meteorológicos. Natureza e campo da climatologia agrícola. Elementos e fatores climáticos. Balanços hídricos. Classificação climática. Estudo sobre geadas e proteção de plantas. Previsões de safras agrícolas. Balanço de energia e regime radiativo de uma vegetação. Aplicação dos conhecimentos de climatologia na produção agrícola.		

Referências Bibliográficas Básicas

ALVARENGA, Alexandre Augusto. Agrometeorologia: Princípios, funcionalidades e Instrumentos de Medição. São Paulo. Saraiva. 2015. [Minha Biblioteca]

CARNEVSKIS, Elizabeth Lima. **Agrometeorologia e climatologia**. Porto Alegre. SAGAH. 2019. [Minha Biblioteca]

MACHADO, Vanessa de Souza. **Princípios de Climatologia e Hidrologia**. Porto Alegre. SER-SAGAH. 2017. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

BARRY, R. G.; CHORLEY, R. J. **Atmosfera, tempo e clima**. Porto Alegre: Bookman, 2013. [Minha Biblioteca]

CARNEVSKIS, Elizabeth Lima. **Agrometeorologia e Climatologia**. Porto Alegre. Sagah. 2019. [Minha Biblioteca]

LENZI, E.; FAVERO, L. O. B. **Introdução À Química Da Atmosfera**: Ciência, Vida E Sobrevivência. Rio de Janeiro: LTC, 2011. [Minha Biblioteca]

REICHARDT, K; TIMM, L. C. **Solo, planta e atmosfera**: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole, 2016. [Minha Biblioteca]

REIS, Agnes Caroline dos. **Manejo de Solo e Plantas**. Porto Alegre. SER-SAGAH. 2017. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Genética e Melhoramento Vegetal

Carga horária total: 60 horas

Período: 5º

Ementa

Importância do melhoramento vegetal. Planejamento de um programa de melhoramento de plantas. Herdabilidade. Adaptabilidade e estabilidade de comportamento. Seleção de genitores. Cultivares. Seleção no melhoramento de plantas. Hibridação no melhoramento de plantas; Métodos de melhoramento de plantas autógamas; Métodos de melhoramento de plantas alógamas; Endogamia e Heterose; Melhoramento de espécies propagadas assexuadamente; Biossegurança; Transformação gênica. Técnicas e aplicações da biotecnologia no melhoramento de plantas e na produção vegetal; Legislação e normas de segurança.

Referências Bibliográficas Básicas

BRUNO, Alessandra Nejar. **Biotecnologia I: Princípios e Métodos - Série Tekne**. Porto Alegre. Artmed. 2014. [Minha Biblioteca]

DALMOLIN, Diego Anderson; MANSOUR, Eva Reda Moussa; DE SANTANA, Natália Santos. **Melhoramento de Plantas**. Porto Alegre. SAGAH. 2020. [Minha Biblioteca]

SILVA, Rui Correia Da. **Produção Vegetal Processos, Técnicas e Formas de Cultivo**. São Paulo. Érica. 2019. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

CUTLER, David F. ; BOTHA, Ted ; STEVENSON, Dennis Wm. **Anatomia Vegetal: Uma Abordagem Aplicada**. Porto Alegre. 2011. [Minha Biblioteca]

STEIN, Ronei Tiago; FINKLER, Raquel; NOGUEIRA, Michelle Barboza; HAVERROTH, Eduardo José. **Morfologia vegetal**. Porto Alegre. SAGAH. 2019. [Minha Biblioteca]

PIMENTA, C. A. M.; LIMA, J. M. **Genética aplicada à biotecnologia**. São Paulo: Érica, 2015. [Minha Biblioteca]

SILVA, Rui Corrêa Da. **Planejamento e Projeto Agropecuário - Mapeamento e Estratégias Agrícolas**. São Paulo. Érica. 2015. [Minha Biblioteca]

RESENDE, R. R.; SOCCOL, C. R.; FRANÇA, L. R. **Biotecnologia aplicada à agroindústria: fundamentos e aplicações – vol. 4**. São Paulo: Blucher, 2016. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Hidráulica Agrícola

Carga horária total: 60 horas

Período:
5º

Ementa

Hidrologia aplicada, Ciclo Hidrológico, Balanço hídrico, Bacia Hidrográfica e Legislação sobre Recursos Hídrico Nacional e Estadual, Princípios Básicos de hidráulica; Hidrostática; Hidrodinâmica, Princípios gerais do movimento dos fluidos, Condutos forçados e Condutos livres ou canais. Bombas hidráulicas: classificação, principais componentes. Estações elevatórias.

Referências Bibliográficas Básicas

COUTO, Luís Mário. **Hidráulica na Prática**. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan. 2018. [Minha Biblioteca]

GRIBBIN, J. E. **Introdução a hidráulica, hidrologia e gestão de águas pluviais**. São Paulo: Cengage Learning, 2014. [Minha Biblioteca]

ESPARTEL, Lélis. **Hidráulica Aplicada**. Porto Alegre. Sagah. 2017. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

AZEVEDO NETO, J. M.; FERNÁNDEZ, M. F. **Manual de hidráulica**. São Paulo: Blucher, 2018. [Minha Biblioteca]

DELMÉE, G. J. **Manual de medição de vazão**. São Paulo: Blucher, 2003. [Minha Biblioteca]

FIALHO, A. B. **Automação hidráulica: projetos, dimensionamento e análise de circuitos**. São Paulo: Érica, 2011. [Minha Biblioteca]

FILLIPO, Guilherme Eugenio; Filho, Fernandes. **Bombas, Ventiladores e Compressores – Fundamentos**. São Paulo. Saraiva. 2015. [Minha Biblioteca]

MACINTYRE, A. J. **Bombas e instalações de bombeamento**. 2ª ED. Rio de Janeiro: LTC, 2012. [Minha Biblioteca]

PIMENTEL, Luciene. **Hidrologia – Engenharia e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro. Campus. 2014. [Minha Biblioteca]

6º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Manejo Integrado de Pragas	Carga horária total: 60 horas	Período: 6º
Ementa		
Aspectos biológicos e ecológicos das principais pragas das culturas de valor econômico. Introdução ao estudo de Entomologia Econômica. Principais métodos de controle de pragas. Formulações de produtos fitossanitários; Legislação de produtos fitossanitários. Classificação das máquinas de aplicação. Fundamentos para aplicação de sólidos e líquidos. Cobertura das superfícies. Receituário agrônomo.		
Referências Bibliográficas Básicas		
BUENO, V. H. P. Controle biológico de pragas: produção massa e controle de qualidade. Lavras: UFLA, 2009. GALLO, D.; NAKANO, O.; SILVEIRA NETO, S.; CARVALHO, R. P. L.; BATISTA, G. C. de; FILHO, E. B.; PARRA, J. R. P.; ZUCCHI, R. A.; ALVES, S. B.; VENDRAMIN, J. D. Entomologia agrícola. Piracicaba: FEALQ, 2002. HOFFMANN-CAMPO, C. B.; CORRÊA FERREIRA, B. S.; MOSCARDI, F. Soja: manejo integrado de insetos e outros artrópodes-pragas. Brasília: EMBRAPA, 2012.		
Referências Bibliográficas Complementares		
FONSECA, E. M. S.; ARAUJO, R. C. Fitossanidade: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas. São Paulo: Érica, 2015. [Minha Biblioteca] NAKANO, O. Armadilha para insetos. Piracicaba: FEALQ, 2000. NAKANO, O. Entomologia econômica. Viçosa: UFV, 2011. PANIZZI, A. R.; PARRA, J. R. P. Bioecologia e nutrição de insetos: base para o manejo integrado de pragas. Brasília: EMBRAPA, 2009. PIRES, E. M. Controle biológico: estudos, aplicações e métodos de criação de predadores asopíneos no Brasil. Viçosa: UFV, 2016. .		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Sociologia Rural	Carga horária total: 60 horas	Período: 6º
Ementa		
Fundamentos da Sociologia e da Extensão Rural no Brasil e sua integração na política agrícola brasileira com ênfase na problemática dos movimentos ruralistas, questões raciais e indígenas, levando em consideração os direitos humanos. Processos de comunicação e inovação tecnológica e sua adaptabilidade no meio rural. Modelo do sistema brasileiro de assistência técnica e extensão rural. Metodologia e programas de ação em extensão		

rural. Desenvolvimento comunitário. Organização do espaço agrário. Cooperativismo Legislação e política agrícola. Sociologia e meio ambiente.

Referências Bibliográficas Básicas

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável: perspectivas para uma Nova Extensão Rural**. Porto Alegre: EMATER/RS, 2001. [Minha Biblioteca]

LASAT/SDT. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sudeste Paraense**. Marabá, Pará, 2010. [Minha Biblioteca]

BERTOLLO, Mait; DANTAS, Jonathan dos Santos; TROMBETA, Leticia Roberta. **Geografia Agraria**. Porto Alegre. Sagah. 2020. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

BASTOS, Argemiro Mildonês; MIRANDA JUNIOR, José Policarpo; RAULLYAN, Borja Lima e Silva. **Conhecimento e Manejo Sustentável da Biodiversidade Amapaense**. São Paulo. Blucher. 2017. [Minha Biblioteca]

ENTESSORO, Fernando. **A Geopolítica Ambiental Global do Século 21: Os Desafios para América Latina**. Ijuí-RS. Inijuí. 2019. [Minha Biblioteca]

SCHNEIDER, Sergio. **Da agricultura de tempo parcial à pluriatividade**. In: A pluriatividade na agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 78-83

WOORTMANN, Ellen F. **O saber camponês: práticas ecológicas tradicionais e inovações**. Emília Pietrafesa de Godoi; Marilda Aparecida de Menezes; Rosa Azevedo Marin (orgs.). **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 119-129.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klaas. **O Trabalho Da Terra**, Ed. UnB, Brasília/DF, 1997.

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Administração e Economia Rural	Carga horária total: 60 horas	Período: 6º
---	--------------------------------------	-----------------------

Ementa

Evolução histórica da ciência da administração. A empresa e a produção. A empresa agropecuária e seu campo de atuação. O empresário agropecuário. Áreas e níveis empresariais. Fatores internos e externos que afetam a empresa rural. Estratégias empresariais e o processo administrativo. Introdução ao estudo gestão do agronegócio. Estudo dos custos na empresa rural. Grupos de custos na empresa rural. Capital e juros no setor rural.

Referências Bibliográficas Básicas

CREPALDI, S. A. **Contabilidade Rural**. São Paulo: Atlas. 2005. [Minha Biblioteca]

SILVA, Rui Côrrea Da. **Extensão Rural**. São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]

SOARES, Luiz Fernando; ZUIN, Timóteo Ramos. **Agronegócio**. São Paulo. Saraiva. 2019. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F.; CALEMAN, S. M. Q. **Gestão de Sistemas de Agronegócios**. São Paulo: Atlas. 2015. [Minha Biblioteca]

TEIXEIRA, E. C.; GOMES S. T. **Elaboração e análise de Projetos agropecuários**. Viçosa: UFV, 1994. [Minha Biblioteca]

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9 ed. São Paulo: Ed. Manole, 2014. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Manejo de Plantas Daninhas	Carga horária total: 60 horas	Período: 6º
Ementa		
Biologia e identificação de plantas daninhas: conceitos, crescimento, classificação e disseminação. Bancos de sementes e mecanismos de dormência nas plantas daninhas. Métodos de manejo de plantas daninhas: físico, cultural e químico. Herbicidas. Resistência de plantas daninhas a herbicidas. Alelopatia. Alocação e translocação de herbicidas. Comportamento de herbicidas no ambiente. Recomendação sobre o manejo de plantas daninhas nas principais culturas em diferentes sistemas de produção.		
Referências Bibliográficas Básicas		
EVERT, Ray. RAVEN- Biologia Vegetal . 8ª edição. Rio de Janeiro. Guanabra Koogan. 2018. [Minha Biblioteca]		
LORENZI, H. Manual de identificação e controle de plantas daninhas : plantio direto e convencional. Nova Odessa: Plantarum, 2014. [Minha Biblioteca]		
LORENZI, H. Plantas daninhas do Brasil : terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2000. [Minha Biblioteca]		

Referências Bibliográficas Complementares
COBUCCI, T. Plantas Daninhas. EMBRAPA, 2014.
FONTES, J. R. A.; GONCALVES, J. R. P. FONTES, J. R. A.; GONCALVES, J. R. P.. Manejo de plantas daninhas nas culturas agrícolas. EMBRAPA, 2019.
ADEGAS, F. S.; VOLL, E.; GAZZIERO, D. L. P.. Aspectos da biologia e manejo das plantas daninhas. EMBRAPA, 2013.
RAVA, C. A.; COSTA, J. G. C. da. Experimentação com herbicidas. EMBRAPA, 1979.
SILVA, A. A.; SILVA, J. F. Tópicos em manejo de plantas daninhas. Viçosa: UFV, 2007.

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Manejo e Produção Florestal	Carga horária total: 60 horas	Período: 6º

Ementa		
Definição e importância da Silvicultura. Bases bioecológicas do crescimento das árvores e dos povoamentos florestais. Sementes florestais. Seleção de espécies para povoamentos florestais. Viveiro florestal. Métodos culturais: formação, tratos, manejo e regeneração dos povoamentos florestais. Noções de Dendrometria. Inventário Florestal. Reflorestamento.		
Referências Bibliográficas Básicas		
HIGMAN, Sophie. et ali. Manual do Manejo Florestal Sustentável . Tradução: Áurea Maria Brandi Nardelli. Editora UFV. Viçosa, 2015.		
PAIVA, H. N. de; GOMES, J. M. Propagação vegetativa de espécies florestais . Viçosa: Editora UFV, n. 83, Cadernos didáticos (CD), 2001.		
SOARES, C. P.; PAULA NETO, F. de; SOUZA, A. L. de. Dendrometria e Inventário Florestal . Viçosa: Editora UFV, 2006.		
Referências Bibliográficas Complementares		
CARVALHO, P. E. R. Espécies florestais brasileiras : recomendações silviculturais, potencialidades e uso da madeira. Colombo: EMBRAPA – CNPF, 1994. .		
GALVÃO, Antonio Paulo Mendes. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais . EMBRAPA. 2000.		
IBDF. Formação, manejo e exploração florestal com espécies de rápido crescimento .1986.		
LORENZI, H. Árvores brasileiras : manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil. Nova Odessa: Editora Plantarum, 1992, v.1 e 2.		
MALINSK, Alan. As Cadeias Produtivas do Agronegócio . Porto Alegre. SAGAH. 2018. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Irrigação e Drenagem	Carga horária total: 60 horas	Período: 6º
Ementa		
Água no solo. Qualidade de água. Sistematização do terreno. Manejo de irrigação. Sistemas de Irrigação. Dimensionamento de sistemas de irrigação. Saneamento rural: principais tratamentos, utilização da água de reuso. Fertirrigação. Eficiência do uso da água na agricultura. Drenagem. Elaboração de projeto de irrigação e drenagem.		
Referências Bibliográficas Básicas		
AGUIAR NETTO, A. O.; BASTOS, E. A. Princípios agrônômicos da irrigação . Brasília: Embrapa, 2013.		
BERNARDO, Salassier. et al. Manual de irrigação . 9ª edição. Viçosa: UFV, 2019.		
MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação : princípios e métodos. Viçosa: UFV. 2009.		
Referências Bibliográficas Complementares		

ALBUQUERQUE, P, E. P.; DURÃES, F. O. M. **Uso e manejo da irrigação**. Brasília: Embrapa, 2008.

SILVA, Rui Côrrea Da. **Extensão Rural**. São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]

KLAUS, Reichardt; TIMM, Luiz Carlos. **Água e Sustentabilidade no Sistema Solo-Planta- Atmosfera**. Barueri-SP. Manole. 2016. [Minha Biblioteca]

SILA, Rui Côrrea Da. **Mecanização e Manejo do Solo**. São Paulo. Saraiva. 2019. [Minha Biblioteca]

TESTEZLAF, R. **Irrigação: métodos, sistemas e aplicações**. Campinas: Unicamp/FEAGRI, 2017.

7º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Olericultura Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 7º
Ementa		
Importância econômica, social e nutricional. Clima, Solo, nutrição e adubação. Propagação. Origem, características botânicas, plantio, tratos culturais. Controle fitossanitário. Colheita, póscolheita e comercialização. Aliáceas. Apiáceas. Asteráceas. Brassicáceas. Cucurbitáceas. Solanáceas.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ANDRIOLO, J. L. Olericultura geral: princípios e técnicas . Santa Maria: UFSM, 2002.		
SILVA, Rui Correa. Produção Vegetal: Processos, Técnicas e Formas de Cultivo . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de Olericultura: AGROTECNOLOGIA MODERNA NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE HORTALIÇAS . Viçosa: UFV, 2012.		
Referências Bibliográficas Complementares		
FILGUEIRA, F. A. R. Solanáceas: agrotecnologia moderna na produção de tomate, batata, pimentão, pimenta, berinjela e jiló . Lavras: UFLA, 2003.		
FIGUEIREDO, Eduardo Costa de; QUEIROS, Maria Eugenia Costa. Preparo de Amostras para Análise Compostos Orgânicos . Rio de Janeiro. LTC. 2015. [Minha Biblioteca]		
EMBRAPA. O Cultivo Orgânico de Hortaliças . Embrapa, 2005.		
Makishima, N. EMBRAPA HORTALIÇAS. Coleção Plantar . Embrapa, 1993.		
SCHMIDT, F.; EFRAIM, P.; FERREIRA, R. Pré-processamento de frutas, hortaliças, café, cacau e cana de açúcar . Rio de Janeiro: Elsevier, 2014. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Fruticultura Geral	Carga horária total: 60 horas	Período: 7º
Ementa		
Caracterização e importância da fruticultura. Logística. Classificação das espécies frutíferas, segundo as exigências climáticas. Propagação. Botânica e cultivares. Solo, adubação, nutrição. Implantação de pomares. Tratos culturais. Manejo fitossanitário. Colheita e pós-colheita. Armazenamento e comercialização de: abacaxi, abacate, banana, citros, goiaba, mamão, manga, maracujá. Principais frutíferas nativas do Cerrado com potencial para exploração sustentada. Seleção de matrizes e propagação. Pragas e doenças associadas às frutíferas nativas. Colheita e pós-colheita.		
Referências Bibliográficas Básicas		
FALEIRO, F. G.; JUNQUEIRA, N. T. V.; COSTA, A. M.; JESUS, O. N. de; MACHADO, C. de F. Maracujá. EMBRAPA, 2017. .		
SIMÃO, S. Tratado de fruticultura. Piracicaba: FEALQ, 1998.		
VIEIRA, R. F.; CAMILLO, J.; CORADIN, L. Espécies nativas da flora brasileira de valor econômico atual ou potencial: Plantas para o Futuro: Região Centro-Oeste. Brasília, DF: MMA, 2016.		
Referências Bibliográficas Complementares		
ALMEIDA, S. P. Cerrado: espécies vegetais úteis. Planaltina: EMBRAPA Cerrados, 1998.		
MAUCO, M.A. da C. LIMA, M.A.C. Reguladores Vegetais no Manejo da Produção e Qualidade do Abacate Semiárido Brasileiro. EMBRAPA, 2014.		
NEVES, Marcos Fava.; NOGUEIRA, José Guilherme. Estratégias para a Fruticultura no Brasil. Rio de Janeiro. Atlas. 2013. [Minha Biblioteca]		
PENTEADO, S. R. Manual de fruticultura ecológica: produção de frutas sem veneno. Campinas: Via Orgânica, 2017. [Minha Biblioteca]		
SCHIAVON, M. V.; PEREIRA, E. dos S.; KONZGEN, E. A.; FRANZON, R. C.; VIZZOTTO, M. Caracterização de Compostos Bioativos Em Frutas Nativas. EMBRAPA, 2015.		
VIEIRA, R. F.; AGOSTINI-COSTA, T. S.; SILVA, D. B.; SANO, S. M.; FERREIRA, F. R. Frutas nativas da região Centro-Oeste do Brasil. Brasília-DF: Embrapa Informação Tecnológicas, 2006. .		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Agricultura I	Carga horária total: 60 horas	Período: 7º
Ementa		
Importância econômica, botânica, clima e solo, manejo ambiental, cultivares, semeadura/plantio, nutrição mineral e adubação, tratos culturais, pragas, doenças, plantas daninhas, colheita, beneficiamento e logística das culturas de algodão, milho, soja e sorgo.		
Referências Bibliográficas Básicas		

CÂMARA, G.M.; CHIAVEGATO, E. J. O agronegócio das plantas oleaginosas: algodão, amendoim, girassol e mamona. Piracicaba: FEALQ, 2001. EMBRAPA SOJA. Tecnologias de produção de soja – Região Central do Brasil 2014. Londrina: Embrapa Soja, 2013. GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. Tecnologias de produção do milho: economia, cultivares, biotecnologia, safrinha, adubação, quimigação, doenças, plantas daninhas e pragas. Viçosa: UFV, 2004.
Referências Bibliográficas Complementares
BORÉM, A.; PIMENTEL, L.; PARRELLA, R. Sorgo: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2014. CRUZ, S.; ANDREOTTI, M.; PASCOALOTO, I. Produção e qualidade de silagens de sorgo consorciado com forrageiras. São Paulo: Novas Edições Acadêmicas, 2017. PEDROSA, M. B.; MORELLO, C. de L.; CHITARR, L. G.; SUASSUNA, N. D.; SILVA FILHO, J. L. da; FREIRE, E. C.; BENITES, F. R. G.; FARIAS, F. J. C.; LAMAS, F. M.; ANDRADE, F. P. de; BARROSO, P. A. V.; RIBEIRO, J. L.; GODINHO, V. de P. Algodão no cerrado do Brasil. Cultivo de Algodão com Alta Qualidade de Fibra par Cultivo no Cerrado e Semiárido no Brasil. EMBRAPA, 2011. EMBRAPA. Tecnologias de Produção de Soja. Paraná. 2007. FRANCELLI, A. S. Milho: estratégias de manejo. Piracicaba: FEALQ, 2013.

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio	Carga horária total: 60 horas	Período: 7º
Ementa		
Administração Agroindustrial, Políticas públicas, políticas de cota de produção, políticas de preços, subsídios, política de "dumping", políticas de reforma agrária. Interligação das políticas agrícolas com o desenvolvimento econômico, crédito rural; fontes, decisões econômicas, operação de financiamento, elaboração de projetos; avaliação dos recursos, informações básicas, orçamento, avaliação e perícia de projetos. O agronegócio brasileiro, instituições no agronegócio, cooperativismo, associativismo e agronegócio, ambiente de marketing no agronegócio, segmentação de mercado, modelos de comportamento do consumidor, pesquisa mercadológica no agronegócio, estudo de casos.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ZUIN, Luiz Fernandes Soares; RAMOS, Timóteo. Agronegócio: Gestão, Inovação e Sustentabilidade . São Paulo. Saraiva. 2019. [Minha Biblioteca]		
FONTES, Rosa. Economia: um enfoque básico e simplificado . São Paulo: Atlas, 2010. [Biblioteca Física]		
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing – conceitos, exercícios e casos . São Paulo: Atlas, 2009. . [Minha Biblioteca]		
FEIJÓ, Ricardo Luiz Chaves. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural . Rio de Janeiro. Guanabra Koogan. 2010. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
SPAREMBERGER, Ariosto. Princípios de Agronegócios: Conceitos e Estudos de Caso . Ijuí-RS. Injuí. 2010. [Minha Biblioteca]		

AAKER, David A. Administração Estratégica de Mercado . Porto Alegre. Artmed. 2012. [Minha Biblioteca] [Minha Biblioteca]
CREPALDI, Sílvia Aparecido. Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisoria . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. [Minha Biblioteca] [Minha Biblioteca]
REGO, Jose Márcio do. Formação Econômica no Brasil . São Paulo. Saraiva, 2007. [Minha Biblioteca]
GREMAUD, Amaury Patrick. Economia brasileira contemporânea . São Paulo: Atlas, 2007. [Minha Biblioteca]
FEIJÓ, Ricardo Luiz Chaves. Economia Agrícola e Desenvolvimento Rural . Rio de Janeiro. LTC. 2010. [Minha Biblioteca] [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Plantas Ornamentais e Paisagismo	Carga horária total: 60 horas	Período: 7º
Ementa		
Introdução. Mercado da floricultura. Floricultura tropical. Plantas ornamentais, seus usos e características. Histórico, evolução e estilos dos jardins. Desenho. Elementos arquitetônicos. Paisagismo: planejamento, projeto, execução, reforma, comercialização e manutenção. Arborização urbana e rural.		
Referências Bibliográficas Básicas		
CASTRO, A. A. Características plásticas e botânicas das plantas ornamentais . São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]		
SEKIYA, R. F. M. Composição de plantas ornamentais em jardins . São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]		
PIRES, L.K. A DE M.; BARSATO, A.V. PIRES, M.P.C. Plantas Medicinais . Embrapa, 2017.		
Referências Bibliográficas Complementares		
BENATTI, L. P. Inovação nas técnicas de acabamentos decorativos em sementes ornamentais brasileiras : design aplicado a produtos com perfil sustentável. São Paulo: Blucher, 2017. [Minha Biblioteca]		
PIRES, L. K. A. de M.; BORSATO, A. V.; PEREZ, M. P. C. Plantas Medicinais . Embrapa, 2017. [Minha Biblioteca] [Minha Biblioteca]		
VIANA, Viviane Japiassu. Cultivo de Plantas Ornamentais . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
CASTRO, Anselmo Augusto de . Características Plásticas e Botânicas das Plantas Ornamentais . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
FINKLER, Raquel. Anatomia e Morfologia Vegetal . Porto Alegre. Sagah. 2018. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Tecnologia e Produção de Sementes	Carga horária total: 60 horas	Período: 7º
Ementa		
Embriologia e fisiologia de sementes. Sistemas de produção de sementes. Estabelecimento e inspeções dos campos de produção de sementes. Colheita, secagem, beneficiamento e tratamento de sementes. Análise de sementes. Armazenamento e embalagem de sementes. Legislação e comercialização de sementes no Brasil.		
Referências Bibliográficas Básicas		

Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária. Regras para análise de sementes . Brasília: MAPA, 2009.
CARVALHO, N.M; NAKAGAWA, J. Sementes: ciência, tecnologia e produção . Jaboticabal: FUNEP, 2000.
MARCOS FILHO, J. Fisiologia de sementes de espécies cultivadas . Jaboticabal: FUNEP, 2005.
Referências Bibliográficas Complementares
ARAÚJO, M. M.; NAVROSKI, M. C.; SCHORN, L. A. produção de sementes e mudas . Santa Maris: UFSM, 2018.
NASCIMENTO, W. M. Hortaliças: tecnologia de produção de sementes . Brasília: Embrapa Hortaliças, 2011.
PEREIRA, M. S. Manual técnico conhecendo e produzindo sementes e mudas da caatinga . Fortaleza: Associação Caatinga, 2011.
SCARIOT, A.; SOUSA-SILVA, J. C.; FELFILI, J. M. Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação . Brasília: MMA, 2005
FERNANDES, Andressa. Produção Agroindustrial . São Paulo. Saraiva. 2019.

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Planejamento e Projetos Agropecuários	Carga horária total: 40 horas	Período: 7º
Ementa		
Análise de investimentos. Rendimentos na empresa rural. Planejamento do setor rural. Planejamento da empresa rural. Organização, elaboração e métodos de avaliação econômica de projetos no setor rural. Valor da empresa rural. Valor produtivo de um povoamento. Rentabilidade da empresa rural. Políticas agropecuárias. Projetos agropecuários. Planejamento para obtenção de crédito rural. Planos de utilização da propriedade. Mercado. Inovação e tecnologia de gestão no agronegócio. Empreendedorismo. Produção e comercialização de produtos agrícolas.		
Referências Bibliográficas Básicas		
HADDAD, P. R. Meio ambiente planejamento e desenvolvimento sustentável . São Paulo: Saraiva 2015. [Minha Biblioteca]		
OLIVEIRA, V. L. Elaboração e avaliação de projetos para a agricultura . Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.		
SILVA, R. C. Planejamento e projeto agropecuário: mapeamento e estratégias agrícolas . São Paulo: Érica, 2015. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
BATALHA, M. O. Gestão Agroindustrial . volume 1. São Paulo: Atlas, 2013. [Minha Biblioteca]		
DUFUMIER, M. Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas Salvador: EDUFBA, 2010.		

OLIVEIRA, Ivanoel Marques de. **Ferramentas de Gestão para Agropecuária**. São Paulo. Saraiva. 2015. [Minha Biblioteca]

QUEIROZ, T. R.; ZUIN, L. F. S. **Agronegócios: Gestão e Inovação**. São Paulo: Saraiva 2006. [Minha Biblioteca] [Minha Biblioteca]

TAVARES, Maria Flavia de Figueiredo. **Introdução a Gestão de Agronegócio**. 2ª edição. Porto Alegre. Sagah. 2018. [Minha Biblioteca]

8º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Agricultura II	Carga horária total: 60 horas	Período: 8º
Ementa		
Importância econômica, botânica, clima e solo, cultivares, semeadura/plantio, nutrição mineral e adubação, tratos culturais, pragas, doenças, plantas daninhas, colheita e beneficiamento das culturas de arroz, café, cana-de-açúcar, feijão e girassol.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ANDRADE, L. A. B.; CARDOSO, M. B. Cultura da cana-de-açúcar . Lavras: Editora UFLA, 2004.		
SANTOS, A. B.; STONE, L. F.; VIEIRA, N. R. A. A Cultura do arroz no Brasil . Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2006.		
OLIVEIRA NETO, A. A.; SANTOS, C. M. R. A cultura do feijão . Brasília: Conab, 2018.		
SILVA, Melissa Ananias Soler da; STONE, Luiz Fernandes; SANTOS, Alberto Baeta; CARVALHO, Maria Conceição Santana; FERREIRA, Carlos Magri. Adubação do Arroz Irrigado com N, P e K EM Várzeas do Cerrado. Embrapa, 2020.		
CÂMARA, G.M.; CHIAVEGATO, E. J. O agronegócio das plantas oleaginosas: algodão, amendoim, girassol e mamona . Piracicaba: FEALQ, 2001.		
MATIELLO, J. B.; SANTINATO, R.; GARCIA, A. W. R.; ALMEIDA, S. R.; FERNANDES, D. R. Cultura do café no Brasil: manual de recomendações ed. 2015. Varginha: Fund. Pro café, 2016.		
MOLDVAER, A.; SCHICHVARGER, L. O livro do café: história, espécies e variedades . São Paulo: Pubifolha, 2016.		
PIMENTEL, L.; BORÉM, A. Girassol: do plantio à colheita . Viçosa: UFV, 2018.		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Comunicação e Extensão Rural	Carga horária total: 60 horas	Período: 8º
Ementa		

Fundamentos da extensão rural. Comunicação para a prática da produção e da difusão de tecnologia para o setor agropecuário e florestal. Metodologia e programas de ação em extensão rural. Desenvolvimento de processo de transformação tecnológica e educacional no meio rural. Modelo do sistema brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural. Extensão como educação e prática social. Metodologia do trabalho extensionista. Princípios e métodos de desenvolvimento rural sustentável, com ênfase nas metodologias participativas. Instituições sociais no meio rural. Políticas públicas no meio rural.		
Referências Bibliográficas Básicas		
STEIN, Tiago. Fundamentos da Extensão Rural . Porto Alegre. Sagah. 2021. [Minha Biblioteca]		
CHADAD, Fábio. Economia e Organização da Agricultura Brasileira . Rio de Janeiro. Elsevier. 2017. [Minha Biblioteca]		
SILVA, R. C. Extensão Rural . São Paulo: Erica, 2014. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
SILVA, Eliziane. Assistência Técnica e Extensão Rural . Porto Alegre. Sagah. 2020. [Minha Biblioteca]		
BRAGA, G. M.; KUNSCH, M. M. K. Comunicação rural : discurso e prática. Viçosa: UFV, 1993.		
MARION, J. C. Contabilidade rural : contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária. São Paulo: Atlas, 2014. [Minha Biblioteca]		
ALVES, E.R. DE. A. Agricultura familiar : Embrapa, 2006.		
TAIJA, S. F. Comunicação e negociação : conceitos e práticas organizacionais. São Paulo: Érica, 2014. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Manejo e Gestão Ambiental	Carga horária total: 60 horas	Período: 8º
Ementa		
Sustentabilidade na agropecuária. Introdução ao planejamento do uso das terras e ao planejamento conservacionista. Metodologias de avaliação de terras para fins agrícolas. Manejo agrícola e qualidade do solo. Degradação da qualidade do solo. Conservação do solo e da água. Legislação em conservação do solo e da água.		
Referências Bibliográficas Básicas		
REIS, Agne Caroline dos. Manejo de Solo e Plantas . Porto Alegre. Sagah. 2017. [Minha Biblioteca]		
DAIBERT, João Dalton; AIBA, Paloma Ribeiro. Análise dos Solos: Formação, Classificação e Conservação do Meio Ambiente . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca] [Minha Biblioteca]		
HADDAD, P. R. Meio Ambiente Planejamento E Desenvolvimento Sustentável . São Paulo: Saraiva 2015. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		

BRANDY, N. C.; WELL, R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. Porto Alegre: Bookman 2012. [Minha Biblioteca]

KLAUS, REICHARDT; TIMM, Luiz Carlos. **Solo, Planta e Atmosfera.: Conceitos Processos e Aplicações**. Barueri-SP. Manole. 2012. [Minha Biblioteca] [Minha Biblioteca]

REIS, Agne Caroline dos. **Manejo de Solo e Plantas**. Porto Alegre. Sagra. 2017. [Minha Biblioteca]

FINKLER, Raquel. PEDROSO, Rafael Munhoz. **Ciência do Solo e Fertilidade**. Porto Alegre. SAGAH. 2018. [Minha Biblioteca]

DALMOLIN, Diego Anderson; MANSOUR, Eva Reda Moussa; SANTANA, Natalia Santos de. **Melhoramento de Plantas**. Porto Alegre. SAGAH. 2020. [Minha Biblioteca] [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Optativa I	Carga horária total: 40 horas	OPTATIVA
Ementa		
De acordo com a disciplina ofertada.		
Referências Bibliográficas Básicas		
De acordo com a disciplina ofertada.		
Referências Bibliográficas Complementares		
De acordo com a disciplina ofertada.		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Agrostologia e Forragicultura	Carga horária total: 60 horas	Período: 8º
Ementa		
Introdução. Importância socioeconômica das pastagens no Brasil. Características gerais da família Poaceae e Fabaceae. Principais espécies forrageiras cultivadas. Eco fisiologia das plantas forrageiras. Nutrição de plantas forrageiras. Sistemas de propagação das forrageiras. Estacionalidade de produção. Formação, produção, utilização e manejo de pastagens e campineiras. Recuperação de pastagens degradadas. Sistemas pastoris. Volumosos suplementares. Conservação de forragens. Plantas tóxicas e daninhas. Doenças e pragas na Forragicultura.		
Referências Bibliográficas Básicas		
DIAS-FILHO, M. B. Degradação de pastagens: processos, causas e estratégias de recuperação. 3. ed. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.		
FONSECA, D. M.; MARTUSCELLO, J. A. Plantas forrageiras . Viçosa: UFV, 2010.		

SILVA, Sebastião. **Plantas forrageiras de A à Z**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2017.

Referências Bibliográficas Complementares

CONGIO, Guilherme Franklin de Souza. **Forragicultura**. Porto Alegre. Sagah. 2019. [Minha Biblioteca]
 FONTANELI, R. S. F.; SANTOS, H. P.; FONTANELI, R. S. **Forrageiras para integração lavoura pecuárias na região sul-brasileira**. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2009.

OLIVEIRA, R. C.; REIS, P. A.; CARDOSO, A. G. T.; RIBEIRO, A. R. O; BERTO, A. C. V.;
 PONCIANO, A. I. C.; MOURA, C. O.; VALLS, J. F. M. **Guia gramíneas do cerrado**. Brasília: UNB, Rede de Sementes do Cerrado, 2016.

PEIXOTO, A. M. P.; PEDREIRA, C. G. S.; MOURA, J. C.; FAIRA, V. P. **A planta forrageira no sistema de produção**. Piracicaba: FEALQ, 2007.

SAMPAIO, A. B. **Guia de restauração do cerrado**. vol 1: semeadura direta. Brasília: UNB, Rede de Sementes do Cerrado, 2015.

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Bovinocultura	Carga horária total: 60 horas	Período: 8º
Ementa		
Histórico e importância. Planejamento de exploração comercial. Raças de bovinos de leite e corte. Raça e condições ambientais. Instalações produção de carne e leite. Reprodução. Avaliação do crescimento e produção. Melhoramento genético do rebanho. Cruzamento. Manejo do rebanho. Criação extensiva e intensiva. Rastreamento. Integração de atividades produtivas. Controle sanitário e higiene. Julgamento e seleção de zebuínos. Julgamento e seleção de bovinos leiteiros.		
Referências Bibliográficas Básicas		
PEREIRA, J. C. Vacas leiteiras: aspectos práticos da alimentação . Viçosa: Aprenda Fácil, 2000.		
PIRES, A. V. Bovinocultura de corte , vol.1. Piracicaba: FEALQ, 2010.		
ROLIM, Antonio F. Martins. Produção Animal – Bases da Reprodução, Manejo e Saúde . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		

CAMPOS, O. F. Gado de leite: o produtor pergunta, a EMBRAPA responde . Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.
CRUZ, J. C.; PEREIRA FILHO, I. A.; RODRIGUES, J. A. S.; FERREIRA, J. J. Produção e utilização de silagem de milho e sorgo . Sete Lagoas: Embrapa Milho e Sorgo, 2001.
PIRES, A. V. Bovinocultura de corte , vol.2. Piracicaba: FEALQ, 2010.
SILVA, J. C. P. M; VELOSO, C. M. Raças de gado leiteiro . Viçosa: Aprenda Fácil, 2011.
SILVA, J. C. P. M; VELOSO, C. M.; TEIXEIRA, R. M. A.; SANTOS, M. E. R. Manejo de vacas leiteiras a pasto . Viçosa: Aprenda Fácil, 2011.

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso I	Carga horária total: 60 horas	Período: 8º
Ementa		
O Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia será uma experiência para os nossos alunos na direção de sistematização de dados referente ao tema escolhido, relacionando-os com os aspectos da aprendizagem de práticas em consonância com as aulas práticas, que vem se desenvolvendo desde o primeiro semestre do curso. Nesse sentido, o aluno inicia com o levantamento de dados, problemática, a elaboração de um Projeto, com detalhamento das fases de execução do mesmo, a viabilidade do que se pretende fazer, o cronograma das atividades, além de um levantamento bibliográfico do tema e os objetivos. Esse trabalho poderá estar relacionado com o estágio e com disciplina de metodologia.		
Referências Bibliográficas Básicas		
Conforme Temática		
Referências Bibliográficas Complementares		
Conforme Temática		

9º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Avicultura e Suinocultura	Carga horária total: 60 horas	Período: 9º
Ementa		
Avicultura: Importância econômica e características básicas da indústria avícola no Brasil. Atualização em anatomia e fisiologia de frangos de corte e aves de postura, manejo e alimentação. Profilaxia das principais doenças existentes no plantel avícola no Brasil. Evolução genética e desenvolvimento de híbridos comerciais de aves nacionais. Projetos de criação de aves. Suinocultura: Importância econômica. Características básicas da indústria suína. Histórico e raças suínas. Reprodução. Nutrição e alimentação de suínos. Criação, crescimento e terminação, instalações e equipamentos, controle sanitário.		
Referências Bibliográficas Básicas		

OLIVEIRA, A.V; LIMA, Gustavo J. M.M.; FAVERO, Jeronimo Antonio.; BRITO, José R. F. **Suinocultura: Noções Básicas**. Embrapa, 1993.

MICHELS, IDO. **Avicultura**. Editora UFMS, Campo Grande, MS, 2004

RIBEIRO JÚNIOR, Valdir; ROCHA, Gabriel Cipriano; BRAND. Henrique Gastmann. **Formulação de Rações para Suínos**. Aprenda Fácil Editora, Viçosa – MG, 2018.

SANTOS, Bernadete Miranda dos; MOREIRA, Maria Aparecida S.; DIAS, Camila Cristina Almeida. **Manual de Doenças Avícolas**. Editora UFV, Viçosa, MG, 2008.

Referências Bibliográficas Complementares

CAMPOS, E. J. **Avicultura: Razões, fatos e divergências**. Editora SEP – MVZ. Editora, Belo Horizonte. 2000.

COTTA, T. **Galinha: produção de ovos**. Aprenda Fácil. Viçosa, MG. 2002.

COTTA, T. **Frangos de corte: Criação, abate e comercialização**. Viçosa: Aprenda Fácil. 2003.

CASTRO, Fabiana Santos. **Zootecnia e Produção de Ruminantes e Não Ruminantes**. Porto Alegre. Sagah. 2019. [Minha Biblioteca]

FERRO, J.P. **Práticas de manejo aplicado na suinocultura industrial**. UFRA. 2008.

MACARI, M. & GONZALES, E. **Manejo de Incubação**. FACTA, Jaboticabal, 2003.

MORES, N.; AMARAL, A. L. do; LIMA, G. J. M. M. de; DALLA COSTA, O. A.; COLDEBELLA, A.; MIELE, M.; SANDI, A. J.; OLIVEIRA, P. A. V. de. **Produção de Suínos**. Embrapa, 2013.

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Seminário Interdisciplinar	Carga horária total: 60 horas	Período: 9º
Ementa		
Seminários de debate, e estudos de caso, permitem ao acadêmico a interação e o enfrentamento a posições, concepções e escolhas diferenciadas às suas, exigindo capacidade de análise, comunicação e fundamentação dos argumentos defendidos, determinantes da boa prática.		
Referências Bibliográficas Básicas		
Conforme Temática		
Referências Bibliográficas Complementares		
Conforme Temática		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Tecnologia e Processamento de Produtos Agropecuários	Carga horária total: 60 horas	Período: 9º
Ementa		

Vegetais - Pré-processamento. Principais produtos vegetais industrializáveis. Doces. Geleias. Produção de açúcar-de-cana. Alcool. Sucos. Aditivos, conservantes e estabilizantes. Conservação. Mini processamento de frutas e hortaliças. Exigências sanitárias. Animais - Importância e composição do leite. Produção higiênica. Processamento. Manteiga. Queijo (Minas, Mussarela, Provolone, Requeijão, Ricota). Iogurte. Produção de carne: bovina, suína e de aves. Conservação. Produção de defumados. Embutidos. Legislação e Exigências sanitárias. Produção higiênica. Exigências do mercado.

Referências Bibliográficas Básicas

CARELLE, Ana Claudia; CANDIDA, Cynthia Cavalin. **Tecnologia de Alimentos**. Porto Alegre: Sagah. 2015. [minha Biblioteca]

NESPOLO, Cássia Regina. **Práticas em Tecnologia de Alimentos**. Porto Alegre. Artmed. 2015. [Minha Biblioteca]

GOMES, M. S. de O. **Conservação Pós-Colheita Frutas e hortaliças**. Embrapa, 1996.

Referências Bibliográficas Complementares

CAMPBELL-PLATT, G. **Ciência e tecnologia de alimentos**. Barueri: Manole, 2015. [Minha Biblioteca]

CARELLE, A. C.; CÂNDIDO, C. C. **Tecnologia dos alimentos: principais etapas da cadeia produtiva**. São Paulo: Érica, 2015. [Minha Biblioteca]

FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática**. 2. ed. Porto alegre: Artmed, 2006. [Minha Biblioteca]

KOBLITZ, M. G. B. **Bioquímica de alimentos: teoria e aplicações práticas**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. [Minha Biblioteca]

NESPOLO, C. A.; OLIVEIRA, F. A.; PINTO, F. S. T.; OLIVERA, F. C. **Práticas em tecnologia de alimentos**. Porto Alegre: Artmed, 2015. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Avaliação de Impacto Ambiental

Carga horária total: 40 horas

Período: 9º

Ementa

Fundamentos do impacto ambiental. Histórico do processo de Avaliação de Impacto Ambiental no mundo e no Brasil. Avaliação do Impacto Ambiental (AIA). Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Licenciamento ambiental. Análise de risco aplicada à viabilidade ambiental.

Referências Bibliográficas Básicas

MMA/IBAMA. **Guia de Procedimentos do Licenciamento Ambiental Federal** – Documento de Referência. Brasília, 2002.

ROCHA; J. S. M. de; GARCOA; S. M.; ATAIDES; P. R. V. de. **Manual de avaliações de impactos ambientais**. 2ª ed. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria. 2002.

BARBOSA, Rildo Pereira. **Avaliação de Risco e impacto ambiental**. São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

ABRAMOVAY, R. (Org.) **Construindo a Ciência Ambiental**. São Paulo: Annablume/FAPESP. 2002.

HADDAD, Paulo Roberto. **Meio Ambiente, Planejamento e Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo. Saraiva. 2015. [Minha Biblioteca]

BARSANO, Paulo Roberto; BARBOSA, Paulo Roberto. **Meio Ambiente – Guia Prático e Didático**. 2ª edição. São Paulo. Saraiva, 2013.

STEIN, Ronei Tiago. **Avaliação dos Impactos Ambientais**. Porto Alegre. Sagah. 2018.

IBAMA. **Manual de impacto ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas**. Brasília: IBAMA. 1995.

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Optativa II	Carga horária total: 40 horas	OPTATIVA
Ementa		
De acordo com a disciplina ofertada.		
Referências Bibliográficas Básicas		
De acordo com a disciplina ofertada.		
Referências Bibliográficas Complementares		
De acordo com a disciplina ofertada.		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Silvicultura e Sistemas Agrossilvipastoril.	Carga horária total: 60 horas	Período: 9º
Ementa		
Origem e evolução dos sistemas agrossilvipastoril. O setor florestal brasileiro. Noções de dendrologia e fenologia. Escolha da espécie florestal. Produção de mudas. Noções de biometria e manejo florestal. Legislação florestal. Sistemas de integração lavoura pecuária. Atributos físicos, químicos e biológicos do solo em sistemas agrossilvipastoril. Uso e conservação da água nos sistemas agrossilvipastoril. Problemas e adequação dos solos do cerrado para implantação dos sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta.		
Referências Bibliográficas Básicas		
SOUSA, D.M.G.; LOBATO, E. Cerrado: correção do solo e adubação . 3 ed. Brasília. Embrapa, Informações Tecnológicas, 2004.		
SANTOS, L. D. F. Integração lavoura-pecuária-floresta: potencialidades e técnicas de produção / Leonardo David Tuffi et al. (Org.). Montes Claros: Instituto de Ciências Agrárias da Universidade do Estado de Minas Gerais, 2012. [		
ROSCOE, R.; MERCANTE, F. M.; SALTON, J. C. Dinâmica da matéria orgânica do solo . Dourados: Embrapa Agropecuária Oeste. 2006.		
Referências Bibliográficas Complementares		

AGUIAR, I. B. **Introdução à silvicultura**. Jaboticabal: FUNEP, 2005.

ALFENAS, A.C. **Clonagem e doenças do eucalipto**. Viçosa, Editora UFV, 2004.

BUNGENSTAB, D. J. **Sistemas de integração lavoura-pecuária-floresta: a produção sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2012.

GALVÃO, A. P. M. **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais**. Brasília: Embrapa, 2000.

XAVIER, A.; WENDLING, I.; SILVA, R. L. S. **Silvicultura clonal: princípios e técnicas**. Viçosa: UFV, 2009.

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso II

Carga horária total: 60
horas

Período:
9º

Ementa

O Trabalho de Conclusão de Curso de Agronomia será uma experiência para os nossos alunos na direção de sistematização de dados referente ao tema escolhido, relacionando-os com os aspectos da aprendizagem de práticas em consonância com as aulas práticas, que vem se desenvolvendo desde o primeiro semestre do curso. Nesse sentido, o aluno desenvolve o Projeto, elaborado no 8º período e apresenta oralmente um relatório com as atividades realizadas.

Referências Bibliográficas Básicas

Conforme Temática

Referências Bibliográficas Complementares

Conforme Temática

10º PERÍODO

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Estágio Supervisionado

Carga horária total: 400
horas

Período:
10º

Ementa

A disciplina de Estágio Supervisionado, previstas na matriz curricular do curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, perfaz uma carga horária total de 400 (quatrocentas) horas/aula onde estas horas serão disponibilizadas aos alunos para a pesquisa, preparação e elaboração de toda a documentação necessária ao desenvolvimento da prática

Referências Bibliográficas Básicas

Conforme Temática

Referências Bibliográficas Complementares

Conforme Temática

OPTATIVAS

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Georreferenciamento e Geoprocessamento	Carga horária total: 40 horas	Optativa
Ementa		
Introdução ao uso de GPS. Análise e interpretação de mapas e escalas. Sistemas Sensores. Sistemas orbitais. Comportamento espectral de alvos. Introdução aos principais elementos empregados em Georreferenciamento e geoprocessamento. Aquisição de informações geográficas por meio de sensoriamento remoto orbital. Interpretação de imagens digitais aplicáveis ao estudo e manejo de recursos naturais e de áreas produtivas. Sistemas de informação geográfica. Noções básicas sobre sistemas de posicionamento global. Georreferenciamento de imóveis rurais.		
Referências Bibliográficas Básicas		
ASSAD, E. D.; SANO, E. E. Sistema de informações geográficas: aplicações na agricultura . 2 ed. Brasília: Embrapa: SPI, 1998. [		
DRUCK, S.; CARVALHO, M. S.; CÂMARA, G.; MONTEIRO, A. V. M. Análise espacial de dados geográficos . Brasília: EMBRAPA, 2004.		
FARIAS, A. R.; MACHADO, C. A. E.; GUZZO, L. C. ; ZANESCO, R. ; MELLO, L. M. R. de; SILVA, S. M. R. da ; HOFF, R.; FIALHO, F. B. Georreferenciamento do cadastro vitícola: metodologia, espacialização e avaliação dos resultados . EMBRAPA, 2013.		
Referências Bibliográficas Complementares		
TROMBETA, Leticia Roberta Amaro. Geoprocessamento . Porto Alegre. Sagah. 2020. [Minha Biblioteca]		
IBRAHIM, Francini Imeni Dias. Introdução ao Geoprocessamento Ambiental . São Paulo. Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
CORREA, Priscila Marques. Topografia e Geoprocessamento . Porto Alegre. SAGAH. 2017. [Minha Biblioteca]		
LONGLEY, Paul A.; GOODCHILD, Michael; MAGUIRE, David. Sistemas e Ciência da informação Geográfica . São Paulo. Bookman. 2013. [Minha Biblioteca]		
TULER, M. SARAIVA, S. Fundamentos de Geodésia e Cartografia . Porto Alegre: Bookman, 2016. [Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular
--

Disciplina: Agroecologia	Carga horária total: 40 horas	Optativa
Ementa		
Agroecologia e sustentabilidade. Estrutura e processos ecológicos em ecossistemas naturais e em agro ecossistemas. Nutrição mineral em agro ecossistemas. Artrópodes em agro ecossistema. Plantas espontâneas em agro ecossistemas. Sistemas de cultivos múltiplos. Agro ecossistemas tradicionais. Sustentabilidade ecológica de agro ecossistemas. Agricultura sustentável.		
Referências Bibliográficas Básicas		
MOLINA, Monica Castagna; MARTINS, Maria de Fátima Almeida. Formação de Formadores: Reflexões Sobre as Experiências da Licenciatura em Educação Ambiental . Belo Horizonte. Autentica. 2019. [Minha Biblioteca]		
GLIESSMAN, S.R. Agroecologia : processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2005.		
SILVA, Rui Correa da. Mecanização e Manejo do solo . São Paulo: Saraiva. 2014. [Minha Biblioteca]		
Referências Bibliográficas Complementares		
TOWNSEND C.R; BEGON, M; HARPER J. L. Fundamentos em Ecologia . Porto Alegre: Artmed, 2005. [Minha Biblioteca]		
RICKLEFS, R. E.; RELYEA, R. A Economia da Natureza . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2018. [Minha Biblioteca]		
SCHAWANKE, Cibele. Ambiente . Porto Alegre. Artmed. 2013. [Minha Biblioteca]		
WATHES, KATHLEEN. Fundamentos de Ciências dos Ecossistemas . Rio de Janeiro. LTC. [Minha Biblioteca]		
BRANCO, Samuel Murgel. Ecossistêmica . 2ª edição. São Paulo. Blucher. 2014.[Minha Biblioteca]		

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Manejo e Armazenamento de Grãos	Carga horária total: 40 horas	Optativa
Ementa		
Estrutura para armazenamento de grãos. Logística. Tipos de grãos e características. Psicrometria. Higroscopia. Secagem. Manutenção de secadores. Manuseio de grãos. Controle de pragas e doenças. Manutenção da qualidade dos grãos armazenados. Legislação.		
Referências Bibliográficas Básicas		

CAXITO, Fabiano. **Logística – Um Enfoque Prático**. São Paulo. Saraiva. 2019.

[Minha Biblioteca]

LORINI, I.; KRZYZANOWSKIM, F. C.; FRANÇA-NETO, J. B.; HENNING, A. A.; HENNING, F. A. **Manejo integrado de pragas de grãos e sementes armazenadas**. Brasília: Embrapa, 2015.

PAOLESCH, Bruno. **Estoques e Armazenagem**. São Paulo. Saraiva. 2014.[Minha Biblioteca]

Referências Bibliográficas Complementares

GIACOMELI, Giancarlo. **Logística e Distribuição**. Porto Alegre. SAGAH. 2016.

[Minha Biblioteca]

LORINI, I.; MIKKE, L. H.; SCUSSEL, V. M. **Armazenamento de grãos**. Campinas: IBGE. 2002.

GURGEL, Floriano do Amaral; FRANCHECINI, Paulino G. **Administração dos Materiais e do Patrimônio**. 2ª edição. São Paulo. Cengage Learning Brasil. 2013.

SILVA, J. S. **Secagem e armazenagem de produtos agrícolas**. Viçosa: Aprenda Fácil, 2008.

SILVA, Rui Correa. **Planejamento e Projeto Agropecuário Mapeamento e Estratégias Agrícolas**. São Paulo. Saraiva. 2019. [Minha Biblioteca]

Identificação do Componente Curricular

Disciplina: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Carga horária total: 40 horas

Optativa

Ementa

Aspectos linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). História das comunidades surdas, da cultura e das identidades surdas. Noções básicas da língua de sinais brasileira. Conceitos, cultura e a relação histórica da surdez com a língua de sinais. A gramática da língua de sinais. Aspectos sobre a educação de surdos. Teoria da tradução e interpretação. Técnicas de tradução em Libras/Português; técnicas de tradução em Português/Libras. Ensino básico da LIBRAS. Políticas de inclusão de sujeitos surdos legislação e experiências inclusivas

Referências Bibliográficas Básicas

CASTRO, Alberto Rainha de ; Carvalho, Ilza Silva de . **Comunicação por Língua Brasileira de Sinais** 4ª edição. Senac, 2013. [Biblioteca Física 8]

HONORA, Márcia; Frizanco, Mary, Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais**. São Paulo: Ciranda, 2009. [Biblioteca Física 8]

QUADROS, Ronice Muller de. **Língua de sinais brasileira**. Porto Alegre: Artmed, 2004. [Biblioteca Física 8]

Referências Bibliográficas Complementares

ALMEIDA, Elizabeth Crepaldi de. **Atividades ilustradas em sinais da LIBRA**. São Paulo: Revinter, 2004. [Biblioteca Física 8]

BRANDÃO, Flávia. **Dicionário Ilustrado de Libras**. São Paulo: Global, 2012. [Biblioteca Física8]

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha; Choi, Daniel; Vieira, Maria Inês; Gaspar, Priscilla; Nakasato, Ricardo. **Libras Conhecimento Além dos Sinais**. São Paulo: Pearson, 2011. [Biblioteca Física 8]

QUADROS, Ronice Muller de & Cruz, Carina Rebello Cruz. **Língua de Sinais Instrumentos de Avaliação**. Artmed. 2011. [Biblioteca Física 8]

Identificação do Componente Curricular		
Disciplina: Apicultura	Carga horária total: 40 horas	OPTATIVA
Ementa		
Histórico da criação de abelhas; importância econômica, social e ambiental da apicultura; aspectos gerais da apicultura no Brasil e no mundo; principais raças; biologia das abelhas; materiais e equipamentos apícolas; localização e instalação de apiário; manejo básico, de manutenção e produtivo das colmeias; os produtos das abelhas e seus processamentos; pragas e doenças das abelhas; viabilidade econômica da apicultura. Noções básicas de criação de animais silvestres da Amazônia.		
Referências Bibliográficas Básicas		
GALLO, D. et al. Manual de entomologia agrícola . Piracicaba, SP, FEALQ, 2002.		
RIBEIRO, M. de F. Biologia e Manejo da Abelha sem Ferrão . Embrapa, 2009. .		
RIBEIRO, M. de F.; PEREIRA, F. de M.; LOPES, M. T. do R.; MEIRELLES, R. N. Apicultura e Meliponicultura . Embrapa, 2019.		
Referências Bibliográficas Complementares		
COUTO, R. H. N.; COUTO, L. A. Apicultura: manejo e produtos . São Paulo: UNESP. 1996.		
MOURA, Alessandra dos Santos. Entomologia Agrícola . Porto Alegre. Sagah. 2021. [Minha Biblioteca]		
EMBRAPA. Curso de apicultura : Embrapa, 2015.		
SOUZA, D.C. APICULTURA - Manual do agente de desenvolvimento rural (org.). Brasília: SEBRAE, 2004. 190 p.		
EMBRAPA. Novo manual de apicultura . Embrapa, 2005.		
Revista SEBRAE AGRONEGÓCIOS . Nº 3, maio /2006.		

2.13 Metodologia

O aluno como centro do processo de aprendizagem deve ser estimulado a desenvolver todas as ações e metodologias de ensino da Faculdade. A teoria e a prática juntas são compromissos da IES, privilegiando metodologias de ensino que acolham as ações de iniciação científica, atividades de extensão e monitoria.

As atividades práticas ocorrerão em todas as disciplinas, de forma a assegurar a aprendizagem significativa de seus conteúdos, possibilitando aos discentes, além da aquisição de conteúdo, o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais para o exercício profissional de qualidade.

Neste curso a flexibilidade estará presente, nas atividades complementares, no trabalho de conclusão de curso, na prática, estágio supervisionado e demais atividades acadêmicas, entre elas a iniciação científica e a extensão.

Já a interdisciplinaridade está presente na inter-relação entre as disciplinas, quanto das atividades complementares, e principalmente por meio de projetos integrados que possam vir a ser implementados pelo Colegiado competente da Faculdade, projetos estes que se construirá em trabalhos em comum acordo a cada módulo do curso ou específico de cada disciplina, envolvendo grupos de disciplinas e também, nos laboratórios de informática e laboratórios inerentes ao curso. Porém, os conteúdos devem se interagir harmonicamente, envolvendo alunos e professores, construindo assim, um elo que nutre o conhecimento, expandindo os horizontes e a visão da área que se está trabalhando.

2.13.1 Metodologia de ensino

As metodologias e técnicas didático-pedagógicas são fundamentais, pois além de favorecer o processo ensino-aprendizagem materializam o alcance dos objetivos e perfil do egresso pretendidos no presente Projeto Pedagógico de Curso. As aulas serão planejadas considerando diferentes metodologias como: ensino individualizado, ensino socializado (atividades em grupos, duplas, tríades), aulas dialogadas; exposição oral pelo professor e atividades diferenciadas para enriquecimento da aprendizagem.

As metodologias deverão atender aos objetivos propostos, às especificidades dos conteúdos a serem estudados e às formas de avaliação. Serão desenvolvidas a partir das seguintes atividades:

- Aulas expositivas com o uso do quadro giz e data show;
- Aulas participativas, interativas e reflexivas, com resgate dos conhecimentos prévios dos alunos;
- Contextualização com problemas e situações do cotidiano e da atualidade;
- Estudo analítico de textos;
- Estudos dirigidos, pesquisas, produções de textos;
- Organização de análises, sínteses, esquemas a partir dos textos para estudo;
- Debates e discussões;
- Apresentações orais (individuais e coletivas) com o uso do datashow;
- Dinâmicas de grupo;
- Interpretação de textos complementares e informativos; Atividades individuais e coletivas.
- Metodologias ativas tais como: Tempestade Cerebral (Brainstorming); G.V/G.O. - Grupo Verbalizador e Grupo Observador; Seminário de Grupos Diversificados; Estudo de Caso; Estudo de Texto;

Seminários; Painel Progressivo; Painel com Interrogatório; Simpósio; Encadeamento de Ideias; Mesa Redonda; Arguição e Diálogo; Fórum;

Ensino por Projetos e Estudo do meio; Aprendizado Baseado em Problemas (Problem-Based Learning – PBL), caracterizada pelo uso de problemas da vida real cuja solução exija pesquisa em áreas de saber diversas, para estimular o desenvolvimento crítico e das habilidades de solução de problemas e aquisição de conceitos fundamentais para área de Ciências Agrárias.

Essas possibilidades têm como foco a interação entre os sujeitos do processo de aprendizagem, levando em consideração os contextos em que esses sujeitos estão inseridos, através de suas ações, palavras e reflexões. O objetivo é priorizar a construção do conhecimento e não apenas a sua transmissão.

As aulas expositivas dialogadas têm como principal finalidade a apresentação e discussão dos conteúdos programáticos, estimulando a participação e envolvimento

do acadêmico de forma ativa na aquisição e construção do conhecimento. Essa estratégia permite a “troca”, a interação constante entre professores e acadêmicos.

As aulas práticas são desenvolvidas visando à experimentação e vivência prática nas modalidades e conteúdos específicos da Administração, proporcionando o repensar, que, junto às vivências profissionais, reorganizam as teorias e proporcionam a construção e consolidação de novos conhecimentos, habilidades e atitudes.

A leitura, produção e interpretação de textos, associada aos seminários de debate, e estudos de caso, permitem ao acadêmico a interação e o enfrentamento a posições, concepções e escolhas diferenciadas às suas, exigindo capacidade de análise, comunicação e fundamentação dos argumentos defendidos, determinantes da boa prática.

Os estudos dirigidos, as atividades desenvolvidas através de metodologias ativas, impulsionam o acadêmico na direção do aprendizado e na aquisição e construção de conhecimentos. Essas estratégias sinalizam aos acadêmicos a necessidade de adoção de uma postura de busca e desenvolvimento contínuo em direção ao conhecimento e, conseqüentemente, ao processo de educação continuada.

Além das atividades elencadas acima outras estratégias são as desenvolvidas em atividades específicas como as realizadas no Empresas Junior em Agronomia e Associação Atlética.

Nessa concepção o Curso de Agronomia da FIP está concebida como instrumento de ação política, sintonizado com o paradigma educacional e social emergente, com base nas novas tecnologias e metodologias, de modo a assegurar o desenvolvimento pessoal do aluno e sua formação para o exercício profissional. A atuação do professor tem uma perspectiva de direcionamento dos alunos, para motivá-los a novas descobertas, sendo um interlocutor capaz de estimular cada estudante a desenvolver as competências necessárias para o exercício profissional, respeitando seus diferentes ritmos de aprendizagem e habilidades. Isso implica na adoção de estratégias de expansão que fortaleçam algumas linhas de ação já existentes, de forma a desencadear outras novas que priorizem, mediante um esforço articulado, a intensificação e compatibilização da qualidade, do crescimento e da inovação.

Um dos princípios a ser destacado é a busca de um sistema de ensino/aprendizado onde o discente seja o protagonista de sua própria realidade, não mais um mero receptor de um conhecimento transferido, mas como um buscador ativo das habilidades, competências e valores inerentes a prática profissional.

Neste sentido será conduzida uma progressiva redução das aulas meramente expositivas, direcionando-as a aplicação de metodologias ativas de aprendizado (problematização, estudo de casos, entre outras), baseadas inicialmente na simulação de problemas próprios da profissão de engenheiro agrônomo, promovendo uma clara visão do propósito do conhecimento a ser desenvolvido, conduzindo o aluno em sua aquisição.

Tomando os princípios da Metodologia da Problematização (MP) e norteados pela demanda do profissional de saúde, que deve aprender partindo da realidade do serviço, ao discente, desde o primeiro eixo, será oportunizado o contato com o ambiente de atuação do profissional de agronomia, através do Programa de Integração Acadêmico Profissional, que apresenta o contexto onde os conteúdos ofertados interagem para gerar uma solução.

O docente, dentro desta nova proposta, assume o papel de sensibilizador da necessidade do aprendizado, facilitador da aquisição do conhecimento, orientador de sua aplicação em ambiente simulado e acompanhador de sua execução em ambiente profissional.

Com o objetivo de encadear todos os eventos e atividades necessárias a construção desta nova concepção dentro do Curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, serão realizadas, antes do início de cada período letivo, reuniões de planejamento, direcionadas por temas de abordagem (Ensino, eixos, estágio, etc.) ou setores de serviço (Laboratórios, ambientes de estágio, etc.).

O processo de planejamento partirá sempre da avaliação dos métodos aplicados e resultados obtidos nos semestres anteriores. Esta avaliação será fundamentada nos parâmetros de qualidade estabelecidos pela instituição, mas também na percepção individual de cada componente da equipe (docentes, técnicos, gestores, etc.) envolvida.

Deverá contar com todos os docentes do Curso de Agronomia, técnicos e representantes discentes.

Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL)

A PBL é “uma metodologia de ensino-aprendizagem colaborativa, construtivista e contextualizada, na qual situações-problema são utilizadas para iniciar, direcionar e motivar a aprendizagem de conceitos, teorias e o desenvolvimento de habilidades e atitudes no contexto de sala de aula, isto é, sem a necessidade de conceber disciplinas especificamente para esse fim” (RIBEIRO, 2010, p. 10).

Foi originalmente concebida para o ensino de medicina na Universidade McMaster (MCMASTER, 2013). Entretanto, por diversos anos, vem sendo utilizada por algumas instituições em seus diversos cursos nas mais diferentes áreas, como é o caso da Victoria University em Melbourne Austrália (VICTORY UNIVERSITY, 2013), a University of Manchester no Reino Unido (UNIVERSITY OF MANCHESTER, 2013) e a Maastricht University na Holanda (MAASTRICHT UNIVERSITY, 2013).

É importante ressaltar que a metodologia será um sucesso sempre que o(s) problema(s) for(em) bem articulado(s) com a teoria e a prática profissional (mais próximo possível), o que inibirá que obstáculos da “experiência primeira” não aconteçam na busca da solução do(s) problema(s), como relatado por Soares (2011).

Dessa forma, os alunos ampliarão o entendimento do problema em um primeiro momento sem se preocupar com a solução do mesmo, seguido de estudo(s) individualizado(s) e em grupo, e finalmente, na busca da solução do(s) problema(s) a ser encontrada pelo grupo. É importante ressaltar que nem sempre a solução é “fechada”, o que contribui mais uma vez para que “surpresas” ou novas descobertas possam acontecer durante o processo de ensinagem nessa metodologia.

Metodologia da Problematização (MP)

A MP envolve em geral apenas uma disciplina e a realidade é o ponto de partida e de chegada. Dessa forma, a aprendizagem dar-se-á por meio da solução de problemas e situações reais que o futuro profissional poderá enfrentar. Na MP, o conhecimento científico é buscado certamente nas literaturas e nas consultas com especialistas, mas também na realidade onde o problema está ocorrendo, ou seja, é natural o uso de técnicas não convencionais construindo o conhecimento que envolve o campo social, político e ético (BERBEL & GAMBOA, 2012).

Tal conhecimento é adquirido na etapa da “teorização” na busca de pontos chave e culmina em uma hipótese, e esta é aplicada à realidade. Se solucionado o problema, encerrasse a atividade, caso contrário, recomeça o ciclo. Por se tratar da realidade, intervenções podem afetar os resultados. Portanto, o ensinante terá que selecionar a realidade com potencial para que tal conhecimento seja ministrado. Mais uma vez, pode-se afirmar que a “interferência”, em maior ou menor grau do professor-facilitador, ditará o sucesso da implantação dessa metodologia, uma vez que o obstáculo da “experiência primeira” não é desejável na solução do(s) problema(s) por meio da MP (SOARES, 2011).

Orientação por Meio de Projetos (OMP)

A OMP consiste na produção de projetos propostos pelo docente, que para a sua confecção utiliza todo o conteúdo da disciplina ministrada. Dessa forma, o aprendente tem o ensinante apenas como um professor-orientador. Os resultados dos projetos propostos devem ser próximos aos esperados pelo docente, tornando possível assim sua avaliação. Essa metodologia é mais “perigosa” no sentido que o obstáculo da “experiência primeira” e do “conhecimento generalizado, fechado” pode ficar evidenciado (SOARES, 2011). Em especial, isso acontece sempre quando o docente “orienta” seus alunos na busca de uma solução do(s) projeto(s) muitas vezes estruturada por técnicas e padrões pré-estabelecidos, muito comuns nos Cursos de Agronomia e que, muitas vezes, é até compreensível no mundo do trabalho.

Nesse contexto, fica mais fácil afirmar que essa metodologia é muito útil quando aplicada corretamente nas disciplinas específicas e optativas, geralmente disponíveis ao aluno no final dos cursos de graduação com aplicação no mundo do trabalho.

2.13.2 Adequação da metodologia de ensino à concepção

No curso de Agronomia a flexibilidade estará presente, nas atividades complementares, no trabalho de conclusão de curso e demais atividades acadêmicas, entre elas a iniciação científica e a extensão. Já a interdisciplinaridade está presente na inter-relação entre as disciplinas, quanto das atividades complementares, e principalmente por meio de projetos que possam vir a ser implementados pelo

Colegiado competente da Faculdade, projetos estes que se construirá em trabalhos em comum acordo a cada módulo do curso ou específico de cada disciplina, envolvendo grupos de disciplinas e também, nos laboratórios de informática e laboratórios específicos. Porém, os conteúdos devem se interagir harmonicamente, envolvendo alunos e professores, construindo assim, um elo que nutre o conhecimento, expandindo os horizontes e a visão da área que se está trabalhando.

O curso de Agronomia compreende que o conhecimento resulta de uma construção contínua e se produz a partir do desenvolvimento de conteúdos integrados de forma progressiva e cumulativa.

O curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, incentiva aos professores que adotem também práticas pedagógicas participativas. Desta maneira, os professores utilizam metodologias por meio de métodos e técnicas de ensino para desenvolvimento de competências relativas ao ato de se relacionar, de liderar e de valorizar a busca do conhecimento permanente.

Assim, a metodologia utilizada no curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP faz com que os professores:

- atuem como facilitadores e orientadores do processo de ensino-aprendizagem;
- estejam conscientes de que a educação é uma prática social transformadora (uma entre várias possíveis);
- promovam a socialização do saber por meio da apropriação do conhecimento produzido historicamente e socialmente;
- sejam entusiastas para despertar a atenção dos alunos em relação ao que estão ensinando;
- desenvolvam e apliquem estratégias de ensino, por meio de métodos e técnicas que facilitem o processo de ensino-aprendizagem.

Serão utilizadas linguagens de maneira clara e explícita, evitando e controlando possíveis mal-entendidos e incompreensões, proporcionando uma rede comunicativa, negociando e compartilhando conhecimentos.

Os acadêmicos deverão ter conhecimento dos instrumentos que os professores utilizam para avaliá-los, sabendo o que o professor quer deles, que meios de ajuda serão proporcionados e que critérios avaliativos serão aplicados, por meio do plano de ensino previamente referido.

2.13.3 Estratégia de flexibilidade curricular

Com vistas a implementação das aulas semipresenciais, com utilização de recursos *on line*, plano de estudos para complementação curricular, aproveitamento de estudos, atividades complementares e participação em atividades acadêmicas de outros cursos dentro e fora da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Atividades de extensão, parcerias, pesquisas acadêmicas entre as principais situações teórico-práticas que são executadas pela Faculdade Impacto de Porangatu - FIP .

Além disso, o aluno reprovado em até duas disciplinas, poderá cursá-la mais adiante, em regime de dependência, sem a necessidade de interromper o curso normal do período vindouro. A Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, com previsão em seu regimento interno, prevê a possibilidade de o aluno reprovado, cursar esta disciplina posteriormente.

2.13.4 Interdisciplinaridade

Um projeto pedagógico engajado na democratização social e cultural tem a função e a responsabilidade de garantir ao aluno o acesso aos saberes necessários para o desenvolvimento e o aprimoramento do uso das línguas, bem como promover a reflexão interdisciplinar, transversal e transdisciplinar dos conteúdos adquiridos ao longo de sua formação acadêmica.

O processo da interdisciplinaridade é linear e fundamenta-se na integração de conhecimentos, resultante da articulação entre as disciplinas, evitando a abordagem isolada de tópicos compartimentalizados. O processo da transversalidade é descontínuo e aponta para a incorporação no currículo dos diversos saberes – conteúdos de ciências afins – Humanidades, ciências sociais e cidadania, antropologia, filosofia, história, psicologia e conhecimentos relacionados ao saber cultural do aluno. Na articulação de tais processos, efetua-se a dimensão do aprender a conhecer “dimensão da transdisciplinaridade”, ponto da aquisição de um dado conhecimento, é o conhecer, busca contínua do desenvolvimento pelos processos mentais da argumentação, comparação, interpretação, observação; estimulando ao pensar criativo e reflexivo sobre a realidade, possibilitando o criar, o definir, o construir conhecimento: em síntese, colaborando na construção das identidades e favorecendo a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

O curso de Agronomia prevê, então, no Projeto Pedagógico, uma proposta para um modelo de educação cuja trajetória direciona-se no sentido da interdisciplinaridade entre os conteúdos “princípio da indissociabilidade para que a formação acadêmica, teórico-prática, não fragmente os saberes das diversas áreas necessárias à formação profissional, viabilizando as relações de interdependência entre os conteúdos. Este eixo promove a integração entre a teoria e prática, envolvendo todo o fluxo das disciplinas, sistematizando o duplo enfoque da pesquisa como construção do saber, e o da prática docente, a partir da própria estrutura interna de todas as disciplinas do curso. O segundo eixo fundamenta-se no princípio da transversalidade, considerando-se que o conhecimento não acontece de forma retilínea e ordenada, mas a partir do conjunto de experiências/vivências que envolvem a dinâmica do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se da mobilidade entre os saberes, um fluxo que pode seguir qualquer direção, permitindo qualquer trânsito de ideias. Neste novo contexto, a noção da escola é ampliada -- não é mais entendida como o único lugar da aprendizagem”, dando acesso a qualquer espaço social, inclusive o espaço do trabalho, o que possibilita que temas transversais de interesse particular e do grupo, da vida e da sociedade adentrem nos saberes desenvolvidos e próprios de cada área comum e específica por meio da realização de estudos integrados, de projetos e de atividades científico acadêmicas, de extensão e culturais; buscando através de uma formação continuada o estabelecimento das conexões entre as áreas do saber. O terceiro eixo é o da transdisciplinaridade, que esboça um movimento progressivo de superação. Superação é o termo chave para se compreender o processo da educação. É um movimento de síntese, no qual tudo que foi apreendido é articulado, condição intrínseca do conhecimento.

Sabe-se que disciplina é uma organização do conhecimento existente pela especificidade do seu objeto de estudo. É a organização e gestão do processo de ensino por meio de disciplinas com conhecimentos específicos, elaborados a partir de fragmentos da realidade, que pode ser compreendido como um “conjunto específico de conhecimentos com suas próprias características sobre o plano de ensino, da formação dos mecanismos, dos métodos, das matérias” (FAZENDA, 1979, p. 27).

Quando se propõe a estudar problemas reais, meta temas, em vez dos conteúdos, geralmente, demarcados para uma disciplina, acaba-se tendo que adotar uma abordagem que religue conhecimentos fragmentados. A interdisciplinaridade

demanda interação entre duas ou mais disciplinas na busca da superação da fragmentação do conhecimento.

A interação interdisciplinar pode se construir a partir da comunicação de ideias de uma disciplina a outra, ou da integração mútua dos conceitos da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização referentes à pesquisa e ao ensino. Os grupos interdisciplinares, frequentemente, são compostos por profissionais que receberam formação em diferentes domínios do conhecimento (disciplinas) com seus métodos, conceitos, dados e termos próprios.

Gusdorf (1977) propõe e defende a interdisciplinaridade como busca de totalidade do conhecimento para tanto propõe a articulação entre os domínios das ciências humanas e das ciências naturais, argumentando que a fragmentação do conhecimento reduz o campo das ideias e que a excessiva especialização limita a visão de totalidade, uma vez que o conhecimento deixa de ter relação com o mundo real e, assim, dissocia a existência humana. Ainda, para Gusdorf (1977), a interdisciplinaridade demanda comunicação, diálogo, colaboração, abertura, que pressupõe dos sujeitos inteligibilidade relacional humana.

Nessa perspectiva, a atividade docente propõe uma postura interdisciplinar e investigativa, de maneira a ensejar o debate, a extensão e a produção científica articulada sobre objetos determinados. Uma postura que se firma na parceria, de forma a criar a possibilidade de consolidação da intersubjetividade e um modo de pensar que venha a se complementar no outro, revestida de intencionalidade, de que a meta seja totalidade do conhecimento, respeitadas especificidades das disciplinas. Para tanto, se faz necessário que os docentes dialoguem de forma mais efetiva em elaborar atividades interdisciplinares e assim, se permitam viver experiências interdisciplinares.

2.13.5 Transversalidade

De acordo com a Lei Federal 9.795 de 27 de abril de 1999. Direitos Humanos – Resolução n.º 01 do CNE de 30 de maio de 2012 e Parecer CNE-CP n.º 8 de 2012. Lei 11.645, Parecer CNE-CP 03 de 2004 e Resolução CNE-CP 01 de 2004 – Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro Brasileira e Educação Brasileira.

Será trabalhado com as possibilidades de reconstrução de uma nova concepção de sociedade e natureza, valorizando e enfatizando tanto o meio ambiente quanto os direitos humanos e conduzindo o discente a ter uma visão ampla, sem discriminações, viabilizando a educação ético-raciais e a cultura Afro Brasileira, para que possamos entender de maneira clara que todos somos “iguais” (dentro da mesma situação) independente da cor da pele, crença, religião ou cultura. Desta forma mostrando que o Brasil é um país misto, onde todos temos os mesmos direitos e conscientizando a população não só acadêmica sobre a proteção ao meio ambiente, uma vez que já estamos sofrendo consequências drásticas por falta de nos atentar mais para esta questão.

Isto será feito de forma complementar através de palestras, pesquisas e extensão para atingir a comunidade, de forma que com isso o discente e o docente poderá exercer seu papel, questionando e apontando caminhos que possam promover a consciência para estes assuntos.

Estaremos aguçando assim o senso crítico dos educadores, educando, e sociedade de tal modo que tanto a escola como os sujeitos sociais tornem-se promotores de valores socioambientais e culturais, e as comunidades organizadas sejam as promotoras das transformações necessárias para a convivência de um mundo melhor.

O enfoque será dado sem perder de vista os elementos que compõem as estruturas políticas econômicas e educacionais, pois o meio ambiente é parte fundamental para ser aprofundada na educação seja pública ou privada de maneira que a sociedade possa se basear na sustentabilidade, de forma que se estimule permanentemente as responsabilidades éticas dos indivíduos visando diferentes segmentos da sociedade, sobre os problemas ambientais, sociais econômicos e extra econômicos considerando a igualdade, justiça social e a ética dos seres vivos.

A sustentabilidade não está voltada somente para uma sustentabilidade ecológica, apresenta também a dimensão ambiental, social, política, econômica, demográfica, cultural, institucional e espacial. Sendo assim não podemos dissociar os fatores sociais dos ambientais, pois eles devem sofrer as transformações juntos.

Trataremos estes assuntos dentro da faculdade também como componentes curriculares de disciplinas ministradas para que possam ser melhor trabalhadas e entendidas por parte da comunidade acadêmica.

Diante disto abordaremos também nas semanas de curso temas voltados para estes assuntos para visar uma melhor conscientização tanto dos discentes como da comunidade não só acadêmica, mas também da sociedade em geral. Pois, a educação é parte integrante e fundamental da sociedade, visto que embora ela não seja a única responsável pelas transformações sociais, mas sem dúvida ela traz consigo as mudanças de maneira mais rápida e consciente. Em concordância com as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), a transversalidade se caracteriza como a “possibilidade de se estabelecer, na prática educativa uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender a realidade da realidade)” (BRASIL, 1998, p. 30).

Neste sentido, ela se torna uma importante dimensão que deve permear o currículo em todas as disciplinas e em todos os períodos de cada curso, pois essa tem como função primordial promover, de maneira dinâmica, o debate de questões não contempladas nas ementas das disciplinas obrigatórias dos núcleos comum e de modalidade.

Para tanto, cada curso poderá trabalhar a transversalidade, de forma interdisciplinar, entre as disciplinas, em atividades de estágio e/ou em outros componentes das matrizes curriculares, por intermédio de recursos audiovisuais, palestras, viagens técnicas e/ou culturais, aulas campo, dentre outros. Neste entendimento, seria interessante que tais procedimentos metodológicos fossem desenvolvidos desde o 1º período, o que justificaria a relevância da transversalidade nos cursos de graduação.

2.13.6 Extensão

A extensão se fará presente no curso de Agronomia da FIP por meio das ações propostas pelos docentes e discentes da UEG (projetos, eventos, cursos, programas e prestação de serviços). Com essas ações, os alunos colocarão em prática, junto à sociedade, a teoria ministrada em sala de aula e o resultado das pesquisas que realizarem, atestando assim o conhecimento no momento em que o mesmo é confrontado junto à realidade social em que estão inseridos e, mais que isso, retornando para a Universidade, numa via de mão dupla, como fonte de novos saberes.

As ações de extensão estão previstas nos diversos regulamentos da Universidade que tratam da extensão, das atividades práticas, dos estágios (obrigatório, não obrigatório e supervisionado), do percentual de atividades complementares a serem desenvolvidas em ações de extensão, das aulas de campo, na contrapartida às bolsas institucionais e às de fomento de órgãos externos (CNPq, CAPES, Fapeg, Proext) etc.

As atividades extensionistas, ao serem o principal contato da Universidade com a sociedade, levando até ela o resultado de seus estudos e pesquisas, impõe aos seus propositores - docentes e discentes – perfil empreendedor, responsável e arrojado, vez que precisa articular a realidade acadêmica à realidade social, fazendo o melhor encaixe possível.

Acerca do curso de Agronomia da FIP as ações de extensão serão construídas em um consenso coletivo que envolverá as disciplinas (ensino) e, também, abrirá oportunidades de investigação para pesquisadores (iniciação científica). Apesar da discussão sobre indissociabilidade de fato, busca-se assim a produção do conhecimento alinhada com os objetivos sociais concernentes à extensão por meio de um portfólio diversificado de atividades acadêmicas que permitirá a interação entre o curso e a sociedade

2.14 Atividades Acadêmicas Articuladas à Formação

2.14.1 Estágio curricular supervisionado

O propósito da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP por meio do Estágio Supervisionado do curso de Agronomia será o de construir um meio eficaz para a consecução de atividades práticas que possibilite, simultaneamente: avaliar o aluno em relação aos conhecimentos adquiridos em sala de aula; ajudar os acadêmicos na aplicação e fixação dos conteúdos teóricos; capacitar os acadêmicos para o futuro exercício da profissão; materializar a investigação acadêmica e as práticas de extensão por meio de atendimento continuado à população, fazendo com que a instituição cumpra com sua função social; respeitar os critérios legais de excelência acadêmica.

Contudo, as modalidades de estágio, como ato educativo, de acordo com o projeto pedagógico, atendido as diretrizes curriculares nacionais e o planejamento

curricular do curso, serão: estágio obrigatório, em função das exigências decorrentes da própria natureza da habilitação ou qualificação profissional, planejado, executado e avaliado à luz do perfil profissional de conclusão do curso; e estágio não-obrigatório, desenvolvido como atividade opcional, que deve manter coerência com o perfil profissional de conclusão do curso. As atividades de estágio, independentemente de sua natureza, serão desenvolvidas, preferencialmente, ao abrigo de termos de compromisso celebrados, resguardados os direitos dos alunos quanto à segurança e à integridade e impedido o desvio de objetivos e finalidades.

2.14.2 Prática de ensino desenvolvida no Estágio Supervisionado

A disciplina de Estágio Supervisionado, prevista na matriz curricular do curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, perfaz uma carga horária total de 400 (quatrocentas) horas/aula onde estas horas serão disponibilizadas aos alunos para a pesquisa, preparação e elaboração de toda a documentação necessária ao desenvolvimento da prática em laboratório.

Esta disciplina busca oferecer e dar todo suporte necessário para o desenvolvimento prático, pois nela serão trabalhadas as atividades com eventos abrangentes e presentes no mercado, tendo em vista a dificuldade de se ter uma entidade para cada opção, com eventos tão indispensáveis.

2.14.3 Atribuições do Professor

Será de competência do professor de Estágio Supervisionado as seguintes atribuições:

- realizar reuniões, a cada bimestre, com todos os professores das disciplinas de Agronomia;
- realizar reuniões mensais com os Monitores do Laboratório Específicos de Agronomia;
- estabelecer exercícios práticos a serem aplicados pelos monitores e aferir os resultados;
- ministrar e orientar os alunos nas aulas da Prática do Estágio;
- fazer as avaliações bimestrais;
- orientar os monitores para as aulas práticas.

2.14.4 Frequência, avaliação e aproveitamento escolar

O aproveitamento escolar na disciplina de Estágio Supervisionado será avaliado segundo critérios definidos pelos professores. É obrigatória a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento). A avaliação das atividades desenvolvidas pelo aluno será contínua e dinâmica, seguindo critérios adotados pelo professor.

São condições para aprovação final na disciplina de Estágio Supervisionado:

- o cumprimento de todas as atividades propostas pelo professor orientador;
- a apresentação do Portfólio (documentos comprobatórios – para o Estágio, devidamente encadernado em capa dura dos trabalhos pelos quais o aluno cumpriu suas atividades práticas, incluindo toda a documentação que compôs o Estágio Supervisionado);
- obtenção da nota mínima no Trabalho de Conclusão de Curso.

2.14.5 Avaliação

O aluno que for reprovado ou considerado INAPTO na ocorrência de uma das condições deverá cursar a disciplina novamente:

- a) não apresentar todos os documentos que integram o respectivo Estágio Supervisionado na data estipulada pelo Professor;
- b) não comprovar a frequência mínima de 75% (setenta e cinco) das horas aulas presenciais exigidas pela disciplina.

A reprovação na disciplina de Estágio Supervisionado não possibilitará ao aluno a revisão de provas/estágio (atividades desenvolvidas durante o semestre letivo), dada às especificidades dessa disciplina.

O aluno considerado INAPTO tem o direito de ser examinado por uma banca julgadora, formada pelo Professor da disciplina de Estágio Supervisionado, Coordenador do Curso de Agronomia e um Professor da unidade (específico das disciplinas de Agronomia) escolhido pelo aluno.

2.14.6 Obrigações do aluno:

O aluno matriculado na disciplina de Estágio Supervisionado deverá estar ciente das normas e observá-las conforme a orientação do professor tendo como incumbência o seguinte:

- a)** realizar as atividades previstas no regulamento de Estágio Supervisionado;
- b)** elaborar os relatórios solicitados;
- c)** manter em dia o material comprobatório das atividades desenvolvidas, segundo cronograma apresentado pelo professor supervisor;
- d)** comparecer na IES para a prática em dias e horas marcados;
- e)** observar a ética profissional, principalmente no que concerne à divulgação de dados observados ou informações fornecidas pelos estabelecimentos empresariais;
- f)** discutir com o professor e monitores as dificuldades surgidas no decorrer do desenvolvimento do trabalho;
- g)** cumprir rigorosamente todas as atividades propostas pelo professor e o monitor.

2.15 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Supervisionado é considerado ato educativo de formação profissional desenvolvido no ambiente de trabalho e deve ser articulado às outras atividades realizadas na FIP. Está submetido às determinações legais contidas na Lei Federal nº 11.788/2018, às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos (DCN).

Sua concepção alinha-se nas dimensões teórica e prática, numa perspectiva reflexiva, crítica e investigativa da formação. A dimensão reflexiva constitui-se da reflexão sobre a ação e contempla as experiências vinculadas ao ambiente de trabalho, aos conceitos e às teorias, base dessa formação. A dimensão crítica compreende o processo do ensino, da aprendizagem e dos conteúdos e promove a reflexão sobre os princípios éticos e políticos subjacentes ao ensino, bem como prepara o estagiário para o mundo do trabalho. A dimensão investigativa vincula-se à perspectiva de que a investigação e a pesquisa devem ser o princípio educativo que norteia o processo de formação do estagiário. Dessa forma, a prática do estágio ancorada nestas três dimensões deverá resultar em produções acadêmicas orientadas pelos princípios da iniciação científica como ato educativo.

O Estágio Supervisionado se divide em Obrigatório e Não Obrigatório, sendo o Obrigatório para o curso de Agronomia da FIP equivale a uma carga horária de 300 horas para a integralização curricular no 9º período do curso, quando o acadêmico concluir todas as disciplinas da Matriz Curricular prevista neste projeto. O Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é componente curricular e articula-se com os demais componentes curriculares do curso a fim de contribuir para a síntese do processo de formação.

São objetivos do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, entre outros, permitir o desenvolvimento de habilidades técnico-científicas e/ou teórico-metodológicas visando a melhor qualificação do futuro profissional; articular teoria e prática no processo de formação humana e profissional; possibilitar atividades de investigação, pesquisa, análise e intervenção na realidade profissional específica da área de formação; promover a aproximação e diálogo da Faculdade com os campos de estágio e a sociedade, enfim, promover uma formação complexa, diversificada, crítica e propositiva em relação ao mundo do trabalho.

O Estágio Supervisionado não Obrigatório constitui-se de atividade acadêmica não-curricular, opcional, complementar e de natureza formativa e de integralização não obrigatória, cuja atividade será acrescida à carga horária regular obrigatória e constará no histórico escolar do egresso, podendo ser aproveitada como Atividade Complementar, como consta neste PPC.

A carga horária do Estágio Supervisionado não Obrigatório poderá ser convertida em carga horária do Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório. Ao estagiário do Estágio Supervisionado Não Obrigatório não se aplica a exigência de matrícula. E a concessão de bolsa, auxílio ou outra forma de contraprestação, na hipótese da realização do Estágio Não Obrigatório, é compulsória ao campo de estágio ou ao Agente de Integração.

A remuneração, ou recebimento de bolsas, pelo estagiário, no Estágio Supervisionado, não acarretará vínculo empregatício e obedecerá à legislação vigente.

São consideradas partes integrantes do estágio: a FIP, os campos de estágio e o estagiário. A FIP é a instituição de ensino superior responsável pela formação profissional e humana dos estagiários. Os campos de estágio que são as partes concedentes do estágio e constituem-se em espaços institucionais públicos, privados e organizações não-governamentais que contemplem os requisitos indispensáveis

para uma complementação educacional e devem estar diretamente relacionados com a atividade profissional pertinente ao curso. E o estagiário é o discente matriculado no curso de graduação da FIP e no componente Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, segundo as características definidas no PPC, e vinculado ao campo de estágio por meio do Termo de Compromisso de Estágio, celebrado entre as três partes integrantes.

O Termo de Compromisso além de garantir a efetivação dos direitos e deveres dos estagiários deve estabelecer a área de atuação e a quantidade de horas que o estagiário organizará semanalmente para a realização das atividades do estágio. A carga horária a ser cumprida pelo estagiário para o desenvolvimento das atividades de estágio não poderá ultrapassar seis horas diárias e a trinta horas semanais. Ao estagiário deverá ser garantido um período de recesso de trinta dias a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias escolares, sempre que o estágio tiver duração igual ou superior a um ano conforme legislação vigente. E o estagiário deve estar amparado por contratação de seguros pela FIP ou pelo campo de estágio de acordo com a modalidade, obrigatório ou não-obrigatório.

A FIP deverá celebrar convênios ou outros documentos equivalentes, como o Termo de Compromisso de Estágio, com o objetivo de garantir a institucionalização das ações voltadas para a formação profissional dos estagiários, conforme a legislação.

A Supervisão do Estágio caracteriza-se pelo ato educativo com acompanhamento efetivo do professor orientador da FIP e pelo profissional supervisor do campo de estágio e engloba orientação, acompanhamento e avaliação das atividades previamente planejadas e realizadas pelo estagiário.

A orientação de Estágio Supervisionado caracteriza-se por momentos de orientação e de discussão individual e coletiva que valorizem as diferentes experiências vivenciadas pelo estagiário e promovam sua partilha. Esta atividade ancora-se na investigação teórico-prática e na reflexão do papel do estágio na formação humana e profissional e pressupõe a institucionalidade do processo que resulta em produções que sistematizem o conhecimento adquirido na experiência de formação humana e profissional no campo de estágio.

A orientação de Estágio Supervisionado caracteriza-se por ações presenciais, ou seja, aquelas atividades realizadas pelo professor orientador na presença física do

estagiário e por ações não presenciais, que são aquelas atividades realizadas pelo professor orientador sem a presença física do estagiário previstas no PPC.

No contexto do Estágio Supervisionado da FIP a avaliação é compreendida como mediadora, formativa e somativa devendo ser contínua e contextual; investigativa e diagnóstica; dinâmica, coletiva e compartilhada; sistemática e objetiva.

O presente Regulamento tem por finalidade normatizar as atividades relacionadas com Estágio Supervisionado do Curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP e estabelecer meios operacionais para seu acompanhamento e controle.

O estágio, requisito legal para a obtenção do grau de Bacharel em Agronomia, constitui, dentro das atividades curriculares, uma atividade obrigatória para o exercício da prática profissional supervisionada.

Entende-se por Estágio o período de desenvolvimento de habilidades profissionais supervisionadas no qual o aluno agrega capacidade para o exercício da profissão.

No Estágio, as atividades de aprendizagem profissional são desenvolvidas com a participação do estudante em situações reais, realizadas na própria instituição de ensino e/ou na comunidade em geral, com pessoas jurídicas de direito público ou privado, sob a coordenação da Instituição de Ensino Superior – IES.

Este Regulamento que rege as atividades do Estágio Supervisionado em **Agronomia** da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, e está de acordo com a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, bem como as Diretrizes Curriculares fixadas pela Resolução nº 1 de 2 de fevereiro de 2006 do CNE/CES do Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia, tem por finalidade oferecer ao aluno uma oportunidade de desenvolver experiências práticas e científicas no campo da Agronomia, a fim de melhor prepará-lo para o exercício da profissão, aprimorando a sua capacidade criativa e a sua análise crítica.

O Estágio Curricular Supervisionado faz parte da formação acadêmica, tomando por base a noção entre o pensar e o agir, capaz de conduzir ao entendimento desta atividade como momento privilegiado do processo ensino-aprendizagem e como um importante instrumento de integração entre teoria, prática e formação profissional.

As atividades práticas de estágio são obrigatórias e devem proporcionar ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, na profissão da área do seu curso.

O Estágio Curricular Supervisionado está disciplinado em regulamento próprio conforme segue:

a) REGULAMENTO GERAL DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

CAPÍTULO I

Das Disposições Legais

Art.1º - O estágio deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem e ser planejado, executado, acompanhado e avaliado em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumento de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano.

Art.2º - O estágio curricular, como procedimento didático-pedagógico, é atividade de competência da instituição de ensino. Para caracterização e definição do estágio curricular é necessária, entre a instituição de ensino e as pessoas jurídicas de direito público e privado, a existência de instrumento jurídico, periodicamente reexaminado, onde estarão acordadas todas as condições para a realização das atividades. A instituição poderá recorrer aos serviços de agentes de integração, públicos e privados entre os sistemas de ensino e os setores de produção, serviços, comunidade e governo, mediante condições acordadas em instrumento jurídico adequado.

CAPÍTULO II

Da Definição e Finalidades do Estágio Supervisionado

Art.3º - O Estágio Supervisionado define-se como um processo de aprendizagem profissional que:

- I - Integra o conhecimento adquirido pelo aluno em sala de aula à prática profissional, e estimula o reconhecimento de habilidades e competências adquiridas em situações reais de vida e trabalho;
- II - Propicia ao aluno a aquisição de experiência profissional específica visando sua inserção eficaz no mercado de trabalho;
- III - É desenvolvido fora da sala de aula;

IV - Está em sintonia com o projeto pedagógico do curso, com os objetivos da instituição e com o perfil profissional desejado.

Art. 4º - O Estágio Supervisionado tem como finalidade instrumentalizar o aluno para a iniciação profissional, enfatizando o caráter técnico, social, cultural e atitudinal da profissão, preferencialmente através da sua inserção direta no mercado de trabalho.

CAPÍTULO III

Do Local de Realização do Estágio Supervisionado

Art. 5º - O Estágio Supervisionado será realizado junto à comunidade em geral ou junto a pessoas jurídicas públicas e/ou privadas, compatíveis com o futuro exercício profissional do aluno e mediante a existência de instrumento jurídico firmado entre a Faculdade e as instituições concedentes, sob responsabilidade e coordenação da primeira.

§ 1º - Serão priorizadas as instituições que:

- a) Oferecem seguro de acidentes pessoais em favor dos estagiários;
- b) Oferecem condições para a realização do estágio de modo que não comprometa o rendimento do aluno no curso.

§ 2º - Caso a Unidade Concedente não disponha de Seguro de Acidentes Pessoais em favor dos estagiários, fica a critério da Faculdade a decisão de contratá-lo, de acordo com a legislação em vigor.

§ 3º - A realização do Estágio Supervisionado em instituições em que os alunos apresentam vínculo empregatício ou das quais são sócios ou proprietários é possível, desde que seja firmado convênio entre estas e a Faculdade. Nestes casos, os alunos devem dedicar carga horária específica para as atividades de estágio, as quais serão orientadas e acompanhadas pela Faculdade.

CAPÍTULO IV

Da Obrigatoriedade do Estágio Supervisionado

Art. 6º - O estágio curricular é obrigatório, importante e necessário para a complementação do processo ensino-aprendizagem.

Parágrafo único. Não haverá, a qualquer título ou pretexto, dispensa de estágio curricular, pelo seu caráter de componente obrigatório para a integralização do curso e com o qual mantém absoluta e peculiar adequação.

CAPÍTULO V

Dos Objetivos do Estágio Supervisionado

Art. 7º - O Estágio Supervisionado tem por objetivos:

- I - Proporcionar ao aluno a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações de prática profissional efetiva, criando a possibilidade de exercitar suas habilidades;
- II - Proporcionar ao aluno a oportunidade de integrar-se ao campo profissional, ampliando sua formação teórica, prática e interdisciplinar;
- III - Proporcionar ao aluno a oportunidade de participar de atividades extra-classe nas quais possa aprimorar a sua capacitação profissional;
- IV - Favorecer o desenvolvimento de competências e habilidades, como cidadão e profissional consciente;
- V - Possibilitar a atuação profissional do aluno e a reflexão sobre a mesma, permitindo-lhe construir e repensar sua práxis numa experiência significativa;
- VI - Buscar a integração das instituições de ensino às organizações profissionais, sociais e culturais ligadas à área de formação do corpo discente;
- VII - Possibilitar a aproximação dos conhecimentos acadêmicos às práticas pedagógicas.

CAPÍTULO VI

Da Supervisão de Estágio

Art. 8º - A Supervisão de Estágio tem por atribuição estabelecer as diretrizes e orientações para desenvolvimento e avaliação do Estágio Curricular no Curso de Graduação, bem como deliberar sobre questões concernentes ao mesmo. A Supervisão é constituída por:

- I - Supervisor de Estágio, que é o próprio Coordenador do Curso, supervisor nato de toda atividade de estágio no âmbito de sua Coordenação;

II - Encarregado do Núcleo de Prática Profissional (quando constituído), que é responsável pela Coordenação de Estágio. Deve pertencer ao quadro de docentes da Faculdade e ser profissional experiente na área do curso;

III - Professor Orientador de Estágio, que deve pertencer ao quadro de docentes da Instituição.

CAPÍTULO VII

Duração do Estágio Supervisionado

Art. 9º - O semestre a se iniciar o Estágio Supervisionado é previsto no currículo do respectivo Curso de Graduação.

Art. 10 - Para iniciar o Estágio Supervisionado, o aluno deverá fazer um requerimento endereçado à Secretaria Geral, acompanhado de cópia dos seguintes documentos:

I - Ficha de inscrição;

II - Plano Inicial de Estágio, constando as atividades que pretende desenvolver na Instituição Concedente.

Art. 11 - O Estágio Supervisionado se inicia a partir do momento em que a Supervisão de Estágio der o parecer favorável ao aluno.

Art.12 - Cada estágio deverá realizar-se durante o período de, no mínimo, um semestre acadêmico, em conformidade com o currículo do respectivo Curso de Graduação.

Art. 13 - A duração do estágio supervisionado é definida na estrutura curricular de cada curso, atendendo a carga horária mínima exigida pelas diretrizes curriculares editadas pelo MEC.

Parágrafo único - É obrigatória a integralização da carga horária total do Estágio Supervisionado, como consta no currículo pleno do Curso, na qual são incluídas as horas destinadas ao planejamento, prática profissional orientada, avaliação de atividades e planos de estágio, fracionada em jornadas compatíveis com os horários de aula.

CAPÍTULO VIII

Da Avaliação do Estágio Supervisionado

Art.14 - A avaliação será feita através de relatórios de atividades e supervisão do Orientador de Estágio, atribuindo-se notas a estes instrumentos, de acordo com os critérios de avaliação de aprendizagem da Instituição.

§ 1º - Ao final do processo, cabe ao Orientador de Estágio, a menção de Suficiente ou Insuficiente.

§ 2º - Se considerado insuficiente, sujeitar-se-á o aluno à repetição do estágio ou de parte dele, a critério da Supervisão de Estágio.

CAPÍTULO IX

Das Atribuições, Responsabilidades e Competências do Coordenador de Estágio.

Art. 15 - Compete ao Coordenador de Estágio:

I - Interceder junto ao Colegiado de Curso quanto à definição dos campos de atuação e dos Orientadores de Estágio;

II - Elaborar o Plano de Estágio com a Coordenação do Curso;

III - Executar a política de estágio em consonância com a Coordenação do Curso e a Diretoria Acadêmica;

IV - Estabelecer contato e visitas às instituições conveniadas com vistas a selecionar aquelas que atendem às condições estabelecidas neste Regulamento;

V - Captar convênios, estabelecendo um sistema de parceria com instituições de ensino e entidades de direito privado, através de credenciamentos periódicos;

VI - Encaminhar termos para convênios com empresas concedentes;

VII - Manter arquivo atualizado de oportunidades de estágio;

VIII - Organizar planilha de reserva para estágio futuro de alunos;

IX - Atuar na vinculação do estagiário com o campo de estágio, encaminhando-o através de carta de apresentação, constando o semestre que está cursando, endereço e experiências anteriores relacionadas à área de estágio (curriculares e extracurriculares);

X - Fazer o acompanhamento do desenvolvimento do estágio, através da análise de relatórios apresentados pelos alunos e pelos professores orientadores de estágio;

XI - Promover reunião com alunos orientandos e professores orientadores quando se fizer necessário;

XII - Assinar com os Orientadores de Estágio o mapa de resultados dos alunos;

XIII - Promover atividades de integração da Instituição com os campos de estágio (workshops, palestras, etc.)

CAPÍTULO X

Das Atribuições do Orientador de Estágio

Art.16 - O professor responsável pela Orientação do Estágio deverá ter formação acadêmica na área específica do estágio, sendo que a ele compete:

I - Orientar, acompanhar e avaliar os alunos no exercício da prática profissional, interagindo com a Instituição Concedente para acompanhamento do estagiário;

II - Anotar no diário de classe e publicar os resultados da avaliação de desempenho dos alunos estagiários na ficha dos mesmos na Secretaria Geral;

III - Orientar os alunos nas questões relacionadas à metodologia, procedimentos, referências bibliográficas, forma e conteúdo do Plano de Estágio definitivo e dos relatórios de estágio;

IV - Ter horário fixo de atendimento ao aluno de, pelo menos, uma a duas horas por semana.

CAPÍTULO XI

Dos Deveres e Competências do Estagiário

Art. 17 - Compete aos alunos inscritos no Estágio Supervisionado:

I - Conhecer a legislação específica do Estágio Supervisionado;

II - Comparecer ao local do estágio nos dias e horários pré-estabelecidos;

III - Respeitar os prazos e as datas de entrega dos relatórios para o Orientador de Estágio;

IV - Participar dos encontros semanais com o Orientador de Estágio no dia e horário previamente definidos, para que o mesmo possa desenvolver as atividades de planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de estágio.

CAPÍTULO XII

Do Afastamento, Interrupção e/ou Desligamento

Art.18 - O aluno estagiário poderá solicitar afastamento ou interrupção do estágio nos seguintes casos:

- I - Comprometimento da saúde física e/ou mental devidamente comprovado por relatório médico;
- II - Licença maternidade, paternidade e casamento.

Art. 19 - O aluno estagiário poderá ser desligado do estágio, pela Comissão de Supervisão de Estágio e/ou pela Instituição Concedente, por:

- I - Indisciplina;
- II - Baixo desempenho, desinteresse, incompatibilidades.

CAPÍTULO XII

Da Conclusão do Estágio Supervisionado

Art. 20 - O aluno concluirá o Estágio Supervisionado após parecer de aprovação emitido pelo Orientador de Estágio, observando-se o aproveitamento mínimo na forma regimental.

Art. 21 - O aluno só poderá colar grau e receber o diploma se for aprovado no Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO XIII

Disposições Finais

Art. 22 - Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação Geral e/ou Colegiado de Curso, cabendo recuso ao Conselho Superior da Instituição de Ensino.

Art. 23 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Conselho Superior da Instituição de Ensino.

2.16 Atividades Complementares

As Atividades Complementares são concebidas como atividades de cunho acadêmico, científico, culturais e profissionais desenvolvidas pelo acadêmico durante o curso de graduação, que enriquecem a formação mediante o aproveitamento de conhecimentos adquiridos a partir da prática de estudos e atividades independentes.

No curso de Agronomia da FIP, essas atividades são transversais e interdisciplinares e devem ser desenvolvidas especialmente nas relações com o mundo do trabalho e/ou com as ações de extensão junto à comunidade.

A obrigatoriedade do componente curricular atividades complementares encontra-se definida nas DCN e/ou no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e em função das especificidades da legislação, em resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE).

A carga horária destinada às atividades complementares para o curso de Agronomia da FIP é de 200 horas conforme matriz curricular. O cumprimento da carga horária prevista para este componente é requisito indispensável à integralização curricular do acadêmico.

As Atividades Complementares propostas para o curso de Agronomia da FIP têm por finalidade possibilitar ao acadêmico o desenvolvimento da transdisciplinaridade na aplicação dos conhecimentos acadêmicos, científicos e culturais construídos ao longo da formação e promover o aprofundamento e a consolidação desses conhecimentos de forma ética, crítica e reflexiva, prioritariamente, fora do ambiente acadêmico. Tais atividades devem ocorrer por meio de práticas independentes, interdisciplinares, transversais, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão, iniciação científica e monitoria.

São objetivos das Atividades Complementares, entre outros, estimular a participação do acadêmico em experiências diversificadas; ampliar o conhecimento curricular, científico e cultural numa perspectiva multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar; proporcionar a participação do acadêmico em diversos cenários de aprendizagem, como os espaços profissionais, pedagógicos, sociais, culturais e favorecer as atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, de iniciação científica, cultural, tecnológica e de formação profissional.

As modalidades de atividades complementares que serão realizadas no decorrer do curso de Agronomia da FIP encontram-se organizadas em 3 (três) grandes grupos: Atividades de formação social, humana e cultural; Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo e Atividades e projetos de ensino, de formação profissional, pesquisa, iniciação científica e tecnológica.

Atividades Complementares não relacionadas à área de formação do acadêmico ou áreas afins são admitidas, desde que contribuam para a qualificação profissional, humana e/ou social e sejam aprovadas pela Coordenação do Curso.

Não serão computadas como Atividades Complementares aquelas que já tenham sido integralizadas como outro componente curricular do curso.

As atividades desenvolvidas no âmbito do Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório não poderão ser computadas como Atividades Complementares, assim como, as não poderão ser computadas como atividades de Estágio Supervisionado Curricular Obrigatório.

Essas atividades poderão ser desenvolvidas em instituições de ensino superior (IES), em organizações públicas ou privadas, desde que atendam a tabela de pontuação contida nesse projeto.

A coordenação do curso é a responsável pelo processo de validação das atividades complementares dos acadêmicos e por realizar a gestão das informações, com vistas ao controle do cumprimento da carga horária; bem como arquivar os documentos comprobatórios necessários para a comprovação da integralização curricular pelos acadêmicos, conforme política de arquivamento da instituição.

As modalidades de Atividades Complementares que, conforme suas especificidades, e as respectivas cargas horárias mínimas e máximas estão descritas na Tabela de Pontuação abaixo:

Tabela de Pontuação abaixo:

TABELA DE PONTUAÇÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

MODALIDADE DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Carga horária mínima	Carga horária máxima
I - ATIVIDADES DE FORMAÇÃO SOCIAL, HUMANA E CULTURAL		
a) Participação com aproveitamento em cursos de línguas;	8h	40h
b) Participação em atividades artísticas, culturais e esportivas;	8h	40h

c) Participação na organização de exposições e eventos artísticos e/ou culturais;	8h	40h
d) Participação como expositor em eventos artísticos e/ou culturais;	8h	40h
II - ATIVIDADES DE CUNHO COMUNITÁRIO E INTERESS E COLETIVO		
a) Atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica de formação, desde que não remunerados e de interesse da comunidade;	8h	40h
b) Participação em atividades beneficentes e/ou voluntárias e em campanhas de ação social;	8h	40h
c) Participação em projetos de extensão universitária vinculados à Pró – Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis da FIP;	8h	40h
d) Participação em eventos ou trabalhos convocados pela Justiça.	8h	40h
III - ATIVIDADES E PROJETOS DE ENSINO, DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PESQUISA, INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA		
a) Realização de estágio supervisionado não obrigatório na área do curso;	8h	40h
b) Participação com aproveitamento em outros cursos e minicursos científicos ou de gestão na área de formação;	8h	40h
c) Participação em atividades de monitoria;	8h	40h
d) Comissão coordenadora ou organizadora de eventos isolados, devidamente registrados na FIP e/ou nos órgãos competentes;	8h	40h
e) Participação efetiva e comprovada em semanas acadêmicas, cursos e minicursos, programas de treinamento, palestras, seminários, jornadas, simpósios, congressos, encontros, conferências, fóruns, oficinas entre outros;	8h	40h
f) Participação como ouvinte em bancas de TC, dissertação, tese;	8h	40h
g) Participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico- científicos;	8h	40h
h) Participação de atividades técnico- científicas, desde que não sejam contadas como carga horária das disciplinas ou outro componente da matriz curricular do curso;	8h	40h
i) Participação em projetos de pesquisa, de iniciação científica e tecnológica relacionados com os objetivos do curso;	8h	40h
j) Participação na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico – científico;	8h	40h
k) Atividades de iniciação científica, realizada no âmbito da FIP;	8h	40h
IV – OUTROS		
a) Cursos à distância (somente da área)	8h	40h

b) Atividades afins serão contabilizadas somente 20% do total de horas.	8h	40h
c) Eventos coerentes com a matriz curricular que porventura não ofereçam certificação, poderão ser certificados pelo Câmpus, desde que aprovados pela Coordenação do Curso	8h	40h

Além das disciplinas teóricas e das disciplinas práticas, ditas "laboratoriais", formatadas em um padrão de turma/docente/aula semanais, serão previstas atividades complementares, visando propiciar ao aluno a oportunidade de realizar uma trajetória autônoma e particular, no desenvolvimento do currículo.

As atividades complementares permearão todo o currículo do curso, dando-lhe maior flexibilidade no trato dos mais diversos temas e assuntos, voltados para a promoção da interdisciplinaridade. Serão caracterizadas como seminários, palestras, mesas redondas, debates, etc., dentre muitas outras formas que colabore para o enriquecimento do currículo do curso e contemple o perfil traçado do profissional.

Favorecerá o aluno numa participação ativa em atividades extracurriculares, que complementarão seu conhecimento e o ajudarão a construí-lo de uma forma mais eclética e criativa, a partir de um estreitamento das relações com conteúdos das disciplinas que estarão sendo cursadas, de outros que ainda não foram estudados/abordados nos currículos e inclusive de assuntos emergentes nas áreas de atuação da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, que merecem ser abordados e debatidos com profissionais, empresários, professores, sindicatos, associações e outros.

Esse exercício de participação permitirá ao aluno ir aprendendo a se expressar nos eventos, com apresentação de trabalhos ou outros tipos de intervenções, assim como proporcionará maior envolvimento e estreitamento das relações com alunos de outros períodos, formando um curso harmônico e coeso. A formação do aluno, nesse sentido, não ficará restrita a sala de aula, com atividades estanques, mas poderá interagir criativamente com outros contextos e ajudará a desenvolver habilidades que podem contribuir para a formação do seu perfil profissional.

As atividades complementares serão desenvolvidas em três níveis: como instrumento de integração e conhecimento do aluno da realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso; como instrumento de iniciação científica e ao ensino; e como instrumento de iniciação profissional.

A responsabilidade pela normatização das atividades complementares será de competência do colegiado de curso, em coerência com as diretrizes estabelecidas pela Faculdade Impacto de Porangatu - FIP e com as do MEC. As atividades complementares serão computadas no sistema de horas, para efeito de integralização do total previsto para o curso.

As atividades complementares e as modalidades admitidas serão divulgadas pela direção e coordenação do curso, a fim de permitir a sua livre escolha pelo aluno. As Atividades Complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por intermédio de avaliação do Colegiado de Curso e das Coordenação, das habilidades, conhecimentos e competências do aluno, compreendidas, inclusive, aquelas adquiridas fora do âmbito da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, incluindo cursos, estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, e interdisciplinares, especialmente no tocante às relações profissionais, nas ações de iniciação científica e de ensino que associam teoria e prática e nas ações de extensão desenvolvidas juntamente à comunidade.

Elas têm como principal objetivo estimular a participação dos alunos em experiências diversificadas que possam contribuir para a sua formação profissional, cuja realização é indispensável à colação de grau.

2.16.1 Cumprimento das Atividades Complementares

Para atender o cumprimento das 200 (duzentas) horas de atividades complementares, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, aproveitará atividades realizadas pelo aluno, vinculadas à sua formação, visando a complementação dos conteúdos ministrados e/ou à atualização permanente dos alunos acerca de temas emergentes ligados a Agronomia.

Será considerado pela faculdade como atividades complementares à realização de projetos de extensão; viagens de estudo; palestras; seminários ou fóruns; módulos temáticos etc.

As atividades complementares não substituem o ensino presencial, principalmente em relação aos conteúdos profissionalizantes. O aluno deverá necessariamente optar no mínimo, por três diferentes espécies de atividades complementares.

A Coordenação do Curso, em conjunto com o docente encarregado de coordenar as atividades complementares, poderão estabelecer um cronograma próprio para a realização das atividades de um determinado período, estipulando datas de realização e reorientando-as de acordo com as necessidades teóricas-práticas.

O acadêmico deverá requerer a averbação das atividades complementares, através da entrega do relatório ou comprovante apropriado, devidamente preenchido, junto ao docente responsável pelas atividades complementares, que se encarregará de arquivar a documentação junto à Secretaria Geral, para que esta proceda ao devido registro, inclusive no Histórico Escolar do aluno.

a) REGULAMENTO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES

OBRIGATÓRIAS NO CURSO DE BACHAREL EM AGRONOMIA

Art. 1º As Atividades Complementares previstas nos Cursos de Graduação da Faculdade são obrigatórias e categorizam-se em três grupos:

- I Grupo 1 - Atividades de Ensino;
- II Grupo 2 - Atividades de Extensão;
- III Grupo 3 - Atividades de Pesquisa.

Parágrafo único. Os alunos, obrigatoriamente, deverão distribuir a carga horária das atividades complementares em, pelo menos, dois dos grupos acima indicados.

Art. 2º As Atividades Complementares terão carga horária global prevista nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Graduação da Instituição, devendo ser cumpridas durante sua integralização.

Art. 3º As Atividades de Ensino, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, compõem-se de:

- a) disciplinas e/ou cursos oferecidas pela própria Faculdade, mas não previstas no Currículo Pleno do Curso;
- b) cursos e/ou disciplinas realizados em outras instituições, desde que com anuência prévia da Coordenação do Curso;
- c) monitoria em disciplina vinculada a área do respectivo Curso.

Art. 4º As Atividades de Extensão, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, dividem-se em:

- a) participação em seminários, palestras, congressos, conferências, encontros, cursos de atualização e similares;
- b) estágios extracurriculares;
- c) participação em ações de extensão patrocinada pela Instituição de Ensino;
- d) participações em audiências, limitados a 20 h.

Art. 5º As Atividades de Pesquisa, que podem englobar até 50 % das horas previstas, com direito a registro no histórico escolar, incluem:

- a) iniciação científica;
- b) trabalhos publicados em periódicos, com tema vinculado à área do Curso, até 40 horas para cada um.

Art. 6º As Atividades Complementares serão supervisionadas pela Coordenação do Curso ou por órgão especialmente criado pela faculdade, ao qual caberá:

- a) estabelecer e divulgar, com a anuência do Colegiado do Curso, o Plano de Atividades Complementares a ser desenvolvido anualmente pela Faculdade;
- b) exigir certificado de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatórios de desempenho e outros documentos vinculados às referidas atividades;
- c) analisar o documento apresentado pelo aluno para comprovar a realização de cada Atividade Complementar e, se considerá-lo suficiente, rubricá-lo e encaminhá-lo à Secretaria Geral para registro na Ficha do Aluno.

§ 1º Os documentos comprobatórios das atividades Complementares depois de rubricados pelo Coordenador e encaminhados para registro na Ficha do Aluno, permanecerão em sua Pasta para posterior expedição de Diploma.

§ 2º A Coordenação abrirá prazo de um mês ao final de cada semestre letivo, para recebimento das solicitações de aproveitamento das Atividades Complementares, devendo publicar sua decisão na primeira semana do semestre subsequente.

Art. 7º Os casos omissos, assim como os recursos interpostos, serão apreciados pelo Colegiado do Curso, cabendo recurso ao Conselho Superior da Faculdade.

2.17 Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O Trabalho de Curso (TCC) na FIP é concebido como uma atividade acadêmica de sistematização, registro e apresentação de conhecimentos didáticos, pedagógicos, científicos, culturais, tecnológicos e de inovação produzido sobre objeto(s) de estudo relacionado(s) à área de formação do curso de graduação mediante orientação docente.

Este componente curricular submete-se às determinações contidas na legislação federal, às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos (DCN) ou regulamentação em vigor, ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O TCC é um componente curricular que se constitui como atividade acadêmica integrante do PPC e deve ser entendido como uma atividade constitutiva do conhecimento teórico e/ou aplicado. Em sua concepção o TCC se divide em obrigatório e opcional, observadas as especificidades contidas nas DCN ou nas normas vigentes, em função da modalidade de oferta do curso, da área de ensino e do PPC.

Para integralização do TCC o discente do curso de Agronomia da FIP deverá cumprir 100 horas, conforme Matriz Curricular do curso.

Constituem-se em finalidades do TCC a inserção do discente na atividade científica, a sistematização dos conhecimentos construídos ao longo da formação e o aprofundamento e consolidação dos conhecimentos dos discentes de forma ética, crítica e reflexiva através da pesquisa de temas de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade.

São objetivos do TCC, entre outros, propiciar, por meio do currículo, condições para aprofundar os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo discente durante o curso de graduação; estimular a produção e a disseminação do conhecimento de forma ativa; despertar o interesse do discente para a pesquisa científica, de forma contínua, como parte indissociável da formação profissional e articular o ensino, a iniciação científica e a extensão na produção e socialização dos conhecimentos acadêmicos, científicos e culturais acerca da realidade social.

O TCC será elaborado sob a orientação docente no decorrer do período de formação do discente, conforme previsto no PPC. Deve ser fundamentado em literatura da área, segundo as regras que lhe são próprias, normatizadas pela

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outras normas adotadas pelo curso, conforme apresentado no PPC.

A orientação de TCC prevista para o curso de Agronomia da FIP é uma atividade de ensino teórico-prática, constituída por ações de planejamento, sistematização, avaliação, investigação e reflexão contínua da formação humana, científica, cultural e profissional explicitada no PPC. Esta atividade caracteriza-se por momentos de acompanhamento e de discussão individual e/ou coletiva entre o professor orientador e o(s) orientando(s) que visem à valorização de diferentes conhecimentos e experiências vivenciadas.

A orientação presencial é aquela feita pelo professor orientador na presença física do orientando, enquanto a orientação não presencial são as atividades desenvolvidas pelo professor orientador por qualquer meio de comunicação à distância.

O Orientando é o discente matriculado no curso de graduação da FIP e no componente que desenvolve o TC sob a orientação de um professor e co-orientador (se necessário).

As Linhas de Estudo, de Pesquisa ou Áreas Temáticas de desenvolvimento do TCC serão definidas pelo colegiado do curso a partir de proposições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) com base nas DCN

Para o Curso de Agronomia da FIP o TC poderá ser apresentado nas seguintes modalidades: monografia, artigo científico, revisão bibliográfica ou revisão da literatura, revisão sistemática da literatura, plano de negócios, relatório ou produto, a escolha do discente. O tipo de pesquisa será quantitativa e/ou qualitativa e respectivo método ou metodologia a ser adotado para elaboração do TCC será pesquisa de campo, revisão de literatura, experimentos laboratoriais ou outras que se adequem ao tipo de pesquisa. Constitui-se em critério para a aprovação do discente, neste componente curricular, a apresentação de uma produção acadêmica, científica e/ou cultural final para efeito de avaliação, divulgação e arquivamento. A Produção Acadêmica, Científica e/ou Cultural resultante do TCC será elaborada de forma individual.

A atividade de iniciação científica será parte integrante e fundamental da formação do profissional que se dedica a qualquer área do conhecimento, pois a sociedade contemporânea requer profissionais com conhecimento de métodos científicos que auxiliem na produção de novos saberes e busquem as soluções de

problemas, razão pela qual o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando obrigatório, de acordo com a legislação vigente, na Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tem como objetivo principal trazer respostas para questões que existem em relação às práticas oriundas no campo do saber.

O TCC terá sua estrutura composta por elementos obrigatórios e visa o estudo de um tema delimitado, objetivando o aprofundamento do conhecimento, como importante contribuição para o segmento em que se insere.

O TCC tem como objetivos: Propiciar aos alunos do curso de Agronomia, a ocasião de demonstrar o nível de habilitação adquirido. Incentivar a produção científica, a consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica das diversas ciências e de sua aplicação.

Desenvolver a capacidade de aplicação dos conhecimentos filosóficos, científicos e tecnológicos adquiridos durante o curso, por meio da investigação científica.

Desenvolver a capacidade de planejamento para identificar, analisar e implementar abordagens e soluções para problemas sociais, naturais e/ou tecnológicos.

Garantir a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional. Promover o desenvolvimento de projetos de extensão junto à sociedade, tendo em vista a busca de soluções para problemas identificados.

Qualificar o corpo docente dos cursos, através das orientações temáticas e do trato com a metodologia do trabalho científico. Subsidiar o processo de ensino, contribuindo para a realimentação dos conteúdos programáticos das disciplinas integrantes do currículo do curso.

O Trabalho de conclusão de curso está inserido no 10º períodos do curso de Agronomia com 100 Horas.

O Trabalho de Curso (TCC) na FIP é concebido como uma atividade acadêmica de sistematização, registro e apresentação de conhecimentos didáticos, pedagógicos, científicos, culturais, tecnológicos e de inovação produzido sobre objeto(s) de estudo relacionado(s) à área de formação do curso de graduação mediante orientação docente.

Este componente curricular submete-se às determinações contidas na legislação federal, às Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos (DCN) ou regulamentação em vigor, ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

O TCC é um componente curricular que se constitui como atividade acadêmica integrante do PPC e deve ser entendido como uma atividade constitutiva do conhecimento teórico e/ou aplicado. Em sua concepção o TCC se divide em obrigatório e opcional, observadas as especificidades contidas nas DCN ou nas normas vigentes, em função da modalidade de oferta do curso, da área de ensino e do PPC.

Para integralização do TCC o discente do curso de Agronomia da FIP deverá cumprir 100 horas, conforme Matriz Curricular do curso.

Constituem-se em finalidades do TCC a inserção do discente na atividade científica, a sistematização dos conhecimentos construídos ao longo da formação e o aprofundamento e consolidação dos conhecimentos dos discentes de forma ética, crítica e reflexiva através da pesquisa de temas de interesse da comunidade acadêmica e da sociedade.

São objetivos do TCC, entre outros, propiciar, por meio do currículo, condições para aprofundar os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo discente durante o curso de graduação; estimular a produção e a disseminação do conhecimento de forma ativa; despertar o interesse do discente para a pesquisa científica, de forma contínua, como parte indissociável da formação profissional e articular o ensino, a iniciação científica e a extensão na produção e socialização dos conhecimentos acadêmicos, científicos e culturais acerca da realidade social.

O TCC será elaborado sob a orientação docente no decorrer do período de formação do discente, conforme previsto no PPC. Deve ser fundamentado em literatura da área, segundo as regras que lhe são próprias, normatizadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outras normas adotadas pelo curso, conforme apresentado no PPC.

A orientação de TCC prevista para o curso de Agronomia da FIP é uma atividade de ensino teórico-prática, constituída por ações de planejamento, sistematização, avaliação, investigação e reflexão contínua da formação humana, científica, cultural e profissional explicitada no PPC. Esta atividade caracteriza-se por momentos de acompanhamento e de discussão individual e/ou coletiva entre o professor orientador e o(s) orientando(s) que visem à valorização de diferentes conhecimentos e experiências vivenciadas.

A orientação presencial é aquela feita pelo professor orientador na presença física do orientando, enquanto a orientação não presencial são as atividades

desenvolvidas pelo professor orientador por qualquer meio de comunicação à distância.

O Orientando é o discente matriculado no curso de graduação da FIP e no componente que desenvolve o TC sob a orientação de um professor e co-orientador (se necessário).

As Linhas de Estudo, de Pesquisa ou Áreas Temáticas de desenvolvimento do TCC serão definidas pelo colegiado do curso a partir de proposições do Núcleo Docente Estruturante (NDE) com base nas DCN

Para o Curso de Agronomia da FIP o TC poderá ser apresentado nas seguintes modalidades: monografia, artigo científico, revisão bibliográfica ou revisão da literatura, revisão sistemática da literatura, plano de negócios, relatório ou produto, a escolha do discente. O tipo de pesquisa será quantitativa e/ou qualitativa e respectivo método ou metodologia a ser adotado para elaboração do TCC será pesquisa de campo, revisão de literatura, experimentos laboratoriais ou outras que se adequem ao tipo de pesquisa. Constitui-se em critério para a aprovação do discente, neste componente curricular, a apresentação de uma produção acadêmica, científica e/ou cultural final para efeito de avaliação, divulgação e arquivamento. A Produção Acadêmica, Científica e/ou Cultural resultante do TCC será elaborada de forma individual.

REGULAMENTO DO TCC

Disposições Preliminares

Art. 1º. Este regulamento disciplina o processo de elaboração, apresentação e julgamento das monografia, artigo científico, revisão bibliográfica ou revisão da literatura, revisão sistemática da literatura, plano de negócios, relatório ou produto, como Trabalho de Graduação, incluindo a escolha do tema e a consequente orientação docente.

Art. 2º. O Trabalho de Graduação consiste em uma pesquisa individual, orientada por docente da Faculdade e relatada sob a forma de monografia, artigo científico, revisão bibliográfica ou revisão da literatura, revisão sistemática da literatura, plano de negócios, relatório ou produto abrangendo qualquer ramo do conhecimento, tratado no curso em pauta.

Art. 3º. Os objetivos gerais do Trabalho de Graduação devem propiciar aos acadêmicos a ocasião de demonstrar o grau de habilitação adquirido, o aprofundamento temático, o estímulo à produção científica, à consulta de bibliografia especializada e o aprimoramento da capacidade de interpretação e crítica.

Das Atribuições dos Órgãos Envolvidos

Art. 4º. Compete ao Colegiado do Curso:

- I - analisar, em grau de recurso, as decisões dos professores-orientadores;
- II - deliberar, em instância administrativa inicial, os recursos das avaliações dos professores orientadores e das bancas examinadoras;
- III - deliberar, em primeira instância, sobre todas as decisões e medidas necessárias ao efetivo cumprimento destas normas e do processo de desenvolvimento do Trabalho de Graduação.
- IV - deliberar sobre as alterações deste regulamento, para decisão final do Colegiado;
- V - deliberar sobre os casos omissos, neste regulamento, e interpretar seus dispositivos;
- VI - indicar à Coordenação do Curso, os nomes dos professores/profissionais para integrarem as bancas examinadoras, no início de cada semestre letivo.

Art. 5º. Compete ao Coordenador do Curso:

- I - tomar as decisões administrativas necessárias ao desenvolvimento do processo do Trabalho de Graduação;
- II - designar os integrantes das bancas examinadoras, na época prevista no calendário acadêmico;
- III - designar os professores-orientadores, no início de cada semestre letivo, para atuarem no processo de elaboração, execução, acompanhamento e julgamento do Trabalho de Graduação;
- IV - sugerir medidas que visem ao aprimoramento das atividades do Trabalho de Graduação;
- V - convocar e dirigir reuniões com os professores-orientadores, com vistas à melhoria do processo do Trabalho de Graduação.

Art. 6º. Cabe ao professor-orientador:

- I - orientar os acadêmicos na escolha do tema e na elaboração e execução do Trabalho de Graduação, sob a forma de monografia, artigo científico, revisão bibliográfica ou revisão da literatura, revisão sistemática da literatura, plano de negócios, relatório ou produto, segundo calendário semestral e jornada semanal de atividades, aprovados pelo Colegiado do Curso;
- II - sugerir ao Colegiado do Curso normas ou instruções destinadas a aprimorarem o processo do Trabalho de Graduação;
- III - participar de reuniões, convocadas pelo Coordenador do Curso, para análise do processo do Trabalho de Graduação, assim como da avaliação dos acadêmicos e do processo abrangente de formação;
- IV - emitir relatórios periódicos, parciais e finais, sobre o desempenho e a avaliação dos acadêmicos, com vistas ao Trabalho de Graduação;
- V - marcar dia, hora e local da realização do Trabalho de Graduação, mediante a apresentação de monografia, artigo científico, revisão bibliográfica ou revisão da literatura, revisão sistemática da literatura, plano de negócios, relatório ou produto, perante banca examinadora;

Dos Alunos

Art. 7º. Os alunos do curso serão submetidos ao processo de orientação, para efeito de escolha do tema e elaboração da monografia, artigo científico, revisão bibliográfica ou revisão da literatura, revisão sistemática da literatura, plano de negócios, relatório ou produto, a partir da matrícula no Trabalho de Graduação.

Art. 8º. O aluno, matriculado no Trabalho de Graduação, tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

- I - freqüentar as reuniões convocadas pelo Coordenador de Curso ou pelo seu professor-orientador;
- II - manter contatos quinzenais com o seu professor-orientador, para discussão do trabalho acadêmico em desenvolvimento;
- III - cumprir o calendário divulgado pela Coordenação do Curso, para entrega de projetos, relatórios parciais ou monografias;

IV - elaborar a versão final de seu TCC, obedecendo as normas e instruções deste regulamento e outras, aprovadas pelos órgãos colegiados e executivos da Faculdade;

V - comparecer em dia, hora e local determinados pela Coordenação do Curso para apresentar e defender a versão final de seu TCC, perante banca examinadora.

Do Trabalho de Graduação

Art. 9º. O processo do Trabalho de Graduação compreende etapas sucessivas, a serem desenvolvidas nos últimos semestres letivos do curso, dependendo do previsto na grade curricular de cada um deles.

Parágrafo único. São etapas do Trabalho de Graduação:

- a) escolha do tema, pelo aluno, sob a orientação docente;
- b) elaboração do projeto de TCC;
- c) deliberação sobre o projeto de TCC;
- d) pesquisa bibliográfica e de campo sobre o tema escolhido;
- e) relatórios parciais e relatório final;
- f) elaboração da versão preliminar do TCC, para discussão e análise com o professor-orientador;
- g) elaboração do texto final do TCC;
- h) apresentação do TCC, em cinco vias, para julgamento de banca examinadora, com a presença do autor do Trabalho de Graduação.

Art. 10. A estrutura formal da monografia deve seguir os critérios estabelecidos nas normas da ABNT sobre o assunto, podendo haver alterações, que devem ser aprovadas pelo professor-orientador.

Art. 11. O projeto de TCC deve ser entregue ao professor-orientador, em duas vias, firmadas pelo autor.

Parágrafo único. O aluno pode entregar uma cópia em disquete, com as informações técnicas para a abertura e impressão do arquivo correspondente.

Art. 12. Cabe ao professor-orientador a avaliação do projeto de monografia.

§ 1º. Quando o projeto for aprovado, o aluno pode dar início ao seu Trabalho de Graduação; caso seja rejeitado, o aluno terá prazo máximo de sete dias letivos para reformulação e reapresentação do projeto.

§ 2º. Caso o projeto reformulado não seja aceito, a Coordenação do Curso deliberará sobre os procedimentos cabíveis, oferecendo-se ao aluno, sempre, oportunidade de recuperação de estudos, para prosseguimento do curso.

§ 3º. O projeto aprovado é entregue ao professor-orientador, para acompanhamento e avaliação do processo de elaboração e apresentação do TCC, sendo arquivada outra via no registro acadêmico do aluno.

Art. 13. A mudança de tema do projeto de TCC somente pode ocorrer com a aprovação do Colegiado do Curso, a partir de proposta do aluno ou do professor-orientador, com parecer conclusivo deste.

Art. 14º. Os relatórios parciais e finais devem ser concisos, objetivos e relatam sucintamente os procedimentos obedecidos, as fases vencidas e os pontos positivos e/ou negativos ocorridos, no período.

§ 1º. Cabe ao professor-orientador a avaliação dos relatórios parciais e finais, podendo haver recurso, em primeira instância, para o Colegiado do Curso, em instância final, para o colegiado superior.

§ 2º. Quando o professor-orientador emitir relatório negativo, deve ser oferecida, ao aluno, oportunidade de correção das falhas, cabendo ao professor-orientador proporcionar todos os meios ao seu alcance para que o estudante possa concluir, com êxito, suas tarefas relativas ao Trabalho de Graduação.

Da Banca Examinadora

Art. 15. Após a aprovação do TCC, pelo professor-orientador, a Coordenação do Curso marcará data, hora e local para sua defesa, perante banca examinadora.

Art. 16. A banca examinadora será constituída por três membros, designados pela Coordenação do Curso, dentre professores habilitados para essa tarefa, do quadro docente da Faculdade ou de outras IES.

Parágrafo único. A Coordenação do Curso designará secretário para as sessões das bancas examinadoras.

Art. 17. Os membros das bancas examinadoras, a contar da data de sua designação, têm o prazo de, até, trinta dias para procederem a leitura e análise dos TCCs que irão julgar.

Art. 18. Na defesa de seu TCC, o aluno poderá dispor de, até, vinte minutos.

2.18 Ações decorrentes do processo de avaliação do curso

2.18.1 Avaliações Externas

No que se refere às avaliações externas realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) existem duas formas de avaliação a considerar o Exame Nacional de Desempenho do Estudante (ENADE) e o Conceito

2.18.2 Autoavaliação

O Processo de autoavaliação estabelecido pelo PPC é organizado considerando os princípios estabelecidos e as categorias indicadas no documento “Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância. A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP possui a Comissão Permanente de Avaliação (CPA) e uma coordenação específica para a condução dos trabalhos.

O processo de avaliação institucional realizado pela IES será semestral, sendo que no primeiro semestre letivo é desenvolvido o processo de auto avaliação dos cursos, por meio do qual se busca investigar e determinar a qualidade de gestão do Coordenador de Curso, sua integração com a equipe de trabalho e condições de infraestrutura dos cursos e da IES por meio da aplicação de questionário ao corpo discente, docente e técnico administrativo.

No segundo semestre tem-se a continuação do processo de Avaliação Institucional, mais abrangente, em conformidade com as diretrizes e dimensões fundamentadas na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, regulação e acompanhamento das atividades da Comissão por meio da emissão de relatórios com periodicidade anual, inseridos no sistema e-MEC.

A Metodologia do Processo de Avaliação Institucional na Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tem início com a Campanha de Sensibilização, que estimula os corpos docente, discente e técnico-administrativo, a partir da construção da

credibilidade da mudança e do comprometimento de todos com a Instituição. Em seguida, as informações são coletadas por meio de formulários elaborados pela CPA e inseridos no sistema acadêmico para que possam ser respondidos de acordo com o sistema e registro acadêmico.

Após o período de aplicação dos formulários, todos os dados são coletados pela própria CPA, de modo isolado e sigiloso, objetivando garantir a fidedignidade do processo.

Posteriormente, são elaborados relatórios que, em momento específico, obedecendo às formalidades legais, são entregues à Diretoria da IES e aos gestores de cursos, além da Diretoria Administrativa, em se tratando de corpo técnico-administrativo.

Os resultados são consolidados em formas de gráficos e por meio de reuniões, é feita a apreciação e discussão a respeito dos mesmos, tomando-se como base os relatórios da autoavaliação interna. Nesta ocasião, são estudados os mecanismos para o saneamento das deficiências apontadas através de reuniões sistemáticas e periódicas junto ao NDE e Colegiado em conjunto com a Direção e CPA, o que gera a constituição de outro documento chamado de “Plano de Melhorias”, cujo objetivo é o acompanhamento das ações que podem ser executadas à curto, à médio ou à longo prazo.

O Plano de melhorias é usado como forma de proporcionar à contínua melhoria do curso, através das análises dos resultados obtidos.

Como parâmetro adota-se, os relatórios da avaliação de autorização e reconhecimento dos cursos, objetivando observar a evolução das ações desenvolvidas e a redução dos pontos avaliados como negativos, bem como a perceber se a instituição está caminhando em direção coesa à redução de suas carências.

Isso em razão dos formulários identificar a qualidade e entrega dos planos de ensino, o grau de exigência das avaliações, a articulação das disciplinas com outras (interdisciplinaridade), dentre outras informações que auxiliam na satisfação do resultado de exames, a exemplo do ENADE.

Posteriormente, a CPA, viabiliza, de modo democrático, a disseminação dos resultados por meio de cartazes ou informativos, anúncios estes que especificam os pontos fortes e fracos, e também informam, a exemplo dos fracos, quais já foram

reparados e como a instituição está trabalhando para extinguir os que ainda não foram.

O processo de autoavaliação devidamente implantado por meio de uma oitiva democrática (técnicos-administrativos, alunos e professores) com base no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância permite a IES oferecer a si mesma informações necessárias para desenvolver o PPC de acordo com as orientações do MEC garantindo um ensino e aprendizagem de qualidade.

2.18.3 Avaliação do Curso

O processo de avaliação do curso tem caráter educativo e pedagógico, deve motivar, constantemente, a melhoria da qualidade do curso por meio de ação democrática, fundada na participação e corresponsabilidade de todos.

A avaliação, como um processo formativo do curso, propiciará a identificação de desvios e correção de rumos, bem como a revisão e inovação de procedimentos direcionados a mudança de postura e à consolidação de uma cultura pedagógica mais adequada à missão do curso e da Faculdade.

Nesta perspectiva, a avaliação de curso na IES tem a finalidade de consolidar ações que garantam:

- constante repensar do curso;
- coerência das ações educativas com a missão da Faculdade;
- coerência entre o proposto no Projeto de Curso e o vivenciado no cotidiano da sala de aula;
- coerência entre o perfil profissional constante do projeto pedagógico e o desenvolvido pelo curso;
- integração das diferentes ações de cada um dos cursos;
- coerência dos planos de ensino e do projeto de curso;
- corresponsabilidade de cada sujeito envolvido no processo educativo.

A avaliação de curso será realizada anualmente por todos os alunos matriculados e tem como objetivos:

- buscar a constante qualidade das ações do curso;
- provocar reflexões que redirecionem as ações e a superação ou minimização dos problemas levantados;

- subsidiar as decisões acadêmico-administrativas no âmbito do curso;
- aprofundar o conhecimento de aspectos detectados nas Avaliações Institucional anteriores;
- colher subsídios complementares para a Avaliação Institucional

2.19 Tecnologia de Informação e Comunicação – TICs no Processo Ensino Aprendizagem

As transformações operadas no âmbito da sociedade, provenientes, em grande medida, do acelerado desenvolvimento tecnológico experimentado nas últimas décadas, vêm exigindo a construção de novo *habitus* didático-pedagógico. Tudo isso implica, diretamente, na garantia de acesso às informações, criação e desenvolvimento de um ambiente científico e tecnológico, cabendo às instituições de ensino superior atuarem no sentido de criar cursos e centros de extensão que possam contribuir, a médio e longo prazo, para o novo perfil do profissional requerido pelo mercado, que exige novas habilidades e aptidões.

A evolução tecnológica aplicada à educação é um fator presente dentro do planejamento acadêmico da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Apropriar-se de novas tecnologias e agregar valor na oferta de conteúdos e atividades será uma busca constante da instituição. As ferramentas tecnológicas como facilitadores da relação professor(a)/aluno(a) e como fatores de flexibilização da oferta de disciplinas e currículos são hoje fatores de diferenciação e aproximação do novo contexto educacional. Contexto hoje de novas realidades pedagógicas com linguagem, desenho e formatação própria. Criar situações de interação pedagógica e superação das dificuldades inerentes ao processo é um desafio que precisamos enfrentar com novos recursos, novas habilidades e diferentes combinações de ferramentas e recursos tecnológicos.

O ensinar e o aprender estão sendo desafiados como nunca antes. Há informações demais, múltiplas fontes, visões diferentes de mundo. Educar hoje é mais complexo porque a sociedade também é mais complexa e também o são as competências necessárias. As tecnologias estão hoje ao alcance do estudante e do professor.

Os espaços acadêmicos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, vêm sendo reestruturados de forma a oferecer a conectividade através da rede sem fio. Com a conectividade o acesso às redes virtuais e outras tecnologias possibilitará a organização das aulas dentro e fora da sala de aula.

É com o propósito de participar na construção dessa nova realidade, cumprindo o seu papel de instituição de educação, que a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, propõe, considerando o conjunto das justificativas apresentadas, a criação do Curso de Agronomia como possibilidades de enfrentar os desafios impostos pela nova ordem econômica mundial e contribuir para maximizar a competência individual e coletiva diante das perspectivas amplamente favoráveis para o administrador, para o pedagogo e professor de educação Infantil e séries Iniciais do Ensino Fundamental, tendo em vista o grau de competitividade alcançado no mercado de trabalho, mobilizando-se no sentido de possibilitar uma formação sintonizada com o seu tempo e com as demandas e expectativas da sociedade.

A Instituição disponibiliza a seus alunos o laboratório de Informática equipado com máquinas com acesso à internet.

Os docentes possuem uma sala de professores e sala do NDE, com equipamentos de informática, todos com acesso à internet. Vale ressaltar que aos professores são disponibilizados também, através de agendamento, os recursos audiovisuais e de multimídia.

Os docentes e discentes da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, possuem a sua disposição terminais de computadores existentes na biblioteca, todos para consulta ao acervo da biblioteca e trabalhos de pesquisa e estudos acadêmicos.

Assim sendo, em consonância com o cenário atual, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, pretende utilizar algumas ferramentas tecnológicas disponíveis para a busca pela excelência no seu processo ensino-aprendizagem. A ideia é estimular a comunicação instantânea, mantendo a sinergia física entre alunos e professores de maneira atrativa, colaborativa, criativa e dinâmica, extraindo o máximo de seus benefícios e que estes passem a ser uma extensão da sala de aula na busca por mais conhecimento, vez que abrem novas alternativas de aprender e ensinar.

Nesta assertiva, entre as principais ações de interatividade da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, com o meio digital, destaca-se o compromisso desta em incentivar e treinar os docentes para o uso dos recursos do Ambiente Virtual de Aprendizagem como suporte tecnológico inovador, na sua ação didática de sala de

aula presencial, de maneira que até o final de 2022, já estando, até lá, todos os cursos reconhecidos os docentes estejam desenvolvendo atividades com carga horária pelo método semipresencial.

Também nesse interstício, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, pretende possui inserido, nas suas atividades de sala de aulas, equipamentos palpáveis, denominados recursos físicos:

- a. Aparelhos de Datashow;
- b. Aparelhos de DVD; e
- c. Aparelhos de TV

Ainda, dentro do mesmo prazo, inserir também nas suas atividades acadêmicas canais de comunicação online, intermediados por recursos físicos, com o objetivo de promover aprendizagem e interatividades a se falar dos seguintes:

- a. *Internet;*
- b. *Fórum – Chats;*
- c. *Blogs - Listas de Discussão;*
- d. *E-mails;*
- d. Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVA e AVP): *Moodle;*
- e. *Google Docs – documentos online, e;*
- f. *Redes Sociais.*

Desta forma, com o auxílio dos atuais recursos tecnológicos, que dispomos, e muitos outros que certamente estarão por vir, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP acredita ser possível que educador e educando ampliem seus conceitos e estreitem suas relações físicas e virtuais, colaborando significativamente para tornar o processo de educação mais eficiente e mais eficaz.

2.20 AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem

O Ambiente Virtual de Aprendizagem é um facilitador do processo de ensino e aprendizagem na modalidade de educação a distância, fazendo uso da tecnologia como uma ferramenta de mediação entre professores e alunos, permitindo o esclarecimento de dúvidas, aplicação de exercícios de fixação, reforço e acompanhamento de desempenho individual.

Desenvolvido para as disciplinas semipresenciais e para os cursos à distância da FIP é ferramenta eficiente para a transmissão de conteúdos on-line, pois possui recursos que possibilitam a integração de materiais de profissionais renomados. Com interface intuitiva, versátil, possibilita o acesso aos livros digitais e videoaulas por computadores e diferentes dispositivos móveis. Quanto às características gerais e técnicas do AVA da FIP:

1. A estrutura tecnológica do AVA da FIP é baseada em cloud computing³;
2. O servidor do sistema utiliza plataforma em nuvem, utilizando o maior player atual, ou seja, Amazon AWS⁴, baseando-se no modelo IaaS (Infrastructure as a service⁵);
3. O Monitoramento, por sua vez, é ativo 24x7, isto é, ininterrupto, provendo escalabilidade de acordo com a necessidade e sem limites;
4. O Backup é realizado diariamente, onde são gerados snapshots⁶ e armazenados em nuvem, além dos backups providos por versionamento;
5. Gerenciamento centralizado para proteção de vírus utilizando McAfee (proteção contra vírus, malwares, estouro de buffer⁷ e DLP – Data Loss Prevention⁸);
6. Sistema operacional Linux com Nginx + PHP-FIP para www. e Sistema operacional Windows com SQL Server Standard para banco de dados;
7. Administração de Sistema Operacional: Os serviços de administração de sistema operacional são realizados por equipes de arquitetos certificados pela Amazon AWS;
8. Banda Internet: Ilimitada.

2.21 Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem

³ O conceito de computação em nuvem (em inglês, cloud computing) refere-se à utilização da memória e das capacidades de armazenamento e cálculo de computadores e servidores compartilhados e interligados por meio da Internet, seguindo o princípio da computação em grade.

⁴ Amazon Web Services (tradução livre: Serviços Web da Amazon), também conhecido como AWS, é uma plataforma de serviços de computação em nuvem, que formam uma plataforma de computação na nuvem oferecida pela Amazon.com.

⁵ Infraestrutura como serviço.

⁶ Cópia instantânea de volume ou captura instantânea de volume.

⁷ Em segurança computacional e programação, um transbordamento de dados ou estouro de buffer (do inglês buffer overflow ou buffer overrun) é uma anomalia onde um programa, ao escrever dados em um buffer, ultrapassa os limites do buffer e sobrescreve a memória adjacente.

⁸ Prevenção de perda de dados.

A avaliação não é entendida nem como um ato isolado, ao término de um período letivo em que se julga se o aluno pode ou não ser aprovado, nem como um conjunto de constatações a respeito do aproveitamento ou não do aluno, sem se basear em medidas concretas e imediatas que permitam corrigir o comportamento do aluno (ou, se for o caso, do professor, ou até mesmo da programação). A avaliação deve ser entendida como um processo integrado ao processo ensino-aprendizagem.

Os Professores baseiam-se nos objetivos a alcançar como critérios definidores do processo de avaliação: são os objetivos que dizem o que avaliar, de que forma avaliar, qual a técnica ou instrumento utilizar para avaliar, o que registrar e de que forma, como discutir o aproveitamento ou não da atividade e qual o encaminhamento a ser combinado com o aluno, tendo em vista reiniciar o processo de aprendizagem.

Aquisição de informações, desenvolvimento de habilidades motoras, capacidade de comunicação, participação e iniciativa no processo de aprendizagem, prontidão, habilidades técnicas e artísticas, atitudes de companheirismo, relacionamento humano, colaboração com os colegas, imaginação, memória, capacidade de relacionar informações etc. São objetivos que se constituem em critérios para o Professor organizar o processo de avaliação, elaborar os instrumentos avaliatórios adequados e utilizar as técnicas convenientes a todos eles aspectos em parte imprescindíveis ao se propor uma avaliação.

Estes elementos devem estar claros tanto para professores como para os alunos já que desta clareza é que advém um clima de colaboração, de compreensão fundamental no relacionamento professor/grupo/classe.

Portanto, espera-se dos professores do Curso de Agronomia a manutenção de um clima de trabalho conjunto entre professor e aluno, mesmo durante o processo de avaliação. Que haja uma definição bastante clara do processo de avaliação quer por parte do professor quer por parte do aluno, mas também uma compreensão completa dos objetivos a serem atingidos. Isto traz segurança ao comportamento de ambos. O aluno sabe onde deverá chegar e que passos deverá percorrer para isso. O professor conhece quais são as aprendizagens a serem adquiridas pelo aluno e através de quais referências poderá determinar se elas foram ou não conseguidas de fato.

Faz parte do processo educativo o aluno aprender a se auto avaliar. O clima de cooperação e confiança entre professor e aluno facilita o desenvolvimento da

capacidade de autoavaliação do aluno. Esta preenche finalidades importantíssimas, relacionadas com a condição de aprendiz de todo ser humano. Aprender a se autoavaliar é educar-se para a vida como cidadão do mundo.

A autoavaliação, para ser realizada adequadamente, requer todo um trabalho do professor e do aluno, a fim de que seja aprendida e desenvolvida, gradualmente, por meio de treino. O aluno precisa aprender não só a se observar, a comparar e a relacionar seu desempenho com os objetivos propostos, mas também a desenvolver uma honestidade pessoal a fim de reconhecer tanto seu sucesso como seu fracasso.

O processo de avaliação abarca tanto o desempenho do aluno, quanto o do professor, bem como a adequação do programa. Um processo de aprendizagem resulta da inter-relação de três elementos: o desempenho do aprendiz, o de seu orientador e a adequação do programa apresentado.

- Dentre os mecanismos empregados para a avaliação podemos destacar:
- Acompanhamento das atividades e participação em sala de aula;
- Realização de trabalhos de pesquisa em grupo e individualmente;
- Provas;
- Avaliações multidisciplinares;
- Seminários;
- Participação nas discussões promovidas em sala de aula;
- Realização e apresentação de trabalhos.

O aproveitamento escolar é avaliado através de acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nos exercícios escolares. Compete ao professor da disciplina elaborar os exercícios escolares sob a forma de prova e demais trabalhos, bem como lhes julgar os resultados. Os exercícios escolares de verificação constam de trabalhos de avaliação, trabalhos de pesquisa e outras formas previstas no plano de ensino da disciplina.

Atendida em qualquer caso a frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) às aulas e demais atividades escolares, é aprovado:

- I Independentemente de exame final, o aluno que obtiver nota de aproveitamento não inferior a 6 (seis), correspondente à média aritmética das notas dos exercícios escolares;

- II Mediante exame final, o aluno que, tendo obtido nota de aproveitamento inferior a 6 (seis), porém não inferior a 3 (três), obtiver nota final não inferior a 5 (cinco), correspondente à média aritmética entre a nota de aproveitamento e a nota de exame final. O aluno reprovado por não ter alcançado, seja a frequência, sejam as notas mínimas exigidas, repetirá a disciplina, sujeito na repetência às mesmas exigências de aproveitamento, estabelecidas no Regimento.

2.22 Número de vagas

O Curso de Agronomia propõe a oferta de 100 vagas no turno noturno. Tal proposta toma como base a realidade local, pois é proporcional à necessidade da região a ser atendida pelo curso.

III. CORPO DOCENTE

A composição e funcionamento do colegiado de curso têm previsão regimental e regulamentação própria, as quais se comprovam através de documentos oficiais da Instituição.

As instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e busca de excelência do curso irão contar com o Núcleo docente Estruturante NDE, Colegiado de Curso e Conselho Superior, além de reuniões com todos os professores. Todas as reuniões são devidamente documentadas e repassadas ao grupo de professores do curso.

A Faculdade é administrada por órgãos Conselho Superior, Colegiado Geral, órgãos de apoio e outros serviços destinados a complementar as atividades da Faculdade, na forma de seu Regimento. Esses órgãos podem ser divididos de acordo com a sua missão, competências e atribuições regimentais.

Composição do Corpo Docente:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	Ana Paula de Aguiar Berger	Mestre	Integral	Ciências Biológicas/ Agronomia
02	Cassia Rodrigues dos Santos	Doutora	Parcial	Letras
03	Clodoaldo Valverde	Doutor/ PhD	Parcial	Física / Pedagogia / Engenharia
04	Dora Marchiori Silva Neves	Doutora	Integral	Agronomia/ Fitopatologia
05	Fagner Junior Machado de Oliveira	Doutor	Parcial	Biologia
06	Livia de Almeida Baccarin	Mestre	Integral	Agronomia/ Recursos Florestais
07	Lucas Roberto de Carvalho	Mestre	Integral	Agronomia/ Engenharia Agrícola
08	Luiz Fernandes Cardoso Campos	Doutor	Integral	Agronomia/ Agronomia
09	Priscila Pereira do Nascimento	Doutora	Integral	Zootecnia
10	Renato Carrer Filho	Doutor/ PhD	Parcial	Agronomia/ Fitossanidade
11	Roseli Vieira Pires	Doutora / PhD	Integral	Administração/ Ciências Contábeis

3.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante - NDE

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, atenderá em sua plenitude às atribuições acadêmicas decorrentes de sua criação e atuação. É composto por cinco docentes vinculados ao curso, com significativa atuação profissional e de magistério, possuindo amplo conhecimento da concepção da proposta pedagógica do curso.

O perfil do Núcleo Docente Estruturante do curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é coerente com o PPC, bem como, detentor de visões empreendedoras, analítica, crítica e ética da área profissional direta ou indiretamente ligada à atividade do setor e à macro área de concentração profissional.

Os professores indicados para o NDE do curso de Agronomia são suficientes em número e reúnem competências associadas a todos os componentes da estrutura curricular. Sua dedicação é adequada à proposta do curso para garantir o bom nível de interação entre discentes e docentes. Os professores possuem qualificações adequadas às atividades que desenvolvem e para as quais foram recrutados, levando-se em consideração as características regionais da localidade do curso, bem como a concepção pedagógica proposta.

A competência global dos docentes, pertencentes ao NDE, pode ser inferida de fatores como qualificação acadêmica, experiência docente, habilidade para a comunicação, entusiasmo para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais efetivas, participação em sociedades educacionais e técnico-científicas, exercício efetivo de atividades educacionais, em áreas compatíveis com as do ensino nos programas dos cursos.

O NDE do curso de Agronomia possui atribuições acadêmicas de acompanhamento e atuação na concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é o órgão consultivo responsável pela concepção, atualização e revitalização do Projeto Pedagógico do curso e tem por finalidade elaborar a política de ensino e extensão contemplados no PPC, e acompanhar a sua execução.

O Núcleo docente do Curso de graduação em Agronomia atende à Resolução n.º 01/CONAES de 17 de junho de 2010, sendo composto por 5 docentes com atuação

no curso, sendo 04 docentes em regime de tempo integral e 01 docente em regime de tempo parcial. Além disso, todos os integrantes do NDE possuem titulação em nível de pós-graduação lato sensu e/ou stricto sensu.

Composição do NDE:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	Ana Paula de Aguiar Berger	Mestre	Integral	Ciências Biológicas/ /Agronomia
02	Dora Marchiori Silva Neves	Doutora	Integral	Agronomia/ Fitopatologia
03	Luiz Fernandes Cardoso Campos	Doutor	Integral	Agronomia/Agronomia
04	Priscila Pereira do Nascimento	Doutora	Integral	Zootecnia
05	Renato Carrer Filho	Doutor/ PhD	Parcial	Agronomia/ Fitossanidade

a) REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O presente regulamento visa estabelecer a estrutura organizacional do Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Graduação da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, conforme a Resolução n.º 01 de 17 de junho de 2010 da Comissão Nacional de Avaliação.

CAPÍTULO I

DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) dos cursos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é o órgão executivo e consultivo responsável pela concepção, atualização e revitalização do Projeto Pedagógico do curso e tem por finalidade elaborar e implantar a política de ensino, iniciação científica e extensão e acompanhar a sua execução, possuindo caráter deliberativo e normativo em sua esfera de decisão.

Parágrafo Único – É vedado ao Núcleo Docente Estruturante – NDE deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses da Instituição.

CAPÍTULO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 2º. Atribuições do NDE:

- I- Apoiar as ações da coordenação;
- II- Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- III- Zelar pela integralização interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- IV- Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de iniciação científica e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- V- Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso;
- VI- Estabelecer o perfil profissional do egresso do curso;
- VII- Atualizar periodicamente o projeto pedagógico do curso;
- VIII- Conduzir os trabalhos de reestruturação curricular, para aprovação no Colegiado de Curso, sempre que necessário;
- IX- Supervisionar as formas de avaliação e acompanhamento do curso definidas pelo Colegiado;
- X- Elaboração e implantação do Plano de melhorias acadêmicas;
- XI - Organização e divulgação dos eventos internos e externos;
- XII- Elaborar planos de melhorias do curso possibilitando um melhor desempenho dos acadêmicos no ENADE;
- XIII- Analisar e avaliar os Planos de Ensino dos componentes curriculares;

CAPÍTULO III**DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

Art. 3º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE é composto por um mínimo de 5 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% dos seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho em tempo parcial ou integral sendo pelos menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso;

Parágrafo 1º- A titulação, a formação acadêmica e o regime de trabalho dos membros do NDE seguem as legislações vigentes expedidas pelo órgão federal.

Parágrafo 2º - Coordenador do Curso é o responsável por convocar e também participa das reuniões de NDE. Em caso de faltas e impedimentos será substituído pelo membro do Núcleo Docente Estruturante - NDE mais antigo no magistério.

Art. 4º. A indicação dos representantes docentes para a composição do NDE de cada curso será feita pelo Coordenador de Curso e aprovada pela Diretoria da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP tendo sempre por base os professores lotados no curso naquele período e garantindo a permanência mínima de membros, desde o último ato regulatório, em conformidade com a legislação vigente, expedida pelo órgão federal.

CAPÍTULO IV DAS REUNIÕES

Art. 5º. O Núcleo Docente Estruturante - NDE reúne-se ordinariamente, uma vez por bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros.

Parágrafo 1º - A convocação de todos os seus membros é feita pelo Coordenador de Curso mediante aviso com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião;

Parágrafo 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, desde que todos os membros do Núcleo Docente Estruturante – NDE tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados;

Parágrafo 3º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE salvo quorum estabelecido por lei ou por este Regulamento, funciona e delibera, normalmente, com a presença da maioria absoluta de seus membros;

Parágrafo 4º - O Núcleo Docente Estruturante - NDE poderá requisitar junto à Secretaria da Faculdade, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 6º. A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- I leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- II expediente;
- III ordem do dia;

IV outros assuntos de interesse geral.

Parágrafo 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário assuntos de urgência, a critério do Núcleo Docente Estruturante – NDE, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

Parágrafo 2º - A ata circunstanciada das reuniões, será lavrada por um dos membros do Núcleo Docente Estruturante - NDE, que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 7º. Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 8º. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- I Em todos os casos a votação é em aberto;
- II Qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;
- III Nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- IV Não são admitidos votos por procuração.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 10º - O presente regulamente entra em vigor após aprovação pelo Conselho Superior.

3.2 Atuação do Coordenador

Compete à coordenação administrar o curso de maneira que viabilize o processo educacional a que se propõe. Há a disponibilidade de carga horária satisfatória para a execução das atividades pertinentes à função, sendo elas, de assessoramento pedagógico ao professor, orientação didático-pedagógica ao

discente, planejamento e execução das políticas educacionais do curso, supervisão das atividades extras sala de aula, assim como a elaboração e despacho de documentos oficiais e de normatização, sempre em consonância com as políticas institucionais e com a legislação pertinente, bem como em sintonia com o Colegiado do Curso.

A Coordenação do Curso de graduação em Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP será exercida pela professora Dora Marchiori Silva Neves⁹.

A professora e coordenadora é Dora Marchiori Silva Neves, Doutora em Fitopatologia pela Universidade Federal de Viçosa (2005), Mestre em Fitossanidade pela Universidade Federal de Pelotas (2001), com Aperfeiçoamento em Fitobacteriologia e graduação em Agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (1999 e 1997, respectivamente). Tem experiência nas áreas de Fitopatologia e Produção Vegetal, atuando principalmente nas áreas de indução de resistência de plantas a patógenos, promoção de crescimento e controle biológico, pesquisa básica em bacteriologia e bactérias fitopatogênicas em geral, métodos alternativos de controle de doenças de plantas, biopesticidas e epidemiologia de doenças de plantas.

Tem experiência profissional no magistério superior de 11 anos, atuando como docente nos cursos de Agronomia e Tecnólogo em Sucroalcooleiro. Atua também em cargos de gestão acadêmica, como Coordenadora de Trabalho de Conclusão de Curso em Agronomia (2011 a 2019), Ciências Biológicas (2016 e 2017) e Tecnólogo em Sucroalcooleiro (2010 e 2011), atuando também em orientação de Estágio Supervisionado Obrigatório nos cursos de Agronomia e Tecnólogo em Sucroalcooleiro. Neste ano de 2019 atua também como docente no âmbito do PRONATEC/MEDIOTEC.

Possui disponibilidade de tempo integral para coordenação do curso o que possibilita o atendimento da demanda, considerando a gestão do curso, a relação com os docentes, discentes e a representatividade nos colegiados superiores, por meio da elaboração de um plano de ação documentado e compartilhado, que preveja indicadores de desempenho da coordenação a serem disponibilizados publicamente, e o planejamento da administração do corpo docente do seu curso, favorecendo a integração e a melhoria contínua. Também fará parte integrante do NDE realizando estudos e atualização periódica, verificando o impacto do sistema de avaliação de

⁹Link do Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2295500997409478>

aprendizagem na formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho; e planejamento dos procedimentos para permanência de parte de seus membros. Será membro do colegiado de curso.

A coordenadora do Curso de graduação em Agronomia possui uma formação que lhe permite ter domínio do desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso.

REGIME DE TRABALHO

A coordenadora do Curso de graduação em Agronomia será contratada em regime de tempo integral, com 40 horas de atividades semanais, estando prevista carga horária para coordenação, administração e condução do curso.

3.3 Articulação da gestão do curso com a gestão institucional

A articulação da gestão do curso com a gestão institucional se dará mediante o desenvolvimento das seguintes ações:

- Realização de reuniões com os professores do curso antes do início de cada semestre para discussão dos planos de ensino das disciplinas: dados de identificação, ementários, objetivos, conteúdos programáticos, metodologia de ensino-aprendizagem, metodologia de avaliação, bibliografias e cronograma;
- Levantamento junto aos registros acadêmicos da frequência, dos índices de evasão, dos trancamentos, dos resultados das avaliações, dentre outros aspectos, com o intuito de acompanhar o desempenho do discente;
- Levantamento junto aos docentes dos níveis de facilidades e dificuldades encontradas na administração das aulas;
- Promoção de reuniões com profissionais da área, dos setores público e privado da região;
- Realização sistemática de reuniões com os representantes estudantis em conjunto com os líderes de cada período do curso. Realização de avaliações sistemáticas do desempenho docente e discente, tanto de cunho quantitativo quanto qualitativo.

- Revisão sistemática do projeto pedagógico do Curso como um todo com a participação dos segmentos envolvidos no processo, tanto do âmbito interno como externo;
- Revisão sistemática dos procedimentos acadêmicos e administrativos utilizados pelo curso;
- Revisão dos meios de comunicação utilizados para os públicos internos e externos;
- Organização de atividades extracurriculares para promover a integração do corpo docente e discente, bem como, para complementar a aprendizagem dos alunos, com conhecimentos não programados no currículo que podem ser programados, por exemplo, em forma de seminários, *workshops*, etc;
- Realização de avaliações sistemáticas dos conteúdos ministrados em cada período no final do semestre;
- Coordenação da matrícula e supervisionar o trabalho de orientação acadêmica;
- Articulação das atividades acadêmicas desenvolvidas para o curso no sentido de propiciar a melhor qualidade do ensino;
- Coordenação da programação do horário de provas finais junto aos respectivos departamentos.

3.4. Funcionamento do Colegiado de Curso

A composição e funcionamento do colegiado de curso têm previsão regimental e regulamentação própria, as quais se comprovam através de documentos oficiais da Instituição. Destaca-se que a constituição e as atribuições do colegiado conferem excelente representatividade e importância nas decisões sobre os assuntos acadêmicos.

As instâncias coletivas de deliberação e discussão de questões inerentes ao desenvolvimento e busca de excelência do curso contam com o Núcleo docente Estruturante NDE, Colegiado de Curso e Conselho Superior, além de reuniões com todos os professores. Todas as reuniões serão devidamente documentadas e repassadas ao grupo de professores do curso.

A Faculdade é administrada por órgãos Conselho de Superior, Colegiado Geral, órgãos de apoio e outros serviços destinados a complementar as atividades da

Faculdade, na forma de seu Regimento. Esses órgãos podem ser divididos de acordo com a sua missão, competências e atribuições regimentais.

A Coordenação do curso é a unidade básica da estrutura da Faculdade para todos os efeitos de organização acadêmica, administrativa, didático-científica e administração de pessoal, sendo integrado pelo coordenador e o colegiado do curso. O colegiado do curso reúne-se em separado, ordinariamente, em datas fixadas em calendário acadêmico e extraordinariamente quando convocados pelo coordenador ou a requerimento de um terço de seus membros. O Colegiado de Curso será integrado pelos seguintes membros:

- o Coordenador do Curso, que o preside;
- por 3 (três) representantes do corpo docente do curso, com mandato de um ano, podendo haver recondução;
- um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser renovado.

Ao Colegiado de Curso aplicam-se as seguintes normas:

- o Colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide com maioria simples, salvo nos casos previstos no Regimento;
- o presidente do Colegiado, além de seu voto, tem, nos casos de empate, o voto de qualidade;
- as reuniões que não se realizem em datas pré-fixadas no calendário acadêmico são convocadas com antecedência mínima de quarenta e oito horas, salvo em caso de urgência, constando da convocação a pauta dos assuntos;
- as reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer número;
- das reuniões é lavrada ata, lida e assinada na mesma reunião ou na seguinte;
- é obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade o comparecimento dos membros às reuniões dos colegiados.

O Colegiado de Curso reúne-se bimestralmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria Geral, pelo Coordenador de curso, por iniciativa própria ou a requerimento de 2/3 dos seus membros, com indicação do motivo e convocado com antecedência mínima de 48 horas.

Compete ao Colegiado de Curso:

- deliberar sobre o projeto pedagógico do curso, atendidas as diretrizes curriculares nacionais e as normas fixadas pelo Conselho Superior;
- deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas ou unidades curriculares;
- emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e de extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho Superior;
- pronunciar-se, em grau de curso, sobre aproveitamento e adaptação de estudos, assim como sobre aceleração e recuperação de estudos;
- opinar, quando consultado, sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- aprovar o plano e o calendário anual de atividades do Curso, elaborado pelo Coordenador;
- promover a avaliação periódica do curso; e
- exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

Composição do Colegiado para o primeiro ano do curso:

	Professor	Titulação	Regime de Trabalho	Formação
01	Dora Marchiori Silva Neves	Doutora	Integral	Agronomia/Fito patologia
02	Luiz Fernandes Cardoso Campos	Doutor	Integral	Agronomia/ Agronomia
03	Discente – a nomear			

a) REGULAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DOS CURSOS

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Art. 1º. O Curso é a unidade básica da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP para todos os efeitos de organização administrativa e didático-científica, sendo integrado pelos professores das disciplinas e unidades curriculares que compõem o seu currículo, pelos alunos nele matriculados, e pelo pessoal técnico-administrativo nele lotado.

Parágrafo Único. O Curso é integrado pelo Colegiado de Curso, para as funções deliberativas, e pela Coordenadoria de Curso, para as tarefas executivas.

CAPITULO II

DO COLEGIADO DOS CURSOS

Art. 2º. O Colegiado de Curso, subordinado à Coordenação do Curso, órgão consultivo, deliberativo e de assessoramento em questões didático-pedagógicas e administrativas do ensino, tem a seguinte composição:

- I O Coordenador de Curso, que o preside;
- II corpo docente do curso, escolhidos por seus pares, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidos;
- III um representante do corpo discente, indicado pelo Diretório ou Centro Acadêmico do Curso, com mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzido.

CAPITULO III

MANDATOS DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 3º. Os membros do Colegiado de Curso têm os seguintes mandatos:

- I coincidente com o tempo de permanência no cargo consignado, no caso do Coordenador do Curso;
- II um ano para os representantes docentes, condicionado ao exercício da docência no curso, devendo ser substituído no caso de inexistência de vínculo com o curso;
- III um ano para o representante discente.
- IV Os membros do colegiado poderão ser reconduzidos aos cargos mediante indicação e seus pares, inclusive o representante discente que poderá ser reconduzido.

CAPÍTULO IV

DAS REUNIÕES

Art. 4º. Os Colegiados dos Cursos reúnem-se ordinariamente, duas vezes por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador ou por 2/3 dos seus membros.

Parágrafo 1º - As convocações ordinárias são definidas pelo calendário acadêmico. As convocações extraordinárias de todos os seus membros é feita pelo Coordenador de Curso mediante aviso com pelo menos 48 (quarenta e oito) horas antes da hora marcada para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

Parágrafo 2º - Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, desde que todos os membros do Colegiado tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo 3º - O Colegiado, salvo *quorum* estabelecido por lei ou por este Regulamento, funciona e delibera normalmente com a presença da maioria absoluta de seus membros;

Art. 5º. A pauta dos trabalhos das sessões ordinárias será obrigatoriamente a seguinte:

- I leitura e aprovação da Ata da sessão anterior;
- II expediente;
- III ordem do dia;
- IV outros assuntos de interesse geral.

Parágrafo 1º - Podem ser submetidos à consideração do plenário assuntos de urgência, a critério do Colegiado, que não constem da Ordem do Dia, se encaminhados por qualquer um de seus membros;

Parágrafo 2º - A ata circunstanciada das reuniões, será lavrada por um dos membros do Colegiado, que, depois de lida e aprovada é assinada pelos membros presentes na reunião.

Art. 6º. Todo membro do Colegiado tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 7º. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

- I Em todos os casos a votação é em aberto;
- II Qualquer membro do Colegiado pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;

- III Nenhum membro do Colegiado deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;
- IV Não são admitidos votos por procuração.

CAPITULO V

COMPETÊNCIAS DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 8º. Compete ao Colegiado do Curso:

- I distribuir encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitadas as especialidades;
- II deliberar sobre os programas e planos de ensino das disciplinas e unidades curriculares;
- III emitir parecer sobre os projetos de ensino, pesquisa e extensão que lhe forem apresentados, para decisão final do Conselho Superior;
- IV pronunciar-se sobre aproveitamento de estudos e adaptações de alunos;
- V opinar sobre admissão, promoção e afastamento de seu pessoal docente;
- VI aprovar o plano e o calendário anual de atividades do curso, elaborado pelo Coordenador; e
- VII exercer as demais competências que lhe sejam previstas em lei e no Regimento.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES AO FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DO CURSO

Art. 9º. Às reuniões dos órgãos colegiados aplicam-se as seguintes normas:

- I os órgãos colegiados têm regulamentos internos próprios, respeitadas as disposições constantes no Regimento Interno da IES;
- II o colegiado funciona com a presença da maioria absoluta de seus membros e decide por maioria de votos dos presentes, salvo nos casos previstos neste Regimento em que se exija *quorum* e votação especial;
- III as reuniões de caráter solene são públicas e funcionam com qualquer *quorum*;

- IV nas votações o Presidente do colegiado tem voto ordinário e, no caso de empate, decide por meio do voto de qualidade;
- V nenhum membro do colegiado pode participar de sessão em que aprecie matéria de seu particular interesse;
- VI ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro do órgão colegiado pode recusar-se a votar;
- VII as reuniões são convocadas pelo presidente, mediante edital, com antecedência mínima de 48 horas, em primeira convocação, ou de 24 horas em convocação subsequente, constando da convocação a ordem do dia;
- VIII as reuniões são lavradas em atas, em livro próprio, lidas, aprovadas e assinadas pelo secretário, presidente e por todos os presentes, na mesma sessão ou na seguinte;
- IX o comparecimento dos membros do colegiado às reuniões plenárias é de caráter obrigatório e tem preferência sobre qualquer outra atividade acadêmica, perdendo o mandato aquele que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a mais de duas reuniões consecutivas ou quatro alternadas;
- X as presenças são registradas em livro próprio de cada colegiado, mediante a aposição das assinaturas dos presentes;
- XI em caso de urgência manifesta, o presidente pode decidir *ad referendum*, sobre matéria de competência do colegiado, devendo submeter o seu ato, mediante justificativa, à ratificação na reunião imediata que se realizar;
- XII sempre que o assunto e interesse da matéria exigir, a critério do Diretor Geral, os colegiados podem se reunir e tomar decisões conjuntas, desde que convocados para esse fim, sendo lavrada ata de reunião conjunta e sancionados os atos decorrentes com as especificações necessárias.
- XIII orientar e acompanhar a vida acadêmica, bem como proceder adaptações curriculares dos alunos do curso;
- XIV deliberar sobre requerimentos de alunos no âmbito de suas competências;
- XV deliberar sobre transferências ex officio;

- XVI aprovar o horário de aulas;
- XVII Elaborar e aprovar o Relatório Anual de Atividades; e
- XVIII outras competências definidas pelo Regimento Interno da Unidade;
- XIX definir critérios para avaliação de programas de estágio e de monitoria bem como a elaboração das mesmas;
- XX apresentar ao Conselho Superior proposta de mudanças curriculares;

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10º. Este Regulamento entra em vigor a partir de sua aprovação pelo Colegiado de Curso, ratificada pelo Conselho Superior, revogando-se disposições anteriores.

Art. 11º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento serão apreciados pela Direção.

IV. CORPO DISCENTE

4.1 Apoio ao Discente

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP proporcionará o atendimento extraclasse, realizado por todos os setores da instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Coordenadoria do Curso, Professores em TI e TP, entre outros), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP desenvolverá o serviço de atendimento psicopedagógico ao discente, denominado Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD), para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente. Tem por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos docentes, técnicos administrativos e discentes, e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades.

Contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes. Este serviço é coordenado por um profissional com formação na área de psicologia e/ou psicopedagogia e o atendimento deve ser caracterizado por orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenador do Curso ou àqueles que procurarem o serviço espontaneamente.

Programa de atendimento extraclasse da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP consiste no atendimento aos alunos pelos professores e tem como objetivos:

- Propiciar ao aluno um espaço e momento para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas pertinentes à matéria;
- Permitir ao professor desenvolver atividades destinadas a sedimentar, junto aos alunos, os conhecimentos transmitidos em sala de aula;
- Nivelar turmas heterogêneas, que se encontrem em diferentes estágios dentro do processo de conhecimento.

O atendimento extra classe será desenvolvido nas dependências da Faculdade, conforme o procedimento prescrito a seguir:

- I Verificada a dificuldade na aprendizagem de determinada disciplina, o aluno(s), deverá encaminhar ao Coordenador do respectivo curso, um requerimento solicitando um atendimento especial do professor.
- II Do requerimento, disponibilizado na Coordenadoria de Cursos, deverá constar:
 - a) Identificação do curso, da disciplina e respectiva turma, bem como do professor;
 - b) Justificativa do pedido;
 - c) Relação de temas/conteúdos a serem abordados pelo professor;
 - d) Indicação da data de início do(s) plantão(ões) do professor;
 - e) Disponibilidade de horário do aluno (s).
- III O requerimento deverá ser protocolado junto à Coordenação de Cursos até 07 (sete) dias úteis antes da data sugerida para o primeiro plantão.
- IV O Coordenador de Curso deverá se manifestar a respeito do requerimento dentro de 03 (três) dias úteis a contar do seu protocolo.
 - a) Avaliar os requerimentos para realização dos plantões, face à justificativa apresentada;
 - b) Contatar o professor da disciplina, expondo ao mesmo as alegações contidas no requerimento;
 - c) Deferido o pedido, organizar o(s) plantão (ões) de comum acordo entre o professor e os alunos;
 - d) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos através dos relatórios apresentados pelo professor/tutor, bem como pelo instrumento de avaliação respondido pelos alunos;
 - e) Manter a Diretoria da IES informada a respeito de todos os pedidos encaminhados, bem como das providências tomadas.

Constituem atribuições do Professor/Tutor:

- Definição de um plano de trabalho, em conjunto com o Coordenador, a partir do teor do requerimento apresentado pelos alunos;
- Solicitar a participação de um monitor, escolhido dentre os alunos da classe, para auxiliá-lo durante os plantões;
- Por ocasião dos plantões, retomar o conteúdo para esclarecimento de dúvidas, indicar a bibliografia destinada ao aprofundamento da disciplina, desenvolver estudo de casos, propiciar a aplicação prática dos conhecimentos transmitidos

e demais atividades destinadas ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem;

- Registrar o comparecimento dos alunos e monitor(es) através da respectiva lista de presença;
- Apresentar ao Coordenador de Curso relatório sobre as atividades desenvolvidas, bem como os resultados alcançados.

O número de plantões, bem como sua duração, serão definidos pelo Coordenador de Curso, de acordo com a dotação orçamentária destinada ao Programa de Atendimento Extraclasse.

Os plantões não poderão ser realizados em horários coincidentes com as aulas. Os recursos necessários aos plantões tais como salas de aula, aparelhos audiovisuais, laboratórios de informática, etc., deverão ser previamente agendados.

4.2 Ouvidoria

A Ouvidoria Acadêmica da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP é um órgão interno que representa o mecanismo de interação entre a comunidade acadêmica ou externa e as instâncias administrativas da IES, visando contribuir para o aperfeiçoamento da gestão institucional.

A Ouvidoria Acadêmica é nomeada e subordinada à Direção Geral e não possui poder deliberativo, executivo e de julgamento. No entanto, desde que observadas às disposições legais, estatutárias e regimentais aplicáveis, o Ouvidor exercerá suas funções com independência e autonomia.

4.3 Assessoria Pedagógica

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP proporcionará o atendimento extraclasse, realizado por todos os setores da instituição (Secretaria Acadêmica, Biblioteca, Coordenadoria do Curso, Professores em TI e TP, entre outros), a fim de proporcionar ao discente ambiente adequado ao êxito da aprendizagem.

O programa de atendimento extraclasse da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP concernente ao atendimento dos alunos pelos professores e tem como objetivos:

- Propiciar ao aluno um espaço e momento para esclarecimento de dúvidas e aprofundamento de temas pertinentes à matéria;
- Permitir ao professor desenvolver atividades destinadas a sedimentar, junto aos alunos, os conhecimentos transmitidos em sala de aula;
- Nivelar turmas heterogêneas, que se encontrem em diferentes estágios dentro do processo de conhecimento.

O atendimento extraclasse será desenvolvido nas dependências da Faculdade, conforme o procedimento prescrito a seguir:

- I. Verificada a dificuldade na aprendizagem de determinada disciplina, os alunos, deverão encaminhar ao Coordenador do respectivo curso, um requerimento solicitando um atendimento especial do professor.
- II. Do requerimento, disponibilizado na Coordenadoria de Cursos, deverá constar:
 - a) Identificação do curso, da disciplina e respectiva turma, bem como do professor;
 - b) Justificativa do pedido;
 - c) Relação de temas/conteúdos a serem abordados pelo professor;
 - d) Indicação da data de início do(s) plantão(ões) do professor;
 - e) Disponibilidade de horário dos alunos.
- III O requerimento deverá ser protocolado junto à Secretaria da Coordenadoria de Cursos até 07 (sete) dias úteis antes da data sugerida para o primeiro plantão.
- IV O Coordenador de Curso deverá se manifestar a respeito do requerimento dentro de 03 (três) dias úteis a contar do seu protocolo, devendo:
 - a) Avaliar os requerimentos para realização dos plantões, face à justificativa apresentada;
 - b) Contatar o professor da disciplina, expondo ao mesmo as alegações contidas no requerimento;
 - c) Deferido o pedido, organizar o(s) plantão (ões) de comum acordo entre o professor e os alunos;
 - d) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos através dos relatórios apresentados pelo professor/tutor, bem como pelo instrumento de avaliação respondido pelos alunos;
 - e) Manter a Diretoria da IES informada a respeito de todos os pedidos encaminhados, bem como das providências tomadas.

Constituem atribuições do Professor/Tutor:

- Definição de um plano de trabalho, em conjunto com o Coordenador, a partir do teor do requerimento apresentado pelos alunos;
- Solicitar a participação de um monitor, escolhido dentre os alunos da classe, para auxiliá-lo durante os plantões;
- Por ocasião dos plantões, retomar o conteúdo para esclarecimento de dúvidas, indicar a bibliografia destinada ao aprofundamento da disciplina, desenvolver estudo de casos, propiciar a aplicação prática dos conhecimentos transmitidos e demais atividades destinadas ao enriquecimento do processo de ensino-aprendizagem;
- Registrar o comparecimento dos alunos e monitor(es) através da respectiva lista de presença;
- Apresentar ao Coordenador de Curso relatório sobre as atividades desenvolvidas, bem como os resultados alcançados.

O número de plantões, bem como sua duração, serão definidos pelo Coordenador de Curso, de acordo com a dotação orçamentária destinada ao Programa de Atendimento Extraclasse.

Os plantões não poderão ser realizados em horários coincidentes com as aulas. Os recursos necessários aos plantões tais como salas de aula, aparelhos audiovisuais, laboratórios de informática, etc., deverão ser previamente agendados.

4.4 Atendimento Psicopedagógicos

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP desenvolve o serviço de atendimento psicopedagógico ao discente e docente, denominado Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD), para atender, mediar e solucionar situações que possam surgir no decorrer da vida acadêmica do corpo discente.

Tem por objetivo oferecer acompanhamento psicopedagógico aos discentes e subsídios para melhoria do desempenho de alunos que apresentem dificuldades. Contribui para o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem em geral, recuperando as motivações, promovendo a integridade psicológica dos alunos, realizando a orientação e os serviços de aconselhamento e assegurando sua adaptação, especialmente, dos ingressantes.

Este serviço é coordenado por um profissional com formação na área de psicologia e/ou psicopedagogia e o atendimento deve ser caracterizado por

orientações individuais a alunos encaminhados pelos professores, Coordenador do Curso ou àqueles que procurarem o serviço espontaneamente.

4.5 Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente - NUPADD

Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD) é um órgão de apoio acadêmico e tem por finalidade apoiar os alunos da Instituição no desenvolvimento do seu curso de graduação.

O Núcleo Psicopedagógico de Apoio ao Discente e Docente (NUPADD) consiste em uma ação multidisciplinar voltada para o atendimento e orientação dos acadêmicos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, no que tange ao acompanhamento, orientação e superação das dificuldades que venham a apresentar e que afetem o desempenho dos mesmos.

O NUPADD se organiza como um núcleo adjunto as Coordenações cursos, com a finalidade de prestar auxílio aos acadêmicos e assegurar continuidade no processo de acompanhamento dos discentes ao longo de sua trajetória acadêmica.

A proposta do NUPADD é oferecer apoio ao pleno desenvolvimento acadêmico e profissional dos discentes, por meio de atendimento de questões específicas e emergentes ao longo do processo educativo visando contribuir para o acompanhamento e orientação geral nos estudos.

4.6 Nivelamento

O Programa de Nivelamento apresenta-se como uma das ações necessárias para a adaptação dos discentes no ensino superior que, além de experimentarem uma forte transição metodológica, trazem consigo muitas diferenciações em níveis de conhecimentos básicos.

O sistema de nivelamento tem por objetivo diminuir as diferenças de conhecimento básico necessário como pré-requisitos para determinado curso superior. O nivelamento é uma forma de proporcionar um equilíbrio de conhecimento em determinado assunto na turma que foi composta no início de cada curso, com isto as dificuldades de conhecimentos anteriores que deveriam ser advindos do ensino médio são supridas.

O Programa de Nivelamento tem caráter acadêmico pedagógico e de assistência ao aluno. Deverá ser realizado, sistematicamente, mediante diagnóstico dos alunos com dificuldade de aprendizagem e carência no domínio dos conteúdos, nos dois primeiros períodos, paralelamente, às demais disciplinas.

Esse programa objetiva reduzir problemas de desistência e reprovação nos períodos iniciais, possibilitar ao aluno a revisão e aprendizagem de conteúdos básicos e indispensáveis à aprendizagem em cursos superior e produzir metodologias que facilitem os estudos e o resgate dos conteúdos não assimilados pelos egressos do ensino médio. Os programas e as atividades de nivelamento são organizados por professores, admitindo-se também, alunos em regime de monitoria, e gerenciados pela Coordenação do Curso.

São consideradas atividades de nivelamento: cursos, seminários, oficinas, aulas em disciplinas básicas ou específicas, assim relacionadas, como Língua Portuguesa e Informática e matemática.

4.7 Monitoria

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, através do Programa de Monitoria, institui monitores e bolsistas de iniciação científica, admitindo alunos regulares, selecionados pela Direção acadêmica em articulação com as Coordenações de Curso e designados pelo Diretor Acadêmico, dentre os estudantes que tenham demonstrado rendimento satisfatório na disciplina ou área de monitoria, bem como, aptidão para as atividades auxiliares de ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica.

A monitoria e a bolsa de iniciação científica não implicam em vínculo empregatício e são exercidas sob a orientação de um professor e/ou de um profissional credenciado pela Faculdade, vedada a utilização de monitor e/ou bolsista para ministrar aulas teóricas ou práticas correspondentes à carga horária regular de disciplina curricular.

4.8 Tutoria

A tutoria adquire uma importância fundamental, com a característica de orientação de estudos, de organização das atividades individuais e grupais, e de

incentivo ao prazer das descobertas; representando da melhor forma, a imagem, a presença e a relação de confiabilidade entre a instituição e seus alunos.

A tutoria será desempenhada por profissionais que demonstrem não só conhecimento do conteúdo da área, mas também competência para trabalhar com grupos, orientar e estimular estudos. Será não somente um professor, mas, sobretudo, um incentivador animador. Espera-se selecioná-los entre professores da rede de ensino, alunos das pós-graduações ou outros profissionais de nível superior que apresentem os requisitos citados.

Esta proposta prevê dois tipos de tutorias: a tutoria presencial e a tutoria à distância.

4.8.1 Tutor presencial

A tutoria presencial será realizada, através de professores especialmente treinados para exercê-la, e será individual e grupal quando necessário.

A tutoria presencial individual estará disponível todos os dias da semana, e visará, sobretudo, a orientação de estudos e o acompanhamento do aluno na sua adaptação à modalidade de ensino. Terá o papel de ajudá-lo na organização dos horários, na maneira de estudar, na superação das dificuldades de ser um “aluno à distância”.

A tutoria presencial grupal ocorrerá sempre que as atividades dos componentes curriculares exigirem trabalhos coletivos. Terá o papel de organização e dinamização dos grupos, estimulando o trabalho cooperativo.

O atendimento individual se dará uma vez por semana ao aluno que a procure, mas também será grupal, organizando e promovendo o compartilhamento de experiências, o confronto das ideias, a formação de atitudes.

4.8.2 Tutor à distância

A tutoria à distância acompanha, supervisiona e orienta o desenvolvimento teórico-prático do curso. É responsável pelo recebimento e avaliação das atividades realizadas a distância pelos alunos e acompanha presencialmente parte das atividades práticas e de campo.

O perfil do tutor deve ser, preferencialmente, um professor com mestrado ou doutorado na área ou pós-graduação na área ou em áreas correlatas.

4.9 Requisitos de titulação e experiência profissional

Os tutores da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, na forma do Plano de Carreira, serão distribuídos em dois regimes de trabalho: Regime de Tempo Integral (RTI) e Regime de Tempo Parcial (RTP). O Regime de Tempo Integral (RTI) será exercido pelos tutores que preencherem cumulativamente os seguintes requisitos: dedicação exclusiva, assim compreendida a ausência de vínculo empregatício do docente com outra instituição, pública ou privada, de ensino ou não; possuir a titulação de Mestre ou Doutor; possuir experiência acadêmica igual ou superior a 3 (três) anos e experiência em EaD. A carreira dos docentes em Regime de Tempo Parcial (RTP) será constituída por uma única categoria, preenchendo os mesmos requisitos do RTI, composta apenas por professores HORISTAS, aos quais a faculdade destinará cargas horárias que poderão variar de 12 (doze) a 40 (quarenta) horas semanais.

4.10 Política de Qualificação e Plano de Carreira

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, tem diferentes iniciativas de formação contínua em apoio à prática docente, oferece treinamento com o uso de plataformas virtuais de aprendizagem e cursos, como o de Formação de Tutores, além dos Cursos de Extensão, complementando a formação oferecida aos tutores, atendendo a demandas locais identificadas pelo processo de avaliação institucional.

O Curso de Formação de Tutor em EaD é oferecido regularmente e subsidiado aos docentes e tutores da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, como forma de qualificação continuada para atualizar a capacidade de uso e apropriação de novas tecnologias no processo educativo.

No curso, o fundamental não são as tecnologias em si, mas os seus usos em ambientes propícios à aprendizagem, tendo como meio os recursos tecnológicos, construindo ambientes de aprendizagem cooperativa permeada por um estilo de relacionamento afetivo adequado. Este curso propõe aos professores/tutores da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, novas maneiras de ensinar, de aprender, de

educar. Compõe-se de temas que se complementam para a construção de ambientes educacionais efetivos: aprendizagem cooperativa e tecnologias educacionais.

Com objetivo de realizar um processo formativo que tenha como ponto de partida a experiência docente dos professores/tutores, estimulando-os a refletirem e a reconstruírem suas práticas, de modo a contribuir para a consolidação coletiva do perfil docente desejado pela Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. O curso articula atividades em ambiente virtual de aprendizagem com atividades presenciais, distribuídas em módulos, corroborando para a qualificação e atualização do corpo docente/tutores.

O Plano de Carreira Docente da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP regula as condições de ascensão funcional do professor/tutor, dentro do seu regime específico de trabalho, estabelecendo critérios e condições em conformidade com a Convenção Coletiva de Trabalho, bem como o disposto nos atos administrativos internos à Faculdade Impacto de Porangatu - FIP.

4.11 Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior FIES

O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não têm condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

Criado em 1999 para substituir Programa de Crédito Educativo – PCE/CREDUC, o FIES tem registrado uma participação cada vez maior das Instituições de Ensino Superior – IES e dos estudantes do país. Em 2007 foram 1.046 mantenedoras, 1.459 IES, 2.080 campi em todo Brasil. Desde 1999 já são mais de 500 mil estudantes beneficiados, com uma aplicação de recursos da ordem de R\$ 4,6 bilhões entre contratações e renovações semestrais dos financiamentos desde a criação do programa.

A única forma de ingressar no Programa é mediante participação em Processo Seletivo de candidatos ao financiamento através do Site da Caixa Econômica Federal (www3.caixa.gov.br/fies) e do Banco do Brasil (WWW.bb.gov.br/fies), de modo a

garantir a democratização de acesso ao FIES e, conseqüentemente, ao ensino superior.

A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos bolsistas parciais, beneficiados com bolsa de 50%, do PROUNI – Programa Universidade para Todos. Apenas para este público já foram realizadas mais de 4,6 mil contratações.

Os critérios de seleção, impessoais e objetivos, têm como premissa atender à população com efetividade, destinando e distribuindo os recursos de forma justa e igualitária, garantindo a prioridade no atendimento aos estudantes de situação econômica menos privilegiada.

4.12 Programa Universidade para Todos PROUNI

O Programa Universidade para Todos PROUNI é um programa do Ministério da Educação, criado pelo Governo Federal em 2004, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais (meia-bolsa) pra cursos de graduação e sequencias de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos. É um benefício concedido ao estudante, na forma de desconto parcial ou integral. Sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas.

Os estudantes que atendam aos critérios definidos no programa podem concorrer a dois tipos de bolsa de estudo:

1. Instituições com fins lucrativos e sem fins lucrativos não beneficentes:
 - Bolsa integral: o estudante deverá ter renda familiar per capita de, no máximo, um salário mínimo e meio.
 - Bolsa parcial (meia bolsa): o estudante deverá ter renda familiar per capita de, no máximo, três salários mínimos.
2. Público que poderá ser atendido pelo programa:
 - Estudantes que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituição privada na condição de bolsista integral.
 - Estudante que tenha feito o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM (ano vigente).
 - Estudante portador de necessidades especiais.

- Professor da rede pública de ensino que se candidate a cursos de licenciatura destinada ao magistério e educação básica e pedagogia, independente da renda.

Só pode se candidatar ao ProUni o estudante que tiver participando do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM referente a cada ano e obtido a nota mínima de 45 pontos. Não são consideradas as notas obtidas nos ENEMs anteriores. Os Resultados do ENEM são usados como critério para a distribuição das bolsas de Estudo, isto é, as bolsas são distribuídas conforme as notas obtidas pelos estudantes no ENEM. Assim, os estudantes que alcançarem as melhores notas no exame terão maiores chances de escolher o curso e a instituição em que estudarão.

O ProUni visa atender as necessidades da população mais pobre do país, a qual fez o Ensino Básico em escola pública ou particular com bolsa integral.

V. INFRAESTRUTURA FÍSICA E RECURSOS DE APOIO PARA O CURSO

5.1 Gabinete de Trabalho para Professores de Tempo Integral e Parcial

Os gabinetes de trabalho para os docentes em tempo integral (TI) do curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP possuem infraestrutura necessária no que tange a equipamentos (computadores conectados a internet) e pessoal, e obedecem às normas de salubridade e segurança. Além disso, contam com os Laboratórios instalados no primeiro andar, para o desenvolvimento das atividades administrativas e didático-pedagógicas.

O NDE compartilha com a CPA, sala para reuniões e atividades, este ambiente possui horários agendados para o melhor aproveitamento das atividades acadêmicas.

5.2 Espaço de Trabalho para Coordenação e Serviços Acadêmicos

O gabinete de trabalho para a Coordenadora do Curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP possui infraestrutura necessária no que tange a equipamentos (computadores conectados a internet) e pessoal e obedecem as normas de salubridade e segurança. Além disso, possui serviços de secretaria, a fim de atender as demandas burocráticas, e serviço de auxiliar de coordenação para atender as demandas acadêmicas rotineiras.

5.3 Sala dos Professores

Visando uma convivência harmônica, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP criou espaços específicos para garantir o bom relacionamento pessoal e didático-pedagógico de seus docentes. Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas. A sala de professores, oferece infraestrutura com computador para preparo de atividades e é de uso exclusivo dos docentes. Além disso, para o planejamento, avaliação e discussão dos assuntos pertinentes ao andamento do curso, os docentes utilizam a sala de reunião, equipada segundo a finalidade a que se destina.

5.4 Salas de Aula

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP conta com um número de salas de aula suficiente para o funcionamento do curso de Agronomia e demais cursos da IES. Esses ambientes atendem aos padrões exigidos quanto à dimensão, limpeza, luminosidade, acústica e ventilação, bem como quanto ao estado de conservação dos mobiliários e equipamentos e a comodidade dos envolvidos às atividades planejadas.

5.5 Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade

As instalações e laboratórios específicos para o curso atendem aos requisitos de acessibilidade para portadores de necessidades especiais e são dotados dos equipamentos de segurança necessários a cada tipo de laboratório ou serviço, observando as normas da ABNT. O acesso aos laboratórios é planejado de modo que as disciplinas possam dispor, **de, pelo menos, duas horas semanais** por turma.

A Faculdade Impacto de Porangatu - FIP possui 1 Laboratório de Informática disponível ao Curso de Agronomia, onde os equipamentos e instrumentos do Laboratório de Informática seguem as normas e padrões de qualidade e adequabilidade aos objetivos e anseios pedagógicos da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Além disso, na aquisição de equipamentos leva-se em consideração a relação do número de alunos por máquina. Destes laboratórios um é destinado para o desenvolvimento das práticas de Agronomia que são desenvolvidos as atividades das disciplinas de Desenho Técnico I e II e Desenho Assistido por computador.

O Laboratório funciona durante o mesmo horário de funcionamento da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP e têm por objetivo o desenvolvimento de atividades acadêmicas e de pesquisa que necessitem de recursos computacionais. Estes laboratórios, com acesso a internet, são compostos por 50 computadores atualizados e compatíveis com as atividades acadêmicas, acesso a internet, obedecendo às condições de salubridade e segurança e com os softwares necessários ao desenvolvimento do curso. (Sistema Operacional; Processador de Texto; Planilha de Cálculo; Gerenciador de Apresentações; Navegador Web; Adobe Reader; Antivírus.) Além dos *softwares*, descritos acima, especificamente para o curso de Agronomia, está implantado nos computadores do laboratório prático software de desenvolvimento em Desenho (*Auto Cad*) e de projetos de Agronomia (*Revit*, *Eberick*,

QiBuilder). O Laboratório de Informática poderá ser utilizados também, além das atividades práticas acadêmicas dos discentes, para prestação de serviços diversos, desde que não prejudique o desenvolvimento das práticas didático-pedagógicas da comunidade acadêmica.

A estrutura curricular do curso de Bacharelado em Agronomia da FIP contará com subsídios teóricos e práticos acessíveis aos acadêmicos, já no seu primeiro período letivo, entretanto por se considerar como um projeto de implantação, cada uma das instalações serão providenciadas ao longo dos primeiros 02 anos, atendendo às exigências peculiares à cada ementa, com uma previsão estimada, conforme o quadro que se segue:

IDENTIFICAÇÃO DA INSTALAÇÃO	PREVISÃO PARA USO
Laboratório de Química	1º Sem. do Curso
Laboratório Microscopia, Citologia e Histologia	1º Sem. do Curso
Laboratório de Informática	1º Sem. do Curso
Laboratório de Multidisciplinar I	1º Sem. do Curso
Laboratório de Multidisciplinar II	2º Sem. do Curso
Laboratório de Processamento	2º Sem. do Curso
Laboratório de Física	2º Sem. do Curso
Laboratório de Bioquímica	3º Sem. do Curso

O uso dos referidos laboratórios estão disciplinados em regulamento próprio, estabelecendo normas e padrões a serem seguidos por toda comunidade acadêmica.

5.5.1 Laboratórios Didáticos Especializados: Qualidade

Os laboratórios possuem regulamentos próprios, que disponibilizam as normas de funcionamento, manuseio e trânsito em suas instalações. Todos são adequados ao quantitativo de alunos previstos e terão o funcionamento organizado através da implementação de cronograma de utilização e atividades a serem desenvolvidas. Os equipamentos serão criticados periodicamente, objetivando sua atualização. Ao mesmo tempo, os insumos necessários para o funcionamento dos laboratórios e a consequente dinâmica de aula, serão adquiridos regularmente, a partir de

planejamento de alimentação e manutenção de cada laboratório. O acesso às suas dependências é fácil e possível mesmo para os que apresentam algum tipo de dificuldade motora.

5.5.2 Laboratórios Didáticos Especializados: Serviços

Os Laboratórios previstos para o curso de Agronomia seguem os padrões de segurança para que possam oferecer apoio instrucional e técnico à comunidade interna e externa. Para tanto, nos Laboratórios serão feitas atualizações conforme a necessidade dos alunos e professores e, pelo menos, duas vezes ao ano. As manutenções preventivas serão realizadas diariamente visando o perfeito funcionamento de todos os equipamentos. A manutenção e conservação dos laboratórios serão executadas por funcionários lotados nos cursos ou por pessoal especializado ou treinado para exercer estas funções e, quando não for possível resolver o problema na instituição, será encaminhado para uma empresa terceirizada, especializada em manutenção de equipamentos. Haverá supervisores por laboratório ou grupos de laboratórios definidos pelo órgão responsável de administração dos laboratórios. Os procedimentos de manutenção serão divididos em três grupos: manutenção preventiva, manutenção corretiva e manutenção de emergência.

5.6 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática

Os alunos poderão acessar os equipamentos dos Laboratórios de Informática da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP, de acordo com as normas estabelecidas pelos órgãos colegiados competentes. Também estão disponibilizados aos alunos computadores na Biblioteca, cuja utilização deve respeitar a normatização deste ambiente de apoio acadêmico. Por fim, em todo complexo físico da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, existem pontos para acesso *wireless*, onde a comunidade acadêmica poderá se beneficiar desta tecnologia por meio de *notebook*, *netbook*, *tablet*, *ipad*, celular etc. Com relação à proporção aluno por máquina, alcança todos os alunos matriculados na Faculdade. O total de equipamentos disponíveis para acesso dos alunos nos Laboratórios de Informática são de 50 computadores e na Biblioteca 12 computadores, atingem 62 computadores. Desta forma, suportando bem toda comunidade acadêmica. Se levarmos em consideração que na Faculdade

Impacto de Porangatu - FIP existe rede sem fio (*wireless*) os benefícios aos alunos são suficientemente grande, onde toda comunidade acadêmica poderá se beneficiar, a qualquer momento, dos serviços disponibilizados pela internet por equipamentos próprios ou da instituição. Os espaços serão higienizados diariamente e contam com luminosidade e ventilação adequadas. Sobre a velocidade da internet, o plano contratado é o de IP Dedicado de 50 MB

5.7 Espaço físico

A estrutura física da instituição possui três pavimentos sendo que os quais abrigam salas de aula, Biblioteca, laboratórios e o corpo técnico-administrativo (secretaria, tesouraria, coordenação, diretoria).

Atualmente, o espaço físico está formatado da seguinte forma:

TIPO DE ÁREA	QT	Área
Salas de Aulas	12	900,00 m ²
Sala atendimentos	01	24,20 m ²
Salas de Coordenações	06	18 m ²
Sala de Professores	01	32 m ²
Sala de Reunião	01	27,34 m ²
Sala de Acervo Acadêmico	01	21,68 m ²
Sala do Escritório Modelo e Empresa Junior	01	26,85 m ²
Laboratórios de Física/Biofísica	01	32,02 m ²
Laboratórios de Química/Bioquímica	01	32,02 m ²
Laboratórios Informática	01	64,04 m ²
Laboratório de habilidades em Saúde	01	26,85 m ²
Laboratório de Anatomia	01	32,02 m ²
Laboratório de Fisiologia	01	32,02 m ²
Laboratório Citologia e Histologia	01	32,02 m ²
Laboratório Microscopia	01	32,02 m ²
Sala de Coleta de Material	01	26,85 m ²
Laboratório de Semiologia e Semiotécnica.	01	32,02 m ²
Laboratório de Psicologia Experimental	01	35,00 m ²
Laboratório Multidisciplinar I	01	70,00 m ²
Laboratório Multidisciplinar II	01	70,00 m ²
Núcleo de Estudos e Práticas de Atendimentos Psicoterápicos (NEPAPSI)	01	70,00 m ²

TIPO DE ÁREA	QT	Área
Biblioteca	01	56.07 m ²
Brinquedoteca	03	150 m ²
Sala CPA	01	7.11 m ²
Sala NDE	01	7.11 m ²
Ouvidoria	01	8 m ²
Psicopedagógico	01	7.11 m ²
Sala Tempo Integral	02	14.22 m ²
Áreas de Eventos Culturais	01	203 m ²
Sanitários	08	48.31 m ²
Praça de Alimentação	01	203 m ²
Anfiteatro	01	56.02 m ²

5.8 Condições de Acesso para Portadores de Necessidades Especiais

A Faculdade, integrada com os órgãos que reúnem e defendem os interesses dos portadores de necessidades especiais, procura continuamente adequar a Instituição para garantir o acesso a todos os alunos. Assim, o estacionamento de veículos conta com áreas reservadas para este grupo de alunos ou visitantes e o pessoal responsável pela vigilância e segurança estão treinados para oferecer assistência.

Havendo necessidade, os vigilantes ajudam estes a terem acessos aos seus meios de locomoção, retirando-os de seus veículos, acomodando-os e, sendo solicitado, conduzindo-os até o local desejado.

As calçadas possuem rampas de acesso nos padrões estabelecidos, permitindo que alunos ou visitantes portadores de necessidades especiais se locomovam. Para as áreas na qual o acesso é feito por escadas, estes contam com o serviço de elevadores que lhes proporcionam total integração e participação em todas as atividades. Os sanitários também estão adaptados para uso dos alunos com necessidades especiais. O Apoio Psicopedagógico, desde o momento da matrícula faz as entrevistas e identifica as necessidades dos alunos para tomar providências como, por exemplo: carteiras especiais.

No que concerne a alunos portadores de **deficiência visual**, o Instituto de Educação do Norte Goiano assume o compromisso formal, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De manter sala de apoio equipada com máquina de datilografia em braile, impressora braile acoplada ao computador, sistema de síntese de voz, gravador e foto copiadora que amplie textos, software de ampliação de tela, equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal, lupas, réguas de leitura, scanner acoplado a computador;
- De adotar um plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em braile e de fitas sonoras para uso didático.

Quanto a alunos portadores de **deficiência auditiva**, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

- De propiciar, sempre que necessário o tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno;
- O tradutor e interprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) atuará:
 - I nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino;
 - II nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e
 - III no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino.
- De adotar flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico;
- De estimular o aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita, para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado;
- De proporcionar aos professores acesso à literatura e informações sobre a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva.
- De disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

A instituição, em atenção aos princípios da Política Nacional de Proteção aos Direitos das Pessoas com o **Transtorno do Espectro Autista**, pretende promover e assegurar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso:

- A igualdade de condições para o acesso e a garantia de permanência na instituição, inclusive promovendo a capacitação de profissionais para o atendimento especializado (assistente de ensino e apoio);
- O desenvolvimento de métodos que se adéque aos Autistas para auxiliá-los no processo do ensino e aprendizagem, possibilitando-os a compreensão da capacidade de cada um e pontuando fatores como: a acessibilidade, a avaliação, o planejamento das aulas, o atendimento especializado, a participação dos pais na vida escolar, com o objetivo de estabelecer uma parceria escola-família, bem como respeitado o seu tempo de aprendizado. Dessa forma espera-se que todos esses elementos de forma conjunta possam somar para que cada aluno avance nesse processo de forma particular;
- A socialização com os demais atores da comunidade acadêmica, inclusive com os seus pares, os alunos. E, nesta relação motivar a compreensão e o respeito de uns para com os outros, conhecendo e respeitando a heterogeneidade que cada um representa e respondendo de acordo com suas potencialidades e necessidades apresentadas;
- O atendimento individualizado e reservado em sala de apoio equipada com recursos multifuncionais, necessários e indispensáveis a aprendizagem das pessoas com necessidades especiais sendo de grande importância de acordo à necessidade de cada aluno um ambiente favorável para se desenvolver de maneira saudável;
- A contratação ou formação continuada de professores com formação na área da Educação Especial. O termo professor especializado, conforme a Resolução CNE/CEB N° 2 estabelece, àquele que desenvolve: [...] competências para identificar as necessidades educacionais especiais para definir, implementar, liderar e apoiar a implementação de estratégias de flexibilização, adaptação curricular, procedimentos didáticos pedagógicos e práticas alternativas, adequados aos atendimentos das mesmas, bem como trabalhar em equipe, assistindo o professor de classe comum nas práticas que são necessárias para promover inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais. (BRASIL, 2001, p. 78. Art. 18, § 2º). É fato, que a inclusão na sala de aula está sendo aprendida no dia a dia, com a experiência de cada professor. "Mas não existe formação dissociada da prática. Estamos aprendendo ao fazer", é o que pondera Cláudia Pereira Dutra, secretária de Educação Especial do Ministério da Educação (MEC);
- Ao final, não menos importante, estimular, entre os alunos, o interesse para a pesquisa científica relativa à temática da Pessoa com o Transtorno do Espectro Autista, em cumprimento às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos

Humanos, tendo em vista a relevância do tema no momento atual que é de construção e respeito às adversidades da pessoa humana.

Além disso, será implantado nas dependências da FIP o “Projeto de Atendimento Educacional Inclusivo (PAEI)” que tem por objetivo o planejamento psicopedagógico na realização de atividades de ensino/ aprendizagem direcionadas aos alunos com dificuldade de aprendizagem envolvendo aspectos como: necessidades educacionais especiais (baixa visão/ cegueira, surdez, autismo, superdotação) diversidade étnico-racial, gênero e diversidade socioeconômica, inseridos nas salas regulares dos cursos oferecidos pela Faculdade Impacto de Porangatu – FIP.

5.9 Acesso dos Alunos aos Equipamentos de Informática e Recursos Audiovisuais e Multimídias

Através dos laboratórios de Informática da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP os alunos possuem livre acesso aos computadores, é livre desde que os laboratórios não estejam sendo utilizados ou estejam reservados para aulas ou outras atividades práticas.

Os alunos possuem acesso regular aos recursos audiovisuais da instituição como meio de diversificar e atualizar as práticas acadêmicas, estes equipamentos estão disponíveis na biblioteca e em salas devidamente preparadas e quando necessário os professores solicitam reservas para sua utilização, sendo feita através de reservas no departamento próprio.

5.10 Biblioteca

Torna-se imperioso estruturar de forma continuada a biblioteca do Curso, no sentido de constituir-se em ferramenta básica de pesquisa do professorado e do alunado.

O sistema de informatização da biblioteca foi preparado pela bibliotecária da Faculdade Impacto de Porangatu – FIP, o qual já está devidamente implantado.

Como um meio importante de subsidiar consultas e informações bibliográficas, os dirigentes da Instituição promovem um salto qualitativo colocando à disposição dos seus corpos discente e docente as NTI (o uso intensivo da Internet,

inclusive uma capacitação específica dos discentes e docentes na busca de textos, dados e outras informações na Internet), bem como possibilitar uma informação sempre atualizada. A Biblioteca possui um papel fundamental no sentido de facilitar e possibilitar o acesso à informação, com a preocupação de garantir o desenvolvimento científico, tecnológico e social da comunidade.

5.9.1 Acervo virtual

A Biblioteca da Faculdade Impacto de Porangatu- FIP, vem disponibilizar aos cursos que são oferecidos, condições adequadas à área física, aos acervos de livros, periódicos especializados, com uma gestão moderna e uma informatização do acervo, pautada em uma política de atualização e expansão, também com serviço de acesso as redes de informatização. Além do conteúdo existente no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, existe o acervo virtual por Meio da **Biblioteca A**¹⁰. com mais de 2.000 (Dois mil) títulos *on line*.

E ainda com a finalidade exclusiva de contribuir com o desenvolvimento e disseminação do conhecimento produzido no ambiente acadêmico, a Biblioteca da FIP oferece também vários links gratuitos de conteúdos eletrônico no Portal do Aluno.

5.9.2 Serviços

A Biblioteca tem como objetivo principal servir como subsídio para alunos e professores para as atividades curriculares da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP. Conta com um acervo atualizado nas várias áreas do conhecimento humano, além do

¹⁰ A Biblioteca A é um consorcio formado pelas quatro principais editoras de livros acadêmicos do Brasil reúne o conteúdo digital e seus selos editoriais: Artmed, Artes Médicas, Bookman, McGraw-Hill e Penso. São mais de 2400 títulos disponíveis, em todas as áreas do conhecimento, desenvolvidos por grandes autores nacionais e estrangeiros. Os seus professores e alunos poderão ter acesso rápido, onde e quando precisarem, a conteúdo científico e profissional de alto padrão. Disponibiliza um acesso ao catálogo digital por meio de uma integração via sistemas ou pela plataforma de aprendizagem (LMS) de instituições de ensino ou organizações.

grande número de assinaturas de jornais, revistas, periódicos científicos, revistas informativas e material audiovisual.

A Biblioteca funciona nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 22 horas, aos sábados, das 7:00 às 12:00 horas. As reservas de livros são realizadas no balcão de atendimento da biblioteca. O acervo é franqueado a alunos, professores, funcionários administrativos e visitantes.

5.9.3 Pessoal técnico-administrativo

A Faculdade mantém no atendimento da Biblioteca, auxiliares que são bem treinados e qualificados para o bom atendimento e orientação dos usuários quanto ao acervo disponível, os quais são devidamente orientados pela bibliotecária.

5.9.4 Política de aquisição, expansão e atualização

A política de atualização e expansão do Acervo incorporou as tendências atuais da Biblioteconomia e da Ciência da Informação procurando atender ao que preconizam os padrões da Biblioteconomia e aos indicadores da Avaliação das Condições de Ensino do Ministério da Educação – MEC.

A atualização e expansão têm como objetivo subsidiar o processo de aquisição, e de permuta de materiais bibliográficos e audiovisuais, a partir da necessidade de implementação do acervo.

Assim, a política de atualização e expansão tem os seguintes objetivos:

- Identificar os campos de interesse da biblioteca;
- Favorecer o crescimento racional e equilibrado do acervo;
- Determinar os itens de informação compatíveis com a formação da coleção e interesses da Instituição;
- Determinar critérios mínimos para a duplicação de títulos;
- Estabelecer parâmetros para o descarte do material.

A atualização do acervo é feita com seleção e compras programadas, a partir de indicações de coordenadores, professores, alunos, bibliotecária, que atendam, sobretudo a bibliografia básica e complementar indicada no projeto pedagógico do curso de Agronomia e nos projetos pedagógicos dos demais cursos oferecidos pela Instituição.

A Biblioteca deve reunir em seu acervo, diferentes tipos de material, como:

- Número de referência (almanaques, censos estatísticos, dicionários linguísticos, enciclopédias, etc);
- Livros;
- Periódicos (revistas especializadas e gerais, jornais, etc);
- Todas as publicações editadas pela Instituição;
- Multimeios (CD-ROM, DVD, etc);
- Outras publicações de interesse da Instituição.

Em se tratando de uma biblioteca vinculada a uma instituição em desenvolvimento, a priori, deve privilegiar as áreas do conhecimento concernentes aos cursos de graduação em funcionamento. Para maior ou menor ênfase, a cada campo de conhecimento, devem ser analisados, com rigor, os seguintes tópicos:

- Número de oferta da matrícula por curso;
- Número de professores por curso;
- Matriz curricular;
- Demanda por disciplina.

Para a formação do acervo, é traçado um perfil da Instituição e de seus usuários, em termos de demanda informacional. É necessário ter conhecimentos mínimos acerca dos próprios materiais a ser adquirido o que só é possível via estudo de fontes de informação para seleção, com destaque para os (as):

- Materiais distribuídos por editores, distribuidores e livrarias-catálogos;
- Guias de literatura geral e especializada;
- Catálogos, listas de novas aquisições e boletins de outras bibliotecas;
- Sugestões de usuários;
- Visitas a livrarias, exposições literárias, feiras de livros e eventos similares;
- Informações coletadas através de redes eletrônicas de informação, com ênfase para a Internet.

Diante da inexistência de uma medida-padrão, a duplicação de títulos deve ser determinada pela demanda de cada título em particular, o que exige estatística de uso, e análise da possibilidade de utilização de outras publicações de conteúdo similar. No entanto, é de suma relevância verificar se a demanda é apenas transitória,

decorrente da indicação de um professor “X” ou de um evento específico, o que nem sempre justifica a duplicação de títulos.

É preciso seguir o parâmetro ditado pela MEC, que prevê livros-texto em quantidade suficiente para atender aos alunos, idealmente da ordem de um exemplar para cada dez alunos. Este número é considerado como mínimo, estando a coleção de periódicos, permanentemente em desenvolvimento.

5.9.5 Implementação das Políticas Institucionais de Atualização do Acervo no Âmbito do Curso

As políticas usadas pela instituição para aquisição de livros, revistas e periódicos seguem critérios pré-estabelecidos, os quais visam atender as necessidades dos cursos por ordem de prioridades geridas nas discussões entre professores e coordenadores de cada curso.

Para efetivação dessa política de atendimento aos cursos, a Biblioteca passa semestralmente uma lista às coordenações de curso para que sejam elencados livros, periódicos, revistas e jornais, vídeos e CD-ROM, etc, que atuam como condição à aprendizagem e suporte teórico para alunos e professores do curso.

5.9.6 Bibliografia Básica

O acervo de livros da bibliografia básica para o funcionamento do Curso de Bacharelado em Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas. Além disso, a indicação da bibliografia básica tem por base os autores de renome das diversas áreas de conhecimento, em conformidade com os conteúdos do curso. Em cada disciplina foram indicados 3 títulos na bibliografia básica.

Para as disciplinas de todos os semestres. O curso de Agronomia possui hoje um acervo de bibliografias básicas de 3 exemplares, os quais estão tombados junto ao patrimônio da instituição e disponíveis para consulta no acervo físico e acervo digital.

5.9.7 Bibliografia Complementar

O acervo complementar do curso de Bacharelado em Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP atende as necessidades dos conteúdos apresentados nas respectivas disciplinas. Além disso, a indicação da bibliografia complementar tem por base a mesma linha de pensamento estabelecido pelos autores da bibliografia básica, construindo desta forma um elo, porém não deixando de lado as visões de cada autor sobre um determinado assunto.

Em cada disciplina de todos os semestres foram indicados 5 títulos na bibliografia complementar, os quais disponíveis para consulta no acervo físico e acervo digital.

5.9.8 Periódicos Especializados

Para o curso de Agronomia, a Instituição conta com um grande acervo assinaturas *on line* de periódicos especializados, indexado e corrente, abrangendo as principais áreas do curso.

VI REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

6.1. Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso

O Projeto Pedagógico do Curso de Agronomia está coerente com as diretrizes curriculares nacionais previstas na Resolução CNE/CES n.º 1/2006, de 02 de fevereiro de 2002, possível de ser aferida ao longo de todo o Projeto.

6.2. Componentes Curriculares

Os conteúdos foram distribuídos de forma a atender, igualmente, às Resoluções CNE/CES n.º 02/07, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e os procedimentos relativos à integralização e a duração do curso; e CNE/CES n.º 03/07, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados quanto aos conceitos de horas/aula.

6.3. Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Nos termos da Lei n.º 9.394/96, com a redação dada pelas Leis n.º 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP n.º 3/2004.

Essas diretrizes específicas encontram-se atendidas na disciplina de Humanidades, ciências sociais e cidadania.

6.4. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Conforme disposto no Parecer CNE/CP n.º 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012.

Essas diretrizes específicas encontram-se atendidas na disciplina de Humanidades, ciências sociais e cidadania e Ética Profissional

6.5. Estudos referentes à temática das Relações Étnico-Raciais

O tratamento dessa questão está incluso nas ementas das disciplinas de Humanidades, ciências sociais e cidadania e ética Profissional, conforme termos

explicitados no Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004, e na Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004. É requisito legal e normativo a ser cumprido, conforme Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Bacharelados

6.6. Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista

Conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade Impacto de Porangatu - FIP prevê para os discentes com espectro autista um atendimento diferenciado e especializado, por meio do atendimento psicopedagógico.

6.7. Titulação do Corpo Docente

Todo corpo docente do curso de Agronomia da Faculdade Impacto de Porangatu - FIP possui formação em pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

6.8. Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo docente do curso de Agronomia atende à Resolução n.º 01/CONAES de 17 de junho de 2010, sendo composto por 5 docentes com atuação no curso, sendo 03 docentes em regime de tempo integral e 2 docentes em regime de tempo parcial. Além disso, todos os integrantes do NDE possuem titulação em nível de pós-graduação *lato sensu* e/ou *stricto sensu*.

6.9. Tempo de Integralização

O curso atende ao tempo de integralização previsto na Resolução Nº 2, de 18 de junho de 2007.

6.10. Condições de Acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida

Conforme disposto na CF/88, art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei Nº 10.098/2000, nos Decretos Nº 5.296/2004, Nº 6.949/2009, Nº 7.611/2011 e na Portaria Nº 3.284/2003.

A IES apresenta condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida em todas as suas dependências.

6.11. Disciplina de Libras (Dec. Nº 5.626/2005)

O PPC contempla a disciplina de libras na estrutura curricular. A disciplina está prevista no 8º período do curso como parte das disciplinas optativas.

6.12. Informações Acadêmicas (Portaria Normativa Nº 40 de 12/12/2007, alterada pela Portaria Normativa MEC Nº 23 de 01/12/2010, publicada em 29/12/2010)

As informações acadêmicas encontram-se disponibilizadas de forma impressa e virtual.

6.13. Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002)

Há integração da educação ambiental às disciplinas do curso de forma transversal, contínuo e permanente, nos termos preconizados pela Resolução CNE/CP nº 2/2012 e também na disciplina de Gestão Ambiental.